RELATÓRIO DE GESTÃO 2021-2023

da Procuradoria-Geral de Justiça

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça

César Bechara Nader Mattar Júnior

Subprocurador-Geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional

Antônio Eduardo Barleta de Almeida

Subprocuradora-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa

Ubiragilda Silva Pimentel

Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Alexandre Marcus Fonseca Tourinho (2021) Érika Menezes de Oliveira (2022-2023)

Colégio de Procuradores de Justiça

César Bechara Nader Mattar Júnior (presidente)

Manoel Santino Nascimento Junior

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves

Claudio Bezerra de Melo

Ubiragilda Silva Pimentel

Luiz Cesar Tavares Bibas

Geraldo de Mendonça Rocha

Francisco Barbosa de Oliveira

Dulcelinda Lobato Pantoja

Marcos Antônio Ferreira das Neves

Adélio Mendes dos Santos

Mariza Machado da Silva Lima

Antonio Eduardo Barleta de Almeida

Ricardo Albuquerque da Silva

Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater

Mario Nonato Falangola

Maria da Conceição Gomes de Souza

Maria da Conceição de Mattos Sousa

Leila Maria Marques de Moraes

Tereza Cristina Barata Batista de Lima

Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos

Estevam Alves Sampaio Filho

Jorge de Mendonça Rocha

Hezedequias Mesquita da Costa

Maria Célia Filocreão Gonçalves

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo

Nelson Pereira Medrado

Rosa Maria Rodrigues Carvalho

Hamilton Nogueira Salame

Waldir Macieira da Costa Filho

Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva

Conselho Superior (2021-2022)

César Bechara Nader Mattar Júnior (presidente)

Manoel Santino Nascimento Junior

Francisco Barbosa de Oliveira (Conselheiro Secretário)

Waldir Macieira da Costa Filho (titular)

Marcos Antônio Ferreira das Neves (titular)

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (1ª Subsecretária)

Rosa Maria Rodrigues Carvalho (2ª Subsecretária)

Nelson Pereira Medrado (suplente)

Adélio Mendes dos Santos (suplente)

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves (suplente)

Geraldo de Mendonça Rocha (suplente)

Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos (suplente)

Conselho Superior (2023-2024)

César Bechara Nader Mattar Júnior (presidente)

Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva

Marcos Antônio Ferreira das Neves (Conselheiro Secretário)

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento (1ª Subsecretária)

Rosa Maria Rodrigues Carvalho (2ª Subsecretária)

Francisco Barbosa de Oliveira (titular)

Nelson Pereira Medrado (titular)

Hamilton Nogueira Salame (suplente)

Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo (suplente)

Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves (suplente)

Leila Maria Marques de Moraes (suplente)

Luiz César Tavares Bibas (suplente)

Corregedor-Geral

Manoel Santino Nascimento Junior (2021-2022)

Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva (2023)

Ouvidor

Adélio Mendes dos Santos

Supervisão do Centro de Apoio Operacional

Mônica Rei Moreira Freire

Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão

Ângela Maria Balieiro Queiroz

Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial

José Maria Gomes dos Santos

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Mônica Rei Moreira Freire

Centro de Apoio Operacional de Direitos Sociais da Educação, Saúde e da Assistência Social

Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos

Ana Cláudia Bastos de Pinho

Centro de Apoio Operacional Ambiental

Albely Miranda Lobato Teixeira

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal

Lauro Francisco da Silva Freitas Junior

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de justiça ..... Pag. 07
Departamento de Administração ..... Pag. 21
Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico ..... Pag. 25
Controle Interno ..... Pag. 37
Departamento de Obras e Manutenção ..... Pag. 41
Gabinete Militar ..... Pag. 49
Departamento de Informática ..... Pag. 53
Assessoria de Planejamento ..... Pag. 61
Atividade de Licitações e Contratos ..... Pag. 65
Departamento Financeiro ..... Pag. 69
Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado ... Pag. 73
Grupo de Atuação Especial de Inteligência e
Segurança Institucional ..... Pag. 83
Centro de Apoio Operacional Ambiental ..... Pag. 87
Centro de Apoio Operacionalcível, Processual e do Cidadão ..... Pag. 95
Centro de Apoio Operacional Técnico ..... Pag. 105
Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e
Controle Externo da Atividade Policial ..... Pag. 117
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio
Público e Combate à Sonegação Fiscal ..... Pag. 127
Centro de Apoio Operacional Dedireitos Humanos ..... Pag. 139
Centro de Apoio Operacional de Direitos Sociais ..... Pag. 153
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude ..... Pag. 165
Centro de Apoio Operacional Supervisão Pag.197
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional Pag.215

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

CÉSAR MATTAR JR.

Procurador-Geral de Justiça

Dois profícuos anos à frente do Ministério Público do Estado do Pará. Momento para reflexão, agradecimentos, congratulações e de reafirmar compromissos. Vencemos dificuldades e avançamos em todas as frentes, com membros, servidores e colaboradores caminhando em uma só direção, na edificação de uma instituição ainda mais pujante. Empenho absoluto com o objetivo de satisfazer as prementes necessidades da sociedade paraense, em especial dos que mais precisam do Ministério Público.

Evoluímos e crescemos em todas as áreas, e por todo o estado. Avançamos e sedimentamos o perfil institucional voltado a tutela dos direitos humanos. Em infraestrutura, na capital, e fora dela, demos contornos em projetos, reformas, adaptações, locações e edificações de sede em patamar grandioso e significativo, fortalecendo a presença da nossa instituição em todo o Pará. Seguimos investindo em tecnologia da informação, nas áreas de inteligência, de contrainteligência, no combate à criminalidade organizada e na proteção aos hipossuficientes. Nossos processos licitatórios e de controle interno tornaram-se mais ágeis. Dois concursos públicos realizados, para membros e servidores, caminhando para a exitosa conclusão.

A integração e o diálogo permanente com os poderes constituídos e demais instituições, deram a tônica, no primeiro mandato, de uma relação que, como resta provado, pode guardar a coexistência entre a independência e a união de propósitos, em prol de adequada prestação dos serviços ao povo de nosso estado.

Reitero o compromisso, de todos os integrantes da administração, com o zelo aos valores que sempre orientaram a nosso instituição no Pará, no sentido de mantê-la entre as mais comprometidas e eficientes do Brasil, circunstância que nos permitiu galgar a presidência do CNPG - Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União.

Nosso preito de gratidão, assim, a todas e todos que, dedicam suas vidas ao engrandecimento do MPPA, e a cumprir com dedicação a missão constitucional de bem servir.

Obrigado!

César Bechara Nader Mattar Júnior

Procurador-Geral de Justiça

1

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos alusivos marcam o dia do MPPA

Lei reconhece a data de 22 de junho como Dia do Ministério Público do Pará

O Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará aprovou resolução reconhecendo o dia 22 de junho como data de criação oficial do Ministério Público do Estado, com base no art. 40 da Constituição Estadual de 1891 e o institui como data magna. A sessão extraordinária ocorreu no dia 21 de junho de 2021 e o texto da resolução foi aprovado por unanimidade.

Em alusão a data histórica, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou Ato Comemorativo aos 130 anos do Ministério Público do Estado do Pará, no hall de entrada do prédio-sede da instituição, no dia 22 de junho do mesmo ano. O evento foi prestigiado por membros e servidores, além de autoridades que transmitiram às felicitações em vídeos congratulatórios.

Lei foi sancionada pelo governador Helder Barbalho e publicada no Diário Oficial do Estado

O Governador do Pará, Helder Barbalho, sancionou no dia 29 de novembro de 2021, a lei que reconhece a data 22 de junho como dia do Ministério Público do Pará. A Lei nº 9.357, Art.1º, institui que a data será celebrada todos os anos e constará no calendário oficial do Estado. A nova lei foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia 1º de dezembro de 2021.

O projeto de Lei foi aprovado, à unanimidade, no dia 16 de novembro, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará. O dia 22 de junho foi reconhecido pelo Colégio de Procuradores de Justiça, por proposição da Procuradoria-Geral de Justiça, como data magna para a instituição. A data decorre da criação do MPPA por força da promulgação da Constituição Estadual de 1891, a primeira republicana, e das comemorações em curso pelos 130 anos do MP paraense.

Programação pelos 131 anos ocorreu em junho de 2022

O Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará realizou no dia 22 de junho de 2022, sessão solene em homenagem aos 131 anos do Ministério Público do Estado. A sessão foi presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. e ocorreu no auditório Nathanael Farias Leitão. O evento contou com a presença do governador do Estado Helder Barbalho, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado estadual Chicão, da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Célia Regina de Lima Pinheiro, representantes de instituições e integrantes do MPPA.

Durante a solenidade foram agraciadas 54 pessoas - entre membros, servidores e autoridades - com a "Medalha dos 131 anos do Ministério Público do Estado do Pará".

O Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr. fez um breve histórico das instituições que antecederam e lançaram as sementes do Ministério Público, enfatizou as transformações mais recentes ocorridas em suas atribuições e a necessidade de seguir em frente na defesa da sociedade. "No dia 22 de junho de 1891, há 131 anos, portanto, um novo capítulo da história do Pará começou a ser escrito. Sob a presidência constituinte do Senador José Paes de Carvalho, depois Governador do Estado no período de 1897 a 1899, foi promulgada a nossa primeira Constituição Estadual. Na esteira das mudanças e da revolução no pensamento da época, tão reclamadas pela sociedade brasileira da recém proclamada República refletimos sobre o presente, miramos o futuro, e constatamos que muito ainda precisa ser feito".

Interiorização

Projeto busca aproximação com membros e servidores por todo o Pará

O Procurador-Geral de Justiça César Mattar Júnior e membros da Administração Superior, visitaram durante o biênio (2021-2023), todas as regiões administrativas do Ministério Público do Estado.

O Programa tem como principal objetivo o fortalecimento do MPPA, com a aproximação da administração superior com os membros e servidores das Promotorias em todo o Pará. Ao todo, a Interiorização percorreu 43 municípios, ou seja, 30% dos 144 municípios paraenses.

"Não seguimos apenas uma promessa de campanha ou como um compromisso firmado com colegas e servidores, mas como obrigação mesmo da administração, instituímos o projeto de interiorização. Conseguimos visitar e estar com membros e servidores de todas as promotorias do Estado do Pará. Queremos fortalecer o Ministério Público do Pará", disse o Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr.

Nova sede do MPPA

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr., e o Governador do Estado, Helder Barbalho, assinaram, no dia 28 de outubro de 2022, o Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o Ministério Público do Estado e o Governo do Pará, por meio da SEDOP, pelo secretário de Obras Públicas, Ruy Cabral.

O documento tem como objeto a descentralização de crédito e cooperação técnica para viabilização da contratação da elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e complementares de engenharia para a construção da nova sede do Ministério Público, localizada na Av. Dr. Freitas.

O imóvel tem cerca de 20.846,33 m² para a construção da nova sede do Ministério Público do Estado do Pará, na Avenida Almirante Barroso, esquina com a Avenida Doutor Freitas.

Ministério Público paraense é premiado pelo CNMP e CNPG

Atuação nas áreas de Segurança, Gestão e Diversidade são reconhecidas

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reconheceu com o primeiro lugar do Prêmio CNMP 2021, na categoria Governança e Gestão, o Ministério Público do Estado do Pará, com o projeto de aplicativo digital, criado e programado pelo Promotor de Justiça de 2ª entrância Mauro Messias, para a dosimetria da pena, analisando a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (pena abstrata e concreta) e verificação do cabimento do acordo de não persecução penal, da transação penal, do sursis processual, da progressão de regime e do livramento condicional, intitulado Sistema de Inteligência Artificial – AppCrim.

Ainda na área de segurança, o CNMP, concedeu certificado ao MPPA pelo destaque na campanha nacional "MP + Seguro", promovida pela Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP). A Diversidade também mereceu destaque, com o Selo "Respeito e Diversidade", concedido em reconhecimento pelas ações do projeto "A garantia dos direitos de pessoas LGBTI: Uma política institucional do MPPA".

O Ministério Público do Estado do Pará recebeu duas premiações na cerimônia de entrega do "Prêmio do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)" realizado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). O Projeto Mutirão do ANPP do CAO de Políticas Criminais, sob a Coordenação do Promotor de Justiça José Maria Gomes dos Santos, e o Projeto "Sistema de Inteligência Artificial (AppCrim)" inscrito pelo Promotor de Justiça Mauro Guilherme Messias dos Santos foram reconhecidos como boas práticas.

Convênios e Acordos marcam ampliação da estrutura e serviços do MPPA

Durante o biênio 2021-2023, também foram celebrados Termos de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações direcionadas às micro e pequenas empresas, no incentivo à implementação e aperfeiçoamento de Programas de Integridade, com o Sebrae/PA, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e de Meio Ambiente (SEMMAS), para o fortalecimento de ações em suas áreas de atuação, com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), para o enfrentamento à questões como aumento do desmatamento e queimadas, com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Pará (CRMV/Pa), na parceria em atividades que envolvam a proteção do Direito Animal, com o Ministério Público Federal e o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, pela garantia de direitos nas eleições; O Convênio de Cooperação Técnica, para o cumprimento das políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades sociais e meritórias com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA), são dos instrumentos firmados pelo Ministério Público do Estado do Pará objetivando aprimorar e fortalecer a sua atuação junto à sociedade.

Programas Institucionais em prol da sociedade

Integridade e Eleições são objeto das ações

O Ministério Público do Estado lançou programas de gestão em temas de alta abrangência social, a exemplo do Programa de Integridade Institucional, no combate à corrupção por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal, coordenado pelo Promotor de Justiça Lauro Freitas, na presença do auditor da Controladoria Geral da União (CGU), professor doutor Mário Spinelli, e do Programa Função Social da Mesa Receptora de Votos, do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC) e Núcleo Eleitoral, para transformar as mesas de recepção de votos no dia das eleições em mesas receptoras de denúncias de violação de direitos dos eleitores.

Valorização e Reconhecimento

Sancionada Lei que revisa remuneração de servidores e institui novo auxílio-saúde do MPPA

O Governador do Estado, Helder Barbalho sancionou, no dia 28 de março de 2022, a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, com base no art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, e o novo auxílio-saúde para membros e servidores do MPPA.

Os dois projetos de lei, iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça, foram aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça em janeiro de 2022 e pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), à unanimidade, no dia 22 de março.

No ato de sanção das novas leis, o PGJ César Mattar Jr. destacou que "o momento é de parabenizar, mas também de render homenagens e de agradecer a sensibilidade do poder executivo, e a disposição de junto, com as demais instituições e poderes, construir um Estado com justiça social, um Estado que permita um reconhecimento de todos aqueles que diurtunamente ajudam a forjar um estado do Pará ainda mais pujante.

Também agradeço ao parlamento estadual que disse sim a esse clamor antigo dos servidores públicos, em especial do Ministério Público, que desde 2017 não viam uma revisão salarial".

Novas Leis

O novo auxílio-saúde implementa ajustes redacionais ao texto da atual normativa, adequando-o aos novos padrões implementados pela Resolução nº 223/2020 do Conselho Nacional do Ministério Público, e será mais abrangente, pois além da cobertura de despesas com plano de saúde, custeará despesas com planos odontológicos e outras admitidas.

Com a nova lei do Auxílio-Saúde, n° 9.502/2022 e Resolução n° 001/2022-CPJ, foi possível implementar no âmbito do Ministério Público a desburocratização dos procedimentos de comprovação do auxílio-saúde, além de incorporar no âmbito do Parquet as diretrizes da Resolução n° 223/2020-CNMP, possibilitando por fim um acréscimo de mais de 100% nos valores pagos a título de Auxílio-Saúde em muitas faixas de idade dos beneficiários, justamente em um momento pós-pandêmico.

A Revisão Geral Anual dos vencimentos, das funções gratificadas e dos proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas, segue o índice para correção, o IPCA.

Alterações propostas pela Procuradoria-Geral de Justiça ampliam a conversão em pecúnia

Por meio de projetos de sua autoria, a Procuradoria-Geral de Justiça possibilitou a expansão dos pagamentos anuais de conversão em pecúnia a membros e servidores. Com a publicação da Lei Complementar Estadual n° 138/2021 e da Lei Estadual nº 9.349/2021, no Diário Oficial de 19 de novembro de 2021, os limites da conversão passaram a observar apenas as restrições de ordem orçamentária.

As propostas apresentadas pela Procuradoria-Geral de Justiça foram aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), por unanimidade, após passar por análise da Comissão Permanente de Regimentos e Normas Internas do CPJ.

As duas legislações alteradas mantiveram ainda alguns poucos limites, mas a regra geral foi alterada, pois antes os membros poderiam indenizar no máximo cinco (5) períodos e os servidores, no máximo três (3). Com as mudanças das regras membros e servidores podem indenizar o limite que o orçamento disponibilizar.

Com isso, foi dado continuidade em 2021 às conversões em pecúnia para membros do Ministério Público nos termos das Lei complementares nº 088/2013 e 138/2021 e para servidores nos termos das Lei Estaduais nº 8.406/2016 e 9.349/2021.

Com advento das mudanças legislativas foi possível o Ministério Público Estadual indenizar férias e licença-prêmio em pecúnia, no ano de 2022 nos meses Fevereiro, Março, Maio, Agosto e Dezembro com diversos membros e servidores sendo contemplados com a indenização de mais de 2.000 (dois mil) períodos de férias e licença-prêmio no ano de 2022.

Núcleos especializados instalados pelo Pará. Núcleo Eleitoral, em Belém, e Núcleo Étnico-Racial, em Santarém

O Procurador-Geral de Justiça instalou dois núcleos especializados em Regiões Administrativas distintas, descentralizando a atuação do Ministério Público no município-sede. O Núcleo Eleitoral, na sede da Região Administrativa "Belém I", situada no Distrito de Icoaraci, é o primeiro deles, vinculado ao Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão, sob a coordenação do Promotor de Justiça José Edvaldo Pereira Sales. O segundo é o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, vinculado ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, tendo por coordenadora a Promotora de Justiça Lílian Regina Furtado Braga, instalado na sede da Região Administrativa do Baixo Amazonas, com sede em Santarém.

Mais segurança

O Gabinete Militar do MPPA no biênio 2021-2023 direcionou sua atuação para o alcance dos membros e servidores do MPPA, garantido a segurança de todos no desempenho de suas atividades, para que a sociedade, como destinatária dos serviços deste Órgão Ministerial, receba cada vez mais um serviço dedicado e de qualidade.

Outra vertente de atuação, se traduz na busca crescente de modernização dos equipamentos de monitoramento (alarmes, câmeras, catracas de acesso com reconhecimento facial, portas giratórias detectores de metais), bem como a aquisição e melhoria dos equipamentos característicos da atividade-fim dos policiais militares que atuam no gabinete militar em todos os prédios do MPPA.

De posse da assinatura de dois Termo de Execução Descentralizada, foi possível o incremento do efetivo em mais 30 policiais militares da ativa e 60 da inatividade, convocados para desempenhar suas atividades laborais junto ao Gabinete Militar do MPPA, além da aquisição de armamentos, munição, coletes, equipamentos de inteligência e contra inteligência, um veículo tipo VAN, caracterizado para desempenhar o policiamento ostensivo no mercado do "Ver-o-Peso", cartão-postal de Belém do Pará, e também nos bairros da Campina e Cidade Velha.

Combate à pandemia

Procuradoria-Geral de Justiça investiu em ações contra o coronavírus

A Procuradoria-Geral de Justiça entre os meses de abril de 2021 e março de 2022, investiu em ações de combate à pandemia da Covid-19. Em 2021 foram distribuídas mais de 5.000 unidades de máscaras descartáveis para todas as regiões administrativas, além de face shields, álcool em gel e realizadas ações de sanitização em vários prédios do Ministério Público do Estado.

Também foram adquiridos óculos de proteção individual e máscaras padrão N95 que em breve serão disponibilizadas ratificando o compromisso de atual gestão em garantir condições sanitárias e um ambiente de trabalho seguro para membros, servidores, colaboradores e a população em geral que procura o MPPA.

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), por meio do Departamento Médico Odontológico (DMO) em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (Sespa) realizou testes rápidos de antígeno para Covid-19 com membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado (MPPA) que apresentarem sintomas gripais, a partir do 3º dia do início dos sintomas. A testagem é uma das medidas programadas pela Administração Superior para fortalecer o combate ao novo coronavírus.

Outras ações importantes foram tomadas pelo Ministério Público do Estado do Pará para fortalecer a prevenção e o combate ao novo coronavírus (Covid-19) e a Influenza H3N2. Por meio dessas medidas, a Administração Superior reforçou o seu compromisso em preservar a saúde de seus membros, servidores, estagiários, colaboradores e da população em geral, recomendando a adoção de práticas sanitárias amplamente divulgadas, do distanciamento social e da vacinação, se mantendo atento para implementação de novas ações, sempre que necessário.

Neste sentido, foram intensificados os procedimentos de limpeza, com três ações diárias, além de mutirões a serem realizados aos sábados em todas as salas dos prédios maiores, utilizando a mesma solução química de higienização recomendada pela Anvisa e utilizada pelo Exército em procedimentos similares.

Nos moldes da capital, a SUBTA orientou a intensificação dos procedimentos de limpeza nos prédios do interior, com a higienização diária e utilização de sanitizante recomendado pela Anvisa.

MPPA realiza concursos para renovação do quadro funcional

Em 2022 o MPPA voltou a realizar concursos públicos para servidores e promotores de Justiça.

No decorrer do ano ocorreu o VI Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, de nível médio e superior, cujo resultado final foi divulgado às vésperas do recesso, e houve o lançamento do XIII Concurso Público para Promotor de Justiça, que aplicou sua primeira prova em janeiro de 2023.

VI Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, de nível médio e superior

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) divulgou, no Diário Oficial de 20 de janeiro de 2023, a Portaria nº 0161/2023-MP/PGJ que homologa o resultado final do concurso. A homologação confirma todas as etapas do concurso e autoriza a nomeação dos aprovados, respeitando a lista de classificação. As nomeações deverão ocorrer de acordo com a necessidade de serviço, a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão e a quantidade de vagas existentes.

O edital foi lançado em 13 de maio de 2022 e publicado também em braile, obedecendo legislação. No dia 14 de agosto de 2022, mais de 62 mil candidatos fizeram provas em Belém, Ananindeua, Castanhal, Capanema, Paragominas, Abaetetuba, Soure, Breves, Marabá, Redenção, Tucuruí, Parauapebas, Altamira, Itaituba e Santarém. Em torno de 44 mil dos inscritos disputaram as vagas disponíveis para nível médio, pela manhã, enquanto 17 mil concentraram esforços para os cargos de nível superior, no turno vespertino. Dos mais de 100 mil inscritos, o concurso registrou taxa de comparecimento superior a 60%.

O resultado final do o VI Concurso Público para o provimento de vagas para 22 cargos efetivos, de nível médio e superior, do quadro de servidores da instituição para o preenchimento de 169 vagas imediatas e a formação de cadastro de reserva, resguardando a garantia de cotas para pessoas com deficiência, negros, indí-

genas e quilombolas foi divulgado no dia 19 de dezembro de 2022.

O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., e da Subprocuradora-geral, Ubiragilda Pimentel, entregou certificados em reconhecimento ao trabalho realizado pela Comissão do VI Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, de nível médio e superior do MPPA.

"A conclusão do concurso para servidores, sem intercorrências, marca o denodo da comissão para o êxito na condução dos trabalhos mas, para além disso, um marco histórico em nosso MP, que há mais de dez anos não realizava concurso para servidores. Estamos muito felizes com a publicação do resultado e vamos avançar ainda mais", ressaltou o Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr.

XIII Concurso Público para Promotor de Justiça

O MPPA publicou no dia 23 de agosto de 2022, o edital do XIII Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado. Foram ofertadas 65 vagas para os cargos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto, abrangendo também cotas para pessoas com deficiência, negros, e de forma pioneira, para indígenas e quilombolas.

No dia 15 de janeiro de 2023, às 13 horas, foram aplicadas as provas objetivas contendo 100 questões objetivas de múltipla escolha, com caráter eliminatório e classificatório, valendo 10 pontos e abrangendo os objetos de avaliação constantes do item 17 do edital. As provas foram realizadas em 220 salas distribuídas nos colégios Ideal, Vilhena Alves, Paes de Carvalho, Ulysses Guimarães, além das Faculdades Estácio FAP e IESAM e Faculdade Ideal (Faci). O resultado provisório desta etapa foi divulgado no dia 07 de fevereiro de 2023.

O edital de resultado final na prova objetiva, para todos os candidatos, e de convocação para avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência foi publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e divulgado no site da CEBRASPE.

4.296 inscritos concorreram às 65 vagas ofertadas que estão divididas entre 41 para ampla concorrência, 7 para candidatos com deficiência, 13 para candidatos negros, 2 para candidatos de origem indígena e 2 para candidatos pertencentes à comunidades remanescente de quilombos, em cumprimento ao disposto na Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, e na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A previsão de conclusão do concurso para promotor de Justiça é até dezembro de 2023.

Agilidade e eficiência

Procuradoria-Geral de Justiça assina contrato para aquisição do Sistema de Automação da Justiça

Foi assinado em março de 2022, o contrato entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a empresa Softplan Planejamento e Sistemas LTDA, que visa a aquisição do licenciamento permanente do sistema SAJ - Sistema de Automação da Justiça para Ministérios Públicos.

A cerimônia de assinatura foi presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., e contou com a

presença dos subprocuradores-gerais, Eduardo Barleta e Ubiragilda Pimentel; do Ouvidor-Geral do MPPA, Adélio Mendes dos Santos; das promotoras de Justiça Luziana Dantas e Viviane Sobral, representando a Corregedoria-Geral do MPPA; de coordenadores dos Centros de Apoio Operacional e de membros e servidores da instituição. Os integrantes da Comissão de Sistemas da Área Finalística (CSAF) também estiveram presentes.

O SAJ é uma automatização das rotinas jurisdicionais e administrativas que asseguram ganhos de produtividade e otimização dos recursos de Tribunais de Justiça, Ministérios Público e Procuradorias estaduais e municipais, ou seja, o sistema é uma solução que visa facilitar a troca de informações e agilizar o trâmite processual por meio de diversos serviços WEB voltados para os advogados, cidadãos e serventuários da justiça.

O novo sistema SAJ/MPPA funcionará integrado ao PJE. Ou seja, o membro do MPPA não precisará estar logado ao PJE para trabalhar. Por meio do SAJ, ele realizará suas atividades judiciais e extrajudiciais, pois o próprio sistema encaminhará tudo para o PJE.

A implantação do SAJ nos Polos Belém I e II deve acontecer até novembro de 2022 (cronograma aprovado entre CSAF e Empresa Softplan) e a implantação do SAJ em todo o MPPA, até julho de 2023.

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Integram o CETI, o procurador de Justiça Mário Nonato Falângola, presidente; a subprocuradora-geral de Justiça para a Área Técnico Administrativa, Ubiragilda Pimentel; os procuradores de Justiça Maria do Socorro Mendo (Colégio de Procuradores) e Waldir Macieira (Conselho Superior); os promotores de Justiça Viviane Lobato Sobral (Corregedoria-Geral) e José Maria Gomes (SUBJI); o diretor do Departamento de Informática, Fabricio Saldanha; e os servidores Bruno Braga e Renato Almeida.

Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA e PJE

Integram a Comissão, o Procurador de Justiça Eduardo Barleta (presidente), subprocurador-Geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional; os promotores de justiça José Maria Gomes dos Santos, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial; Daniela Souza Filho Moura, coordenadora do Centro de Apoio Operacional Técnico; Reginaldo César Lima Álvares, representante do MPPA no Grupo Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE); Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, titular do cargo de 1º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa, e os servidores Fabrício José Barroso Saldanha, diretor do Departamento de Informática, Vânia Socorro Siqueira Rodrigues, diretora do Departamento de Atividades Judiciais, Michelle Barbosa de Brito, assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão da PGJ, Welligton Sousa Pedroso, assessor especializado do CAO de Políticas Criminais, e Carlos Henrique Coelho Tocantins, chefe da Divisão de Análise e Programação.

PGJ do Pará é eleito presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais

Em reunião realizada no dia 29 de março, em Brasília, o PGJ do Pará, César Mattar Jr., foi eleito presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG), por 16 votos a 14, em disputa com o PGJ de Minas Gerais, Jarbas Soares Jr. O mandato será de um ano (2023-2024). Essa é a primeira vez que um PGJ do Pará é eleito para presidir o CNPG. A sessão foi conduzida pela PGJ da Bahia, Norma Cavalcanti, que encerra o seu mandato à frente do Colegiado em maio de 2023.

2

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Departamento de

ADMINISTRAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do MPPA realizou entre abril de 2021 e abril de 2023, diversas ações para aprimorar o trabalho de membros e servidores, e assim, garantir melhor serviço prestado à população do Estado.

Nesse sentido, algumas demandas se tornaram prioritárias, como: os serviços de limpeza e de conservação, um anseio antigo das comarcas do interior do Estado e que ensejou um plano de ação em várias etapas.

Com objetivo também de ampliar os canais de comunicação entre o MPPA, a sociedade e demais instituições, a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Departamento de Administração, adquiriu aparelhos celulares e kits compostos com microfones, caixas de som e webcams que foram disponibilizados para todas as Procuradorias e Promotorias de Justiça, como forma de disponibilizar mais um canal de atendimento na instituição.

Através do Departamento de Administração, também foi estruturada uma unidade de atendimento via whatsapp para recebimento de denúncias e orientações. No cenário administrativo, foi concluído ainda, o cadastro de usuários do MPPA junto ao PAE, o que coloca a instituição à frente do processo administrativo eletrônico no Estado, com acesso a um canal rápido para tramitação de documentos entre o Poder Executivo e outras instituições.

Também entre abril de 2021 e fevereiro de 2022, a PGJ realizou a modernização da frota de veículos do MPPA, com a aquisição de caminhões e vans. Os novos veículos irão substituir a atual frota, e também serão destinados para comarcas do interior do Pará que nunca foram contempladas com essa ferramenta de trabalho, além da substituição gradativa de veículos de passeio por pickups que permitirão o deslocamento em regiões de difícil acesso.

A modernização da frota também implicou na modernização da gestão dos serviços de transporte, com a contratação de novas empresas para manutenção de veículos e de gerenciamento de combustível, além de sistemas de GPS ativados em todos os veículos.

Confira mais ações do biênio 2021-2023:

Serviços de Limpeza e Conservação:

• Atualmente a Instituição conta com 18 contratos terceirizados de serviços de limpeza e conservação, contemplando 61 comarcas o que representa um total de 126 postos de serviço, permitindo uma maior regularidade nessa área, uma vez que os serviços deixaram de ser prestados por diaristas, garantindo com isso um ambiente de trabalho mais saudável/higienizado para membros, servidores, colaboradores e a população em geral que acessa os prédios do MPPA;

• Renovada a parceria existente com a Secretaria de Administração do TJE que permitiu que, nas unidades do MPPA que funcionam dentro dos prédios do Fórum, os serviços de limpeza desses espaços sejam realizados por empresa terceirizada contratada pelo TJE, sem custos para o MPPA;

• Contratação de 49 novos postos de trabalho nas áreas de telefonista, recepcionista e copeiro, dotando as sedes das regiões administrativas com serviços essenciais para melhor atendimento da população e das condições de trabalho internas nas unidades do MPPA em todo o Estado;

Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia Fixa e Móvel

• Início do processo de ampliação dos serviços de telefonia móvel com o recebimento de 408 novos aparelhos celulares, finalizando o ano de 2022 com 538 linhas ativas, o que permitiu a disponibilização

de uma linha móvel celular para comunicação institucional dos membros e destes com os jurisdicionados nas comarcas, em todo o Estado;

Biblioteca

• Renovação e ampliação do acervo da biblioteca bem como a ampliação de serviços e publicações em meio digital;

Serviço de Artes Gráficas

• Aquisição de novos equipamentos para ampliação da capacidade e do volume de impressões de materiais institucionais;

Serviços de Dedetização/Desratização/Descupinização

• Realização de procedimentos de dedetização, descupinização e desratização em várias unidades do MPPA em todo o Estado;

Processo Administrativo Eletrônico

• Início do processo de cadastramento e transição do PAE 3.0 para o 4.0 seguindo o cronograma definido pela SEPLAD/Prodepa mantendo a participação institucional nesse sistema de envio eletrônico de documentos, o que garante uma maior celeridade na troca de informações entre os diversos órgãos que integram essa rede;

Serviço de Transportes

• Aquisição de duas novas vans e de dois caminhões, sendo um de pequeno e um de grande porte para substituição dos veículos que estavam em uso há mais de dez anos pela instituição;

• Em 2022 a locação eventual de veículos teve um crescimento na ordem de 32% em relação ao ano de 2021, motivada pela retomada da rotina administrativa em função dos avanços da imunização contra a Covid-19 e da flexibilização das medidas sanitárias restritivas, tendo sido firmado um novo contrato de locação eventual para atender esse crescimento da demanda;

Emissão de Passagens Aéreas

• Em 2022 a emissão de passagens aéreas teve um crescimento na ordem de 126% em relação ao ano de 2021, motivada pela retomada da rotina administrativa em função dos avanços da imunização contra a Covid-19 e da flexibilização das medidas sanitárias restritivas;

Planejamento e Necessidades – Ano Base 2023

• Contratação do serviço de locação de veículos objetivando a renovação de 100% da frota institucional bem como a adequação dos modelos dos veículos a região onde os serviços serão executados, com a aquisição de picapes e veículos tipo sedan;

• Contratação de serviços terceirizados de motoristas a fim de implementar um novo modelo de gestão e execução desses serviços em todo o Estado;

• Contratação de serviços para digitalização, indexação e gestão dos documentos institucionais;

• Inauguração do espaço destinado ao Serviço de Transportes, como novas instalações para os motoristas e veículos institucionais;

• Contratação de serviço de telefonia em nuvem para ativação de novos serviços e modernização do modelo atual de telefonia fixa, permitindo uma qualidade maior e um universo de novos serviços decorrente da tecnologia a ser contratada;

3

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Comissão de Gestão de

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

As informações a seguir tratam sobre a execução das atividades no ano de 2022 e as planejadas para o ano de 2023 na área de gestão e planejamento, sob a responsabilidade da Comissão de Gestão de Planejamento Estratégico (COGEPE)-subordinada, por delegação do Procurador Geral de Justiça, à Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa (SUBTA)-a qual tem por finalidade precípua, assessorar os órgãos e as unidades administrativas do MPPA, em planos e projetos, dentre outras.

O produto ora apresentado corresponde ao processo de acompanhamento do 1º ano de execução dos Planos Setoriais e Diretores- concebidos em 2021, para implementação no período 2022 a 2024, e oriundos do desdobramento do Plano Estratégico Institucional (PEI), 2021-2029, visando a efetividade desse instrumento de logo prazo e, consequentemente, ao enfrentamento dos desafios apontados pelo Procurador Geral de Justiça no seu Plano de Gestão Estratégica-2021-2023.

Com o objetivo de apresentar resultados quantitativos, mas, sobretudo, os qualitativos, o Relatório foi delineado sob três grandes enfoques: I-Resultados para a Sociedade; II-Resultados Estruturantes e III-Planejamento para 2023.

O item I, relativo a Resultados para a Sociedade corresponde às ações que afetam diretamente à população, enquanto o item II, Resultados Estruturantes, corresponde às ações que buscam, principalmente, a celeridade da máquina administrativa, para atendimento das demandas internas, quer sejam originadas por Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça, quer sejam por gestores de Unidades administrativas, as quais, ao final também, proporcionam entregas indiretas para a sociedade. E, finalmente o item III-Planejamento para 2023, retrata as ações planejadas que a COGEPE entende importante para o prosseguimento do Plano estratégico Institucional.

Cabe salientar que as ações que por qualquer dificuldade interna ou externa não puderam ser concluídas, essas deverão ser contempladas para o exercício de 2023 somando-se às novas.

Execução das atividades no ano de 2022

I. RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

1. Execução de planos nos níveis estratégico e táticos de planejamento:

1.1 Plano Estratégico Institucional-2021-2029(PEI)

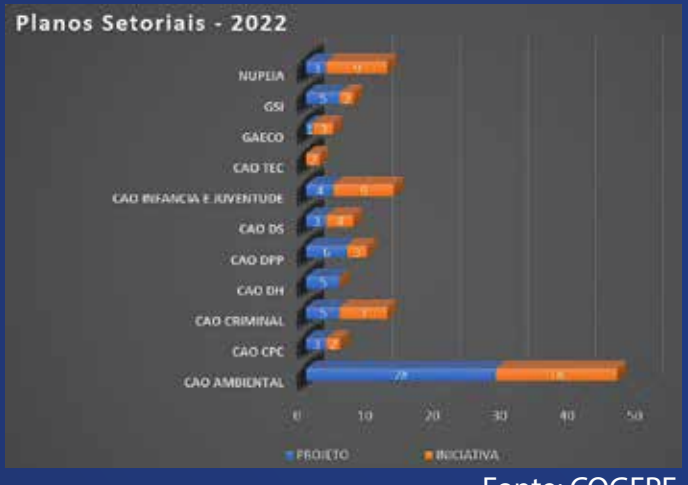
— O MPPA, por meio da COGEPE, desenvolveu a estratégia de desdobrar o PEI – 2021-2029 em planos táticos de médio prazo, denominados setoriais e diretores, os quais vem contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais através de projetos e inciativas.

Considerando o Mapa Estratégico, apresenta-se a seguinte configuração.

Fonte: COGEPE

1.2 Planos Setoriais – Durante o ano de 2022, foi implementada a execução de planos da área finalística da Instituição, no total de onze, denominados de Planos Setoriais – 2021-2024, voltados para os setores da infância e juventude; da defesa do patrimônio público e combate à sonegação fiscal; das políticas criminais, execução penal e controle externo da atividade policial; dos direitos sociais; dos direitos humanos; ambiental; de incentivo à autocomposição; além do plano do apoio técnico aos órgãos de execução.

Gráfico com projetos e iniciativas dos órgãos de execução



Fonte: COGEPE

2. Planejamento Estratégico Nacional--PEN 2020-2029

Somadas às ações previstas pelos membros, diretores de departamentos e assessores indicadas nos Planos táticos, se encontram os indicadores de contribuição oriundos do CNMP, no instrumento Radar Estratégico, para os quais foram previstas e executadas 74 ações entre projetos e iniciativas (disponíveis em relatório específico), as quais contribuirão para o fortalecimento do MPPA e para o alcance da estratégia de planejamento do Ministério Público brasileiro.

3. Portal da Transparência

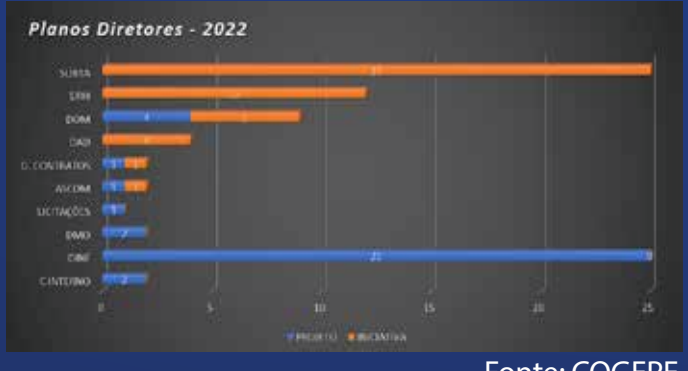
Em 2022, de acordo com o novo Manual do Portal da Transparência do CNMP, foram inseridos o novo Mapa Estratégico Institucional-2021-2029, aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça por meio da Resolução nº 011/2021-MP-CPJ, 04 de novembro de 2021, mais quatro projetos de iniciativa da área finalística cadastrados no Banco Nacional de Projetos do CNMP e a Portaria que institui, no âmbito do MPPA, o Plano de Contratações Anual (Portaria nº 7137/2022-MP/PGJ).

II. RESULTADOS ESTRUTURANTES

1. Execução de planos nos níveis estratégico e táticos de planejamento:

1.1. Planos Diretores – No nível tático foram implementados ainda planos, de médio prazo, para área meio do MPPA, denominados Planos Diretores – 2021-2024, a saber: Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a área técnico-administrativa; Auditoria Interna; Médico-odontológico; Gestão de Pessoas; Comunicação; Tecnologia da Informação; Licitação; Gestão de contratos; Obras e Manutenção; Programação Orçamentária; e Gestão Estratégica.

Gráfico com projetos e iniciativas das unidades administrativas



Fonte: COGEPE

MPPA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

2. Plano de Contratação Anual (PCA) – Atualizado o PCA com a publicação da Portaria nº 7137/2022-MP/PGJ, e iniciado o processo de construção do PCA 2024, que servirá de base para proposta de Lei Orçamentária Anual 2024 – LOA 2024. A mesma estrutura será utilizada para construção do Plano Plurianual 2024-2027 – PPA 2024-2027.

3. Captação de Recursos – Foram apresentadas propostas nº 01778/2020, no valor de R$ 1.000.000,00, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Projeto EMPODERAMENTO EMPREENDEDOR FEMININO) e a nº 026889/2022, no valor de R$ 501.042,54, apresentada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (Projeto "Vítimas"). Ainda nesse segmento, a COGEPE, em conjunto com o CAODH, vem tomando as medidas necessárias à realização do Chamamento Público do projeto "GESTÃO DE CONFLITOS TERRITORIAIS RURAIS", com valor de R$ 1.203.000.00, com previsão de execução para vinte e quatro meses. Em setembro de 2022, foi enviado à Fundação Ford relatório anual de prestação de contas referente ao citado projeto.

4. Implantação de Okr – Com a finalidade de permitir a execução dos Planos Estratégico Institucional e os Táticos (Setoriais e Diretores) dele oriundos, o MPPA, através da COGEPE, realizou a contratação de mentoria para implantação da Metodologia OKR (Objective and Key-Results, Objetivos e resultados-chave, em tradução livre) que configura uma ferramenta de gerenciamento de desempenho que tem se tornado cada vez mais popular. Essa metodologia é baseada na ideia de estabelecer objetivos claros e mensuráveis, que permitem às equipes o acompanhamento do progresso.

No ano de 2022 foram capacitadas 98 pessoas, entre membros e servidores, permitindo a formação de 29 equipes. Na área meio, foi possível realizar dois trimestres de acompanhamento (abril a junho e julho a setembro) enquanto na área finalística, foi iniciado um trimestre de acompanhamento (setembro a novembro). No total foram realizadas 380 reuniões de check-ins, onde foi possível atingir a média de 83% dos resultados pretendidos.

Tabelas de reuniões de Check-ins das equipes formadas

Área Meio

1º TRIMESTRE	
Unidade	**Check-ins**
ASCOM I	6
ASCOM II	6
ASCOM III	6
ASPLAN	5
CEAF I	4
CEAFII	4
CEAFIII	2
CI	10
COGEPE	3
DAD	8
DAJ	8
DFIN	2
DINF I	8
DINF II	8
DMO	6
GAB MILITAR	8
GEST. CONT	8
LICITAÇÕES	6
SUBTA	7
Total	129

2º TRIMESTRE	
Unidade	Check-ins
ASCOM I	6
ASCOM II	7
ASCOM III	8
CEAF	1
CI	7
COGEPE I	2
COGEPE II	2
DAD	6
DAJ	4
DFIN	3
DINF I	9
DMO	5
DOM	11
DRH	9
GAB MILITAR	7
GEST. CONT	12
LICITAÇÕES	5
SUBTA	5
Total	109

Área Fim

1º TRIMESTRE	
Unidade	Check-ins
NAF	3
N MUHER	7
NUPEIA	6
OUVIDORIA	2
PJ S.G. ARAGUAIA	1
C P SANTARÉM	1
Total	42

1º TRIMESTRE	
Unidade	Check-ins
2ª PJ M.AMB	1
PJ IJ 6º	3
CAO AMB	1
C ACFP	4
C DPMA	6
C PROC.	4
CGMP	3

RELAÇÃO DE OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE PRETENDIDOS E ATINGIDOS NO PERÍODO

PRIMEIRA FASE DO ACOMPANHAMENTO DOS OKR E KRS				
UNIDADES	PESSOAS	METAS	ATINGIDAS	
SUB-TA	3	25	100%	
		5	90%	
		2	100%	
GABINETE MILITAR	2	2	100%	
		2	100%	
		2	100%	
		3	166%	

ASCOM - I	3	30	126%	
		28,5k	105%	
ASCOM - II	2	3.000k	81%	
		600	97%	
		342k	114%	
ASCOM - III	1	15	87%	
		60	113%	
		175	102%	
CEAF	2	-	-	
CONTROLE INTERNO	4	100%	70%	
		100%		*
		80%		*
DEP DE INFORMÁTICA I	3	100%	80%	
		100%	80%	
DEP DE INFORMÁTICA II	2	3	100%	
		15	60%	
		38	68%	
COGEPE I	5	10	140%	
		12	83%	
		9		*
		15	93%	
DAD	3	30%		*
		30%		*
		10	40%	
DAJ	3	25	100%	
		2		*
		1		*
DEP. FINANCEIRO	2	1	100%	
		100%	100%	
DMO	2	75%	100%	
		100%	50%	
DOM	4	15	100%	
		16	100%	
		80%		*
GESTÃO DE CONTRATOS	3	100%	0%	
		100%	100%	
		100%	96%	
		90%	100%	
		90%	0%	

LICITAÇÃO	5	5	60%	
		5	40%	
		5	40%	
		100%	50%	
		100%	100%	
ASPLAN	4	3	100%	
		100%	40%	
		100%	100%	
DRH	3	100%	100%	*
		100%	100%	*
		100%	100%	*
16	**56**	**-**	**87%**	

* Os KRs foram alterados no decorrer da implementação

SEGUNDA FASE DO ACOMPANHAMENTO DOS OKR E KRS (em Andamento)				
UNIDADES	**PESSOAS**	**METAS**	**ATINGIDAS**	
SUB-TA	3	2	50%	
		100%	90%	
GABINETE MILITAR	1	3	90%	
		100%	80%	
ASCOM - I	6	31	100%	
		16	63%	
		100%	70%	
ASCOM - II	1	30	120%	
		4	125%	
ASCOM - III	1	1	100%	
		1	100%	
CEAF	7	-	-	
CONTROLE INTERNO	4	100%	90%	*
		14		*
		3	100%	
DEP DE INFORMÁTICA	4	80	100%	
		23	100%	
		142	100%	
		10	100%	
		10	0%	
COGEPE I	3	15	73%	
		47	85%	

COGEPE II	1	7	57%	**
		3	33,50%	
		8	12%	
		2	50%	
		100%	0%	
DAD	3	30%		*
		30%		*
		10	100%	
DAJ	1	-	-	
DEP. FINANCEIRO	5	48	100%	
		3	100%	
		45	111%	
DRH	3	50%	100%	
		50%	100%	
		50%	100%	
DMO	2	75%	100%	
		100%	50%	
DOM	4	16	57%	
		16	87%	
		90%	100%	
		29		*
GESTÃO DE CONTRATOS	3	100%	50%	
		90%		*
		100%		*
LICITAÇÃO	5	5	60%	
		5	60%	
		4	100%	
		4	100%	
		2	50%	
		2	50%	
17	**57**	**-**	**79%**	

* Os KRs foram alterados no decorrer da implementação

** Objetivo novo, gerado no decorrer dos outros KRs

Destes OKRs, importante ressaltar os avanços alcançados por todas as unidades, cabendo o exemplificar dois casos: A Assessoria de Comunicação, tendo em vista a correlação com o objetivo estratégico institucional nº 5 – Fortalecer o Diálogo com a Sociedade e a Imagem Institucional. Neste OKR, foi ampliado o acesso à página institucional em 30% somente no primeiro trimestre. Iniciativas como o "MPPA EXPLICA" e o "VOCÊ SABIA?" foram criadas para alcançar a meta estabelecida, trazendo para o cidadão a prática de acesso ao site institucional, entregando para a sociedade cotidianamente importantes informações sobre o MPPA.

O Departamento de Obras e Manutenção (DOM) é outro exemplo, que conseguiu ampliar de 10 para 16 o número de obras entregues no período de execução da metodologia (um trimestre), assim como a ampliação da conclusão de processos de imóveis locados, saindo de 23 para 27 locações no trimestre inaugural.

5. Mapeamento de Processos – Com o objetivo de possibilitar maior eficiência na entrega dos resultados, destaca-se o mapeamento de processos. Em 2022, foram virtualizados com a devida inserção no sistema GEDOC, 29 fluxos, os quais permitiram consideráveis ganhos de produtividade através da agilização e aperfeiçoamento da tramitação. Além disso, a metodologia provou ser sustentável, na medida em que reduz drasticamente o uso de papel, e econômica, por diminuir cada vez mais a necessidade de mobilização de pessoal após virtualização do processo. Ainda há 23 fluxos aguardando validação pelos responsáveis para publicação no sistema. Dentre os processos padronizados, destacam-se as comunicações de procedimentos, pagamento de fornecedores; prorrogação de contratos; autorização de férias e licença-prêmio de membros e servidores; revisão de todos os fluxos de diárias; inscrição em certame para promoção e remoção; encaminhamento do relatório de plantão institucional; autorização do gozo de folgas, solicitação de trabalho remoto, solicitação de processo licitatório etc.

Percebe-se, por exemplo, o grande salto de procedimentos no GEDOC, em 2022, de mais de 52% no número de expedientes tramitados de forma eletrônica.

Gráfico informando a evolução de procedimentos nos sistemas GEDOC x SIP

Fonte: COGEPE

6. Banco Nacional de Projetos – Em 2022 foram cadastradas quatro novas práticas exitosas e atualizadas informações de uma prática, a saber:

Ano	Projetos	Observação
2022	Inserção da Diversidade Racial e Étnica no MPPA	Novo
2022	Corregedoria e a Agenda de Direitos Humanos	Novo
2022	Dinamizando a Orientação Funcional	Novo
2022	Projeto "Expresso DH"	Novo
2019	A Voz da Cidadania	Atualizado

Atualmente, o MPPA possui 60 práticas cadastradas no Banco Nacional de Projetos dos quais 06 foram premiadas, a saber:

- **1** MP consensuado: desburocratizando a justiça criminal;
- **2** Transparência já;
- **3** Educar para incluir;
- **4** Rede itinerante contra a violência doméstica e intrafamiliar;
- **5** Projeto Piloto do Sistema Geográfico de Informações Fundiárias do Nordeste Paraense – SIGF; e
- **6** Gestão itinerante e participativa.

7. Proposição de Criação do Subsite do Planejamento Estratégico

Foi proposto um subsite do Planejamento Estratégico da Instituição de forma a apresentar à sociedade e ao público interno as ações institucionais relacionadas ao planejamento nas suas três esferas: estratégica, tática e operacional. Foi proposta ainda a apresentação do Mapa Estratégico que resume o planejamento institucional de longo prazo através de Objetivos Estratégicos, visão, missão e valores institucionais.

8. Participação em comissões – A COGEPE participou efetivamente das seguintes comissões no ano de 2022.

Nome Comissão / Grupo de Trabalho	Portaria/Data	Integrantes
Comissão para monitoramento da Gestão e dos resultados alcançados pelo PEI-MPPA – 2021/2029	No 3095/2022-MP/PGJ 10/06/2022 Nº 2838/2022-MP/PGJ de 31/05/2022	Edwaldo Lopes da Silva
Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais.	N.º 4019/2021-MP/PGJ 16/11/2022	Edwaldo Lopes da Silva
Plano de Contratações Anuais de bens.	N.º 3943/2021-MP/PGJ 11/11/2021	Marly Nery e Adriano Arruda
Programa de Integridade do Ministério Público do Estado do Pará.	Nº 4475/2021-MP/PGJ 07/12/2021 Alterada através da Portaria Nº 1686/2022-MP/PGJ de 11/04/2022	Marly Nery e Adriano Arruda
Comissão com a responsabilidade de implementar as ações de melhoria do desempenho ambiental da Instituição.	Nº 1403/2021-MP/PGJ de 08/06/2021 Nº 6693/2022-MP/PGJ	Rose Anne Campelo do Nascimento e Carlos Anderson Corrêa Silva
Grupo de Trabalho para Dimensionamento de Pessoal	Nº 5475/2022	Marly Nery e Adriano Arruda

Fonte: COGEPE

III- PLANEJAMENTO – 2023

1. Execução de planos nos níveis estratégico e táticos de planejamento:

1.1. Plano Estratégico Institucional- 2021-2029(PEI) e Planejamento Estratégico Nacional-PEN 2020-2029

Realizar a avaliação do PEI – 2021-2029 e do PEN 2020-2029.

2. Planos Táticos

Acompanhamento e avaliação dos projetos e iniciativas que os compõem os planos setoriais e diretores.

3. Planos Operacionais

Apresentação de proposta à Corregedoria-Geral e aos Centros de Apoio Operacional visando a definição de formulário de projeto para aplicação nos planos táticos e operacionais.

4. Plano de Contratação Anual (PCA)

Construção de tabela-base com itens, subelementos e elementos que compõem a estrutura do orçamento institucional para 2023.

Elaboração de Catálogo de Bens e Serviços de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).

Acompanhamento da Execução do PCA 2023.

5. Implementação de OKR

Implementar o uso do Aplicativo OKR APP, disponibilizado pelo MPMS.

Execução de OKR em três trimestres para unidades já capacitadas em 2022.

Capacitar as demais unidades em OKR.

6. Captação de recursos

Acompanhamento da publicação de editais na plataforma "transfere.gov" (antes plataforma +Brasil) e demais plataformas de captação de recursos.

Mapear o fluxo de captação e apresentar proposições visando a implantação do processo de captação de recursos na Instituição.

Acompanhamento do processo de chamamento público do Projeto Gestão de Conflitos Territoriais Rurais (Fundação Ford).

Gerenciamento do Projeto Gestão de Conflitos Territoriais Rurais (2023-2024).

7. Mapeamento de processos

Propor à Administração Superior fortalecer a estrutura do mapeamento de processos visando o aumento da produtividade.

8. Portal da transparência

Divulgar o PCA 2023 e suas atualizações.

Divulgar o PCA 2024.

9. Banco nacional de projetos

Divulgar as diretrizes estabelecidas pelo CNMP para o cadastramento no BNP de 2023.

Assessorar membros e servidores na elaboração de práticas exitosas e cadastramento de novas práticas no BNP.

Atualização das práticas cadastradas.

10. Capacitação dos integrantes da COGEPE

Encaminhar projeto de capacitação ao CEAF.

11. Elaboração de relatório de lições apreendidas

Elaborar relatório identificando os entraves das atividades executadas em 2022 e apresentando proposição de melhoria.

4

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

CONTROLE INTERNO

Avanço e aprimoramento de demandas internas

A Comissão de Controle Interno do Ministério Público do Estado do Pará, instituída pela Portaria n° 7.558/2014, é a unidade organizacional responsável pela função de Auditoria Interna, atividade independente e objetiva, de avaliação (Assurance) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização (Fonte: Institute of Internal Auditors – IIA).

Com o objetivo a fomentar o fortalecimento da estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos, a Comissão de Controle Interno iniciou, em 2021 e 2022, o projeto institucional de fortalecimento do sistema (estrutura) de controle interno – SCI, tendo por base a metodologia de Objectives and Key Results – OKR, ou Objetivos e Resultados-Chave, em português, o qual permitirá o aprimoramento contínuo das operações administrativas-financeiras da Instituição.

O projeto conta com 3 ações, sendo:

1. Qualificação da equipe para o exercício da função de Auditoria Interna, com a realização de 40h/ano de qualificação, de cada integrante, focada no referencial teórico e normas de Auditoria Interna;

2. Disseminação aos diversos setores sobre os conceitos do Sistema de Controle Interno – SCI, iniciado com a realização com duas atividades administrativas com a alta administração do MPE/PA; e

3. E a estruturação de 3(três) mecanismos de controles internos relacionadas a diárias.

A estruturação do SCI permite à Unidade de Auditoria Interna, a avaliação permanente dos controles internos administrativos, da gestão financeira, orçamentária e patrimonial, fornecendo insumos aos gestores e colaboradores da estrutura organizacional do MPPA, necessários à correção de fragilidades em procedimentos e rotinas, coibir fraudes e desvios de recursos e assegurar a conformidade, o que permitirá o aperfeiçoamento e amadurecimento da gestão Ministerial.

5

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Departamento de

OBRAS E MANUTENÇÃO

Ampliação do MPPA por todo o Pará

A Procuradoria-Geral de Justiça desde o dia 14 de abril de 2021 trabalha no investimento de reformas e construções de sedes do Ministério Público do Estado na capital e interior do Pará.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, César Mattar Jr. também assinou o Termo de Acordo Administrativo de Desapropriação amigável do imóvel localizado na Avenida 16 de Novembro, número 170, na Cidade Velha (antiga casa Grisólia). O local, com 2.150 m2, abrigará as futuras instalações de Promotorias de Justiça e áreas administrativas da capital. Os projetos para construção de estacionamento provisório e do Data Center do Ministério Público, no local já foram contratados.

No dia 21 de março de 2022 foi assinado o Termo de Acordo Administrativo de Expropriação amigável do imóvel localizado na Rua Avertano Rocha, n 17. O local, com 6.074,88 m2, abrigará as futuras instalações de Promotorias de Justiça e áreas administrativas da capital.

Os custos com construções, reformas e serviços de engenharia para conservação e manutenção de imóveis do Ministério Público Paraense, alcançaram em **2022** o valor de R$ 27.630.722,02, quase triplicando os resultados alcançados em 2021, em metas físicas.

Este valor está segregado em R$ 6.043.005,09 para as despesas com reformas, conservação e manutenção de bens imóveis, R$ 3.169.856,93 em custos com obras e projetos de novas instalações e R$ 18.417.860,00 em inversões e aquisições.

Os recursos utilizados com reformas, em 2022, individualmente, quase triplicaram, em comparação aos valores executados em 2021, que ainda sofreu pelo impacto da pandemia COVID-19, evidenciando o alinhamento com o desafio institucional, do objetivo 06, do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, de fomentar práticas de governança e gestão

orientadas para resultados, por meio do fortalecimento das ações com reformas e manutenções prediais, visando garantir a funcionalidade adequada para as unidades institucionais, no desenvolvimento de suas atribuições.

Outro significativo aporte de recursos, em 2022, foi o realizado em obras, projetos de novas instalações, inversões e aquisição, representando um grande impacto no crescimento em áreas úteis edificáveis, para possibilitar a reestruturação, já imperiosa, de unidades administrativas e construção de novas sedes de Promotorias de Justiça, na capital e interior. O referido resultado foi alcançado, por meio das desapropriações dos terrenos da Grisólia, Edifício Rofama, terrenos em Santa Isabel do Pará, Itaituba e Mosqueiro, totalizando R$ 21.587.716,93, em investimentos.

Em abril de 2022 foi concluída a construção da sede da Promotoria de Justiça de **Altamira**. Iniciada em 2013, a obra passou por duas rescisões unilaterais de contratos (abandono de obra), e sua conclusão ocorreu somente em 2022, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2021, realizado com a empresa Norte Energia. Ainda no município, foi doado terreno contiguo a Promotoria de Justiça, pela municipalidade, para construção de estacionamento e ampliação futura da Promotoria.

Foram **concluídas** as reformas das antigas residências oficiais que se encontravam sem uso, através de contratos próprios, para funcionamento das novas sedes do MP nos municípios de **Vigia, Tucumã e São Domingos do Capim**. Ainda, permaneceram, em andamento, em 2022, as reformas para adaptações das antigas residências oficiais em sedes, nos municípios de **Oriximiná, Mãe do Rio, Muaná e Curionópolis**, em sintonia ao desafio institucional, do objetivo 06, do Planejamento Estratégico Institucional, de ampliar gradativamente o processo de gestão interiorizada, como instrumento útil à promoção de condições de espaços físicos e operacionais de trabalho para membros e servidores do MPPA, garantindo a adequada prestação de serviços à sociedade.

Por meio da doação de imóvel, no município de **São Geraldo do Araguaia,** também foi construída a sede da Promotoria de Justiça, no município, que antes funcionava nas dependências do Fórum.

Em andamento se encontram as construções das sedes de **Canaã dos Carajás**, por meio do Convênio nº 01/2020, celebrado com o município; **Cametá** e **Mojú**.

Serviços de engenharia foram realizados em diversos municípios por meio das atas de registro de preços para Serviços Comuns de Engenharia nºs 044/2021 e 044/2022.

Foram iniciadas as licitações para as construções das novas sedes de **Barcarena, Tomé-Açu e Abaetetuba.**

Foi iniciada a licitação para contratação dos **projetos** para a construção das sedes de **Benevides, São Miguel do Guamá, Santa Isabel do Pará, Estacionamento no terreno da Grisólia, Tucuruí, São João do Araguaia, Itaituba** e **Prainha**, e **projetos** para as reformas para **adaptação** do edifício **Rofama**, que receberá Promotorias de Justiça e Unidades Administrativas, e reformas dos espaços do **Auditório de Ananindeua** e **Auditório** de Belém e **Plenário**, por meio do GEDOC nº 149386/2022.

Foi iniciada a contratação dos projetos para construção da **Nova Sede do Ministério Público.**

O detalhamento dos gastos é demonstrado a seguir nos quadros de reforma e obras respectivamente:

Reformas

Detalhamento	Local	Liquidado
Reforma Imóvel doado	São Geraldo do Araguaia	79.582,87
Reforma Residência Oficial do MPPA	São Domingos do Capim	227.929,61
Reforma Residência Oficial do MPPA	Vigia	162.162,83
Reforma Residência Oficial do MPPA	Tucumã	631.646,56
Reforma Residência Oficial do MPPA	Oriximiná	96.224,32
Reforma no Theatro Victória	Santarém	6.553,71
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Santarém	729.404,95
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Óbidos	164.333,69
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Alenquer	159.761,30
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Castanhal	71.304,35
Reforma no imóvel locado para devolução	Altamira	31.174,21
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Redenção	256.899,52
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Tucuruí	31.060,11
Reforma da sede da Promotoria de Justiça	Monte Alegre	62.403,44
Reforma Residência Oficial do MPPA	Mãe do Rio	516.782,51
Reforma Residência Oficial do MPPA	Muaná	55.813,52
Reforma Residência Oficial do MPPA	Curionópolis	373.014,02
Serviços de limpeza e instalação do tapume terreno Grisólia	Belém	79.999,99
Serviço de escoramento Grisólia	Belém	102.881,80
Reforma Galpão Tamandaré	Belém	311.797,41
Reforma Adequação sistema de incêndio Sede e Anexos	Belém	329.550,12
Reforma do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça	Belém	435.700,94
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Santa Isabel do Pará	8.651,12
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2022	Santa Isabel do Pará	107.861,06
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Salinópolis	58.666,90
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Igarapé-Miri	47.006,64
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Santo Antônio do Tauá	6.021,68
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Marituba	8.844,51
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Paragominas	8.209,20
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Cametá	9.618,92
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2021	Belém	323.027,26
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2022	Belém	538.795,36
Serviços Comuns de Eng. ARP 044/2022	Benevides	10.320,66
	TOTAL	6.043.005,09

Informações Qualitativas: Reformas

• O Departamento de Obras e Manutenção realizou em 2022, por meio do Projeto de Interiorização da PGJ, levantamentos in loco para a execução de reformas nas sedes de polo, que necessitavam de manutenção, como Tucuruí e Castanhal (concluídas), Redenção e Santarém (em andamento); Capanema, Marabá e Parauapebas (em licitação), Abaetetuba (em adaptação imóvel locado) para a construção da nova sede (em licitação). Em Soure e Paragominas foram realizados levantamentos para realização das reformas, que ocorrerão em 2023.

• A sede da região administrativa Marajó II – **Breves**, está com o terreno, para a construção da futura sede, em fase de promulgação do Decreto municipal de doação ao MPPA.

• As **segundas entrâncias** também foram objeto de atuação, com reformas significativas, em sedes que necessitavam de manutenção, para atender ao perfil de cargos e volume processual da Promotoria, foram reformadas as sedes de **Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Santa Isabel do Pará, Marituba e Salinópolis.**

• As Promotorias de Justiça de **Cametá, Moju, Canaã dos Carajás, Mãe do Rio e Oriximiná,** estão com as construções das suas sedes em andamento, e em licitação, estão as construções das sedes de **Barcarena e Tome-Açu**, e a reforma da sede da Promotoria de Justiça de **Xinguara.**

• As Promotorias de Justiça de **Igarapé-Miri, São Domingos do Capim, Vigia de Nazaré, Tucumã e São Geraldo do Araguaia saíram dos Fóruns,** para sedes próprias e ainda este ano sairão: **Cametá, Moju e Oriximiná.**

Obras

Unidades	Local
Total Obras	
Construção do Memorial Covid	**Ananindeua**
Serviços complementares na construção da sede	**Altamira**
Construção nova Sede	**Canaã dos Carajás**
Construção nova Sede	**Moju**
Construção nova Sede	**Cametá**
ARP 056/2021 Elaboração de Projetos	**Ourilândia do Norte**
ARP 056/2021 Elaboração de Projetos	**Tomé-Açu**
ARP 056/2021 Elaboração de Projetos	**Belém**
Inversões	
Edifício Rofama	Belém
Terreno para construção da sede **(*)**	Itaituba
Terreno para construção da sede	Mosqueiro
Terreno para construção da sede **(*)**	Santa Isabel do Pará
Aquisições	
Aquisição de sala para instalação da representação do MPPA	**Brasília**

Informações Qualitativas: Obras

• As obras iniciadas em 2021, continuaram sua execução em 2022, como as sedes **Canaã dos Carajás, Mojú e Cametá,** tiveram um bom desempenho e serão inauguradas em 2023, todas segundas entrâncias.

• E, se encontram em licitação as obras de constrições das novas sedes de **Barcarena, Abaetetuba e Tomé-Açu**, também segundas entrâncias e sede de polo.

• A construção da sede de **Oriximiná,** outra segunda entrância, teve a rescisão unilateral do contratual, por abandono da empresa, contudo a licitação foi novamente realizada e iniciou novo contrato, para conclusão da obra, com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2023.

• Foi iniciada, em 2022, a licitação para os **projetos da Nova Sede do Ministério Público**, projeto estratégico, de suma importância para o futuro da Instituição, será realizado por meio de TED - Termo de Execução Descentralizada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP, e terá vigência de doze meses. O novo prédio visa reestruturar o MPPA pelos próximos 50 anos, e tem como um dos seus diferenciais pleitear a certificação ambiental **LEDD - Leadership in Energy and Environmental Design** que é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações utilizado em mais de160 países, e possui o intuito de incentivar a transformação dos projetos, obra e operação das edificações, sempre com foco na sustentabilidade de suas atuações.

Informações Qualitativas: Inversões e Aquisições

• A parceria dos Órgãos como SEDOP e PGE tem fortalecido muito as ações de **desapropriações** nos municípios que necessitam de construção de sedes, como ocorreu em **Itaituba, Santa Isabel do Pará e Mosqueiro.**

• Como aquisição, em cumprimento a Recomendação 057/2017 do CNMP, foi adquirida sala, com 141,66 m2, para instalação do escritório de Representação do MPPA, em Brasília, no moderno condomínio Complexo Brasil 21. A ação teve o objetivo de fortalecer a atuação da instituição na capital federal.

Planejamento Obras e Reformas 2023

Reformas

Unidades	Local	Contrato
Total Reformas		
Outras Reformas não mapeadas	Belém I	
Reforma do Edifício Rofama (reserva)	Belém I	
Reforma Casa Asmmar	Belém I	
Reforma Casa Maria das Neves	Belém I	
Reforma do Auditório e Sala Multiuso	Belém I	
Reforma Sistema Elétrico	Belém I	
Reforma Plenário e 4º andar	Belém I	
Reforma Auditório e Guarita dos militares	Belém II	
Reforma da Sede (reserva)	Igarapé-Açu	
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Augusto Corrêa	
Reforma Theatro Victória	Santarém	
Serviços Comuns de Engenharia para manutenção predial	Belém I, II, Nordeste I, II, II e IV, Tocantins e Marajó I e II. I	Prevista
Reforma da Sede	Itaituba	Prevista
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Curuçá	Prevista
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Portel	Prevista
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Limoeiro do Ajurú	Prevista
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Marapanim	Prevista
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede	Primavera	Prevista
Reforma e adaptação da Residência Oficial em Sede (reprogramação)	Oriximiná	160/2022
Reforma da PJ	Marabá	Em licitação
Reforma da PJ	Ourilândia no Norte	Prevista
Reforma da PJ	Paragominas	Prevista
Reforma da PJ	Xinguara	Em licitação
Reforma da PJ	Santarém	078/2022
Reforma Residência Oficial em sede	Curionópolis	079/2022
Reforma Residência Oficial em sede	Muaná	075/2022
Reforma da Sede da PJ	Redenção	084/2022
Serviços de reestruturação das instalações Elétricas no Ed Sede	Belém	Prevista
Terceirização do Serviço de manutenção (reserva)	Belém	Prevista

Obras

Unidades	Local
Total Obras	
Ata de Registro de Preços de projetos	**Diversos**
Construção de Sede Anexo III (reserva)	**Belém**
Construção estacionamento terreno Grisólia e Data Center (reserva)	**Belém**
Obras Civis Elevadores PJ Criminal	**Belém**
Obras Civis Elevadores Ed Sede	**Belém**
Construção nova Sede	**Capanema - sede**
Construção nova Sede (reserva)	**Benevides**
Construção nova Sede (reserva)	**Breves - sede**
Construção ampliação sede (reserva)	**Bragança**
Construção nova Sede	**Cametá**
Construção nova Sede	**Canaã dos Carajás**
Construção nova Sede	**Moju**
Construção nova Sede (reserva)	**Itaituba - sede**
Construção nova Sede (reserva)	**São Miguel do Guamá**
Construção nova Sede (reserva)	**Tucuruí - sede**
Construção nova Sede (reserva)	**Abaetetuba**
Construção Anexo (reserva)	**Marabá**
Construção nova Sede	**Barcarena**
Construção nova Sede	**Tome-Açu**
Construção nova Sede (reserva)	**Prainha**
Elevador PJ Criminal	**Sede**
Elevadores Ed Sede	**Sede**
Construção do Estacionamento (reprogramação já em execução)	**Rondon do Pará**
Inversões	
Imóvel para ampliação PJ Criminal	**Belém**
Terreno para construção PJ	**Salinópolis**

6

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

GABINETE MILITAR

Mais segurança

O Gabinete Militar do MPPA no biênio 2021-2023 direcionou sua atuação para o alcance dos membros e servidores do MPPA, garantido a segurança de todos no desempenho de suas atividades, para que a sociedade, como destinatária dos serviços deste Órgão Ministerial, receba cada vez mais um serviço dedicado e de qualidade.

Outra vertente de atuação, se traduz na busca crescente de modernização dos equipamentos de monitoramento (alarmes, câmeras, catracas de acesso com reconhecimento facial, portas giratórias detectores de metais), bem como a aquisição e melhoria dos equipamentos característicos da atividade-fim dos policiais militares que atuam no gabinete militar em todos os prédios do MPPA.

De posse da assinatura de dois Termo de Execução Descentralizada, foi possível o incremento do efetivo em mais 30 policiais militares da ativa e 60 da inatividade, convocados para desempenhar suas atividades laborais junto ao Gabinete Militar do MPPA, além da aquisição de armamentos, munição, coletes, equipamentos de inteligência e contrainteligência, um veículo tipo VAN, caracterizado para desempenhar o policiamento ostensivo no mercado do "Ver-o-Peso", cartão-postal de Belém do Pará, e também nos bairros da Campina e Cidade Velha.

Gabinete Militar atua em busca de aprimoramento da segurança no MPPA

Logística

- Estrutura predial de segurança tanto de prevenção e combate a incêndio quanto de alarmes e monitoramento;
- Renovação de todos os equipamentos de combate a incêndio, como mangueiras e alarmes e a aquisição de extintores tipo ABC para todos os prédios;
- Aquisição de equipamentos de monitoramento mais modernos, como câmeras, alarmes e sensores;
- Instalação de equipamentos de monitoramento em diversas promotorias;

Recurso humanos

• Capacitação e especialização do efetivo, através da realização de cursos de segurança de autoridades, manuseio de armamento e prática de tiro, escolta em estabelecimentos carcerários;

• Aumento do efetivo em 35%, através da renovação do termo de cooperação técnica celebrado com a Polícia Militar;

• Aquisição de equipamentos de inteligência e contrainteligência, através de termo de cooperação.

O gabinete militar do MPPA, atua no policiamento ostensivo dos bairros da Campina e Cidade Velha, destacando-se, desta forma, de outros gabinetes e assessorias militares diversos, o que contribui para a manutenção da ordem pública e da redução da criminalidade.

No período compreendido, foram mais de 460 abordagens realizadas, 18 prisões, duas armas de fogo apreendidas, 60 armas brancas apreendidas e mais de 166 artefatos para consumo de entorpecentes retirados de circulação.

Foram realizadas, ainda, 1.840 escoltas e acompanhamentos de servidores em suas missões institucionais, 673 escoltas a membros em tribunal do júri, 389 escoltas a membros em inspeções às unidades prisionais, policiais e socioeducativas e mais de 1.870 missões de segurança pessoal de autoridades.

7

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Departamento de

INFORMÁTICA

MPPA investe em tecnologia na capital e interior do Pará

A Procuradoria-Geral de Justiça tem como uma das suas metas de gestão, a modernização do Parque Tecnológico da instituição, bem como, o investimento em comunicação e tecnologia. O principal objetivo é a melhoria do serviço disponibilizado à população do Estado. Entre o período de abril de 2021 e abril de 2023, foram realizadas as seguintes ações:

- **Equipamentos entregues para atender as demandas institucionais**
  - 303 computadores;
  - 615 monitores;
  - 127 impressoras;
  - 773 Nobreak para os usuários;
  - 288 Notebooks para os membros;
  - 89 Firewalls para promotorias;
  - 302 Kit Multimidia
  - 431 Certificados Digitais
  - 18 Servidor de Arquivos da Promotoria
- **Atendimento ao Usuário**

15.000 atendimentos realizados. Considerando chamados de apoio ao usuário, suporte, configuração, GEDOC, SIMP e SAJMP;

- **Ações Principais**

· Instalação do SAJMP nas Regiões Administrativas BELÉM I e BELÉM II;

· Licenças do Office 365 para todos os Membros, Servidores e Estagiários do MPPA;

· Adequação da infraestrutura da Rede do MPPA para uso do Office 365 e Microsoft Teams;

· Análise de Soluções para salas de vídeo conferências;

· Iniciada a implantação da Central de Atendimento ao Usuário;

· Finalizada a instalação de Firewalls em 89 das 129 unidades remotas do MPPA:

- Abaetetuba
- Almirante Barroso
- Altamira
- Altamira - Anexo
- Ananindeua
- Anapú
- Augusto Corrêa
- Aurora do Pará
- Baião
- Barcarena
- Benevides
- Bonito
- Braganca
- Brasil Novo
- Breu Branco
- Bujaru
- Cametá
- Canaã dos Carajás
- Capanema
- Capitão Poço
- Castanhal
- Colares
- Concórdia do Pará
- Curuçá
- Dom Elizeu
- Eldorado dos Carajás
- Garrafão do Norte
- GSI/GAECO
- Icoaraci
- Igarapé-Açu
- Igarapé Miri
- Inhangapi
- Ipixuna do Pará
- Irituia
- Itaituba
- Jacundá
- Justiça Militar
- Limoeiro do Ajuru
- Mãe do Rio
- Magalhães Barata
- Marabá
- Maracanã
- Marapanim
- Marituba
- Medicilândia
- Mocajuba
- Moju
- Mosqueiro
- NAF
- NAI
- Nova Timboteua
- Novo Repartimento
- Oriximiná
- Ourém
- Pacajá
- Paragominas
- Parauapebas
- Peixe-boi
- Primavera
- Porto de Moz
- Redenção
- Rio Maria
- Rondon do Pará
- Salinópolis
- Santa Bárbara
- Santa Izabel do Para
- Santarém
- Santarém Novo
- Santa Luzia do Pará
- Santa Maria do Pará
- Santo Antônio do Tauá
- São Caetano de Odivelas

- São Domingos do Araguaia
- São Domingos do Capim
- São Francisco do Pará
- São Geraldo do Araguaia
- São Joao de Pirabas
- São Miguel do Guamá
- Senador José Porfírio
- SEFA
- Tailândia
- Tomé-Açu
- Tucumã
- Tucuruí
- Ulianópolis
- Uruará
- Vigia
- Viseu
- Vitória do Xingu
- Xinguara

- Configuração da Redundância e Balanceamento de Carga no acesso à internet na Sede e Anexos

- Substituição do servidor de arquivos das promotorias:

- GAECO
- GSI
- Abaetetuba
- Altamira
- Barcarena
- Capanema
- Castanhal
- Icoaraci
- Marabá
- Paragominas
- Parauapebas
- Redenção
- Salinópolis
- Tucuruí

• Aquisições

• Finalizadas

- Aquisição do Sistema de Automação da Justiça - SAJ;
- Aquisição do Novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos;
- Aquisição de computadores desktop com duas telas;
- Aquisição de Notebooks;
- Aquisição de monitores para segunda tela;
- Aquisição de Nobreaks de 1.2 KVAs;
- Aquisição de Nobreaks de 1.5 KVAs;
- Aquisição de Servidores para os Polos;
- Aquisição de Impressoras Multifuncionais Monocromáticas;
- Aquisição de Impressoras Monocromáticas de pequeno porte;
- Aquisição de Kits Multimidia para membros (Câmeras, Microfones, Caixas de Som e Fones de Ouvido);
- Aquisição de Computadores de Alta Performance para Assessoria de Comunicação, Departamento de Obras e Manutenção, Serviço de Artes Gráficas, Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar, GAECO, Departamento de Informática, GSI;
- Aquisição de Firewalls para as Promotorias;
- Aquisição de Firewall para o Data Center;
- Aquisição de licenças do Microsoft Office 365;
- Aquisição de licenças do Windows Server;
- Aquisição de licenças do SQL Server;
- Aquisição de licenças do Visio Professional;
- Aquisição de licenças do Microsoft Project;
- Aquisição de licenças do Software Corel Draw;
- Aquisição de licenças do Software Adobe Creative Cloud Pro;
- Aquisição de licenças do Software IntelliJ IDEA;

· Aquisição de licenças do Qlick Sense;
· Aquisição de suporte e manutenção da Oracle;
· Aquisição de Modens 4G;
· Aquisição de Tablets;
· Aquisição de Pen Drivers 32 GB para o GAECO;
· Aquisição de Pen Drivers 64 GB para o GAECO;
· Aquisição de Gravador/Leitor de CD DVD USB;
· Aquisição de Baterias para Nobreaks;
· Aquisição de licenças Autodesk - (Architecture, Engineering & Construction Collection);
· Contratação de Empresa especializada em pesquisa e aconselhamento imparcial em Tecnologia da Informação;
· Aquisição de Suporte e Manutenção dos Nobreaks do Data Center;
· Aquisição de Suporte e Manutenção do Appliance de Backup do Data Center;
· Aquisição de Suporte e Manutenção do Storage do Data Center;
· Aquisição de Contas de e-mail;
· Aquisição de Suporte do Lumis;
· Contratação de Subscrição da RedHat;
· Aquisição de Licenças de Antivirus Corporativo;
· Ampliação de Serviços de Internet da PRODEPA;
· Aquisição do AUTODESK;
· Aquisição de Certificados Digitais;
· Aquisição de solução de conteinerização para otimizar o desenvolvimento e a gestão de softwares;
· Aquisição de HD para os servidores de banco de dados;
· Aquisição de Toners para impressoras;
· Aquisição de Software de Gerenciamento de Ativos de Rede;
· Contratação de plataforma de treinamentos em TI para os servidores do DINF;

• Em Andamento

· Aquisição de Data Center Modular;
· Aquisição de Servidores para o Data Center;
· Ampliação de serviço de locação de Impressoras;
· Aquisição de Notebooks;
· Contratação de Provedor de Nuvem;
· Aquisição de Nobreaks;
· Aquisição de equipamentos para Nova Rede WI-FI;
· Contratação de Fábrica de Software;
· Aquisição de HDD para o GSI;
· Aquisição de HD Externo 5 TB;
· Aquisição de WorkStations;
· HD e Memória para Servidores de Dados;
· Aquisição de Equipamentos para salas de Vídeo Conferência;
· Aquisição de Novo Sistema de Gestão Administrativa;
· Modernização da Internet e Intranet do MPPA;
· Atualização da Ferramenta de Gestão de Projetos
· Software para Desenvolvimento de Sistemas – Delphi
· Manutenção da Ferramenta de Business Intelligence QlikSense
· Link Redundante para as Promotorias do Interior do Estado

• Sistemas

• Sistema de Automação da Justiça – SAJMP
· Implantação finalizada em BELEM I;
· Implantação finalizada em BELEM II;
• Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP
· Implantação da Assinatura Eletrônica;
· Implantação da auditoria nas movimentações;
· Implantação da funcionalidade de registro de atividade não procedimental para Procurador;
· Implantação da funcionalidade de cadastro de in-

terceptação telefônica
· Melhorias no Relatório do inventário;
· Implantação das funcionalidades do SIRENEJUD;
· Cancelamento de movimentos pelo usuário SIMP;
· Atualização de Movimentos e Assuntos da Tabela Taxonômica;
· Configuração de Suspensão de Prazos no Recesso;
· Desenvolvimento integração com PJe (Em Andamento);
· Ajuste na regra de distribuição
· Customização na regra para cancelamento de movimentos
· Correção de falha ao realizar conversão de protocolo de meio ambiente
· Customização no formulário de Violência Doméstica
· Customização no formulário de Atividade Não Procedimental
· Correção ao abrir protocolo CNJ
· Customização na emissão do Relatório de Inventário
· Correção no registro de Log no banco de dados
· Correção em Imprimir protocolo virtual
· Customizações no registro dos dados do "SireneJudDados"

· Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GEDOC

· Implantação de novas regras para assuntos sigilosos;
· Solicitação e Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos;
· Pedido de Diligências (GSI);
· Documento Formal de Demanda (SIGI);
· Permitir que as movimentações dos expedientes sigilosos possam ser visualizadas;
· Formulário de solicitação de férias com aviso de plantão;
· Envio de e-mail de forma automática de acordo com o mapeamento da atividade
· Customização do formulário de diária para informar a data da chegada no destino
· Customização do formulário de PPA/PCA/LOA
· Customização para informar o tempo de trâmite em cada unidade
· Correção da última movimentação para arquivamento
· Customização para ordenar as documentações anexados
· Customização da mensagem de distribuição de documento pelo gerenciamento da unidade
· Bloquear o recebimento em lotes de documentos com responsável vinculado
· Alertar o recebimento por outro usuário de documento com responsável vinculado
· Customização do formulário de comunicados de procedimentos extrajudiciais para retirar o nome "SIMP"
· Criação da informação do tempo total para o tramite de determinado assunto
· Customização do cálculo do tempo de tramite de documentos para considerar apenas dias uteis

· Sistema de Diárias - SISCAD

· Emissão de relatórios de prestações contas em atraso
· Parametrização dos novos valores de diárias
· Customização no formulário de solicitação e prestação de contas

· Sistema Suprimento de Fundos

· Implantação do módulo Controle Interno;
· Implantação do módulo Suprido;
· Integração com o sistema GEDOC;
· Geração de Relatórios de Prestações de Contas;
· Customizações de Relatórios de Prestações de Contas;
· Customização para a controle de aquisição de café, açúcar e material de limpeza

· Sistema de Atos Administrativos - ATOS

· Aprimoramento da Funcionalidade de Pesquisa;

· Modulo Pesquisa de Portarias;

· Customização para envio e gerência de notícias para o DOEMPPA

· Customização para geração de portarias de diárias

• Sistemas de Contratos

· Implantação do sistema na unidade de Gestão de Contratos;

· Integração com o sistema financeiro;

• Solicitação de apoio técnico ao Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar - SIMP ATEC

· Novos relatórios de gestão;

· Customização de cadastro dos Técnicos do GATI

· Gerar relatórios para os Analistas GATI

· Customização no fluxo para correção análises realizadas pelo Técnicos do GATI

· Customização para cadastro de servidores e membros do CAO

· Emissão de relatório de produtividade

· Customização no fluxo para avaliar as solicitações distribuídas com a possibilidade de retornar para complementar informações

· Customização na regra de distribuição de solicitações

· Customização na exibição das análises técnicas

· Correções de problemas de prazos e prorrogações

• Sistema PC ONLINE

· Implantação do sistema na Promotoria de Massas Falidas;

• SIG Fundiário

· Implantação do sistema;

• Portal da transparência

· Tratamento das informações sobre Missões Sigilosas;

· Tratamento dos dados do sistema de Suprimento de Fundos;

· Análise de dados para o Novo Portal da Transparência – V5;

· Customização para Novo Portal da Transparência – V5

· Análise de informações para o TCE/PA

· Projeto de desenvolvimento do Novo Portal da Transparência

• Painéis de Gestão

· Desenvolvimento do Painel para Correições da CGMP;

· Desenvolvimento do Painel de Produtividade de Membros;

· Desenvolvimento do Painel de Suprimento de Fundos;

· Ajustes do Painel do CNMP-IND;

· Migração dos painéis para a ferramenta QlikSense

· Customização do relatório de Produtividade

· Customização do relatório do CNMP Ind.

· Customização do painel de segurança publica

· Customização do painel de suprimento de fundos

· Customização do painel de diárias

· Desenvolvido do Painel de Abuso de Criança e Adolescente - CAO Infância e Juventude

· Desenvolvido de relatório de cálculo de retroativo de ATS

· Desenvolvido de relatório de cálculo de retroativo de Promoção

· Desenvolvimento de painel de controle orçamentário

• Sistema de Gestão Integrada - SIGI

· Novo sistema desenvolvido em 2021;

· Integração com GEDOC;

· Modulo de priorização de demandas;

· Modulo de classificação orçamentária;

· Customização para elaboração do PPA (2024 - 2027)

· Customização da integração com o GEDOC

· Customização da emissão de DFD

· Customização da emissão PCA

· Customização do módulo orçamentário - LOA 2024

• Sistema Regime Disciplinar Membros

· Novo sistema em desenvolvimento;

• Portal MPPA

· Criação dos canais para os novos CAOs;

· Criação do canal para a COGEPE;

· Capacitação de usuários para criação de conteúdo no portal;

· Publicação do Selo Prevenção a Corrupção;

· Apoio técnico para capacitação de usuário

· Desenvolvimento de manual para gerenciamento de conteúdo

· Customizações e manutenção de canais para as unidades finalísticas e administrativas

· Criação do canal para a COGEPE

· Criação do canal para publicação de atos da Licitação

• Processo Seletivo Simplificado

· Avaliação do SIPROS;

· Treinamento de uso do SIPROS;

· Configuração dos PSS do MPPA no SIPROS;

· Apoio Técnico da Comissão do PSS em todas as fases dos Processos Seletivos;

• Plantão

· Customização das regras de sorteio para servidores

· Customização de relatórios

· Desenvolvimento do modulo de gestão de plantão

· Desenvolvimento do modulo de pesquisa de plantão - Intranet

• Sistema Eleitoral MPPA - VOTUS

· Realização de eleição para os cargos de Corregedor e Subcorregedores

· Realização de eleição para Coordenador da e Vice Coordenador das Procuradorias Cíveis

· Realização de eleição para Coordenador da e Vice Coordenador das Procuradorias Criminais

• Sistema Orçamentário e Financeiro

· Customizações de vinculação do orçamento com o planejamento estratégico

· Customização nos formulários de gestão orçamentário e financeiro

• Sistema de Acompanhamento de Relatórios de Fiscalização - SICARF

· Customizações e correção nos relatórios de fiscalização

• Ouvidoria - SIC

· Correção no problema de anexo de documento no formulário de manifestação

· Customizações nos formulários de controle de manifestações

· Customizações na emissão de relatórios

• Ferramenta de Atendimento do MPPA

· Implantação da ferramenta de atendimento de suporte a solução SAJMP

• Capacitação

· PostgreSQL;

· Analista de Processos de Negócio (BPM);

· Especialista em Spring REST;

· TDC Future 2021;

· Aquisição da plataforma ALURA;

· Nova Lei de Licitação;

· Conteinerização de aplicações;

· Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termos de Referencias;

· Contratação de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação;

8

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Assessoria de

PLANEJAMENTO

Assessorar a Administração Superior na tomada de decisão

Ação contínua que envolve estudos de natureza econômica, financeira, estatística, legal e orçamentária, da receita e despesa ministerial. Toda essa ação é orientada para dar segurança à Administração Superior na tomada de decisão em matéria de orçamento, finanças e gestão fiscal.

Minuta de relatórios de gestão da PGJ

No primeiro trimestre de cada ano e por força legal, o MPPA tem que encaminhar relatórios de prestação de contas e de planejamento a diferentes destinatários. A Assessoria de Planejamento faz a captura das informações e a redação da minuta desses relatórios oficiais, a seguir descritos:

• Avaliação do PPA, ano base 2022. Órgão destinatário = SEPLAD/PA

• Relatório de Gestão, ano base 2022 – Órgão destinatário = TCE/PA

• Relatório de gestão – anos base 2022/2023 – Poder destinatário = ALEPA/PA

As informações para esses relatórios se originam de todos os Órgãos e unidades ministeriais. Descrevem as principais atividades desenvolvidas no sentido do fortalecimento institucional, bem como as ações finalísticas que impactam e importam para a sociedade, em conformidade com o § 3º do Art. 179 da Constituição Estadual de 1989.

Esses relatórios também contêm informações de natureza técnica sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, origem e aplicação dos recursos, onde são analisados os fatores internos ou externos que contribuíram ou prejudicaram o desempenho das atividades programadas e realizadas no ano base 2022, bem como as ações programadas para o exercício de 2023.

Instrumentos de planejamento:

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

> Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
>
> I - o plano plurianual;
>
> II - as diretrizes orçamentárias;
>
> III - os orçamentos anuais.

Segue a descrição dos instrumentos de planejamento do MPPA, estruturados em 2022, bem como as ações de janeiro e fevereiro de 2023.

Execução de 2022
Quadro de Detalhamento das Quotas Quadrimestrais – QDQQ – 2022

Nesse instrumento, as necessidades de empenho e desembolso financeiro das despesas e investimentos são programadas mês a mês, de acordo com a priorização dos Órgãos e Unidades Administrativas, limitados à previsão de arrecadação do Estado e transferências financeiras de recursos ordinários ao MPPA. Ao longo do ano, foram publicados 3 (três) relatórios expressando as programações quadrimestrais.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – ano base 2023

O trabalho técnico aqui realizado é em relação à minuta do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Poder Executivo para o exercício financeiro seguinte. Visa-se identificar e monitorar toda e qualquer proposição, nessa minuta ou na dinâmica legislativa em torno dela, que possa ser perniciosa aos interesses ministeriais. São realizados estudos de compatibilidade sobre o percentual institucional sobre a receita líquida resultante de impostos – RLRI e a projeção da manutenção e expansão do Parquet.

Lei Orçamentária Anual 2023

A construção da proposta da Lei Orçamentá-

ria Anual do MPPA para o exercício seguinte, e que irá compor o Orçamento Geral do Estado do Pará, tem 3 (três) fases essenciais:

1º - Levantamento das despesas e investimentos necessários para a manutenção e melhoramento da estrutura física, aparelhamento e de trabalho de todos os Órgãos e Unidades representativas das áreas fim e meio, para a execução, com excelência, da missão do MPPA junto à sociedade.

2º - Consolidação e validação das solicitações, compatibilização com o teto de recursos ordinários disponibilizado, priorização de ações pela PGJ com a contribuição da Comissão Permanente do Orçamento, resultando na estruturação da Proposta da LOA institucional encaminhada ao CPJ.

3º - Apreciação e aprovação da Proposta da LOA institucional pelo Colégio de Procuradores de Justiça e alimentação dela nos sistemas oficiais.

Execução de 2023

• Quadro de Detalhamento das Quotas Quadrimestrais – 1º QDQQ 2023

Vide descrição acima.

• PCA – Plano de Contratações Anuais - 2023 e 2024

• Construção de tabela referencial e validação da estrutura do PCA 2023

• Elaboração de orientações para a área de informática para o aperfeiçoamento do sistema do SIGI – Sistema de Gestão Integrada – que irá recepcionar a coleta de necessidades para o PCA 2024.

• LOA 2024 e PPA 2024/2027

O monitoramento e extração de informações para a LOA 2024 e para o PPA institucional 2024/2027, já estão em andamento.

1. Programação, execução, monitoramento e avaliação

a. Dar disponibilidade orçamentário-financeira nos processos que envolvem dispêndio de recursos públicos;

b. Identificar as readequações de dotações orçamentárias necessárias à execução da despesa ministerial;

c. Apuração do grau de eficiência orçamentária e financeira do MPPA, indicando entraves e propondo soluções com vistas a excelência dessa execução;

d. Acompanhar os indicadores da gestão fiscal do MPPA e os do Plano Plurianual (PPA);

e. Estudos técnicos, atuais e prospectivos, da receita e despesa ministerial;

f. Alimentação de sistemas oficiais (SIAFE, Portal da Transparência, SEOWEB, entre outros)

g. Monitorar as alterações legais no âmbito fiscal, previdenciário e jurídico que repercutem nos instrumentos de planejamento;

h. Emissão de pareceres e notas técnicas, em matéria orçamentária e financeira, em documentos internos e externos;

i. Subsidiar a Gestão com informações para o Radar Estratégico do CNMP.

2. Participação em grupos de trabalho

a. Participação em comissões e grupos de trabalho para a melhoria dos processos de gestão, sistemas de informação, fluxos internos, rotinas administrativas, procedimentos e normas internas.

b. Participação em Grupos de Trabalho do Comitê de Política de Gestão Orçamentária do Fórum Nacional de Gestão (FNG)/CNMP.

c. NLLC – Fracionamento da Despesa – Desenvolvimento de controle e escrita de regulamento para a apuração da ocorrência do fracionamento de despesas nas aquisições institucionais.

9

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Atividade de

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Atividade de licitações e contratos

1) Implementação de fluxo para os procedimentos de Adesão a Ata de Registro de Preços e Participação em Registro de Preços no sistema GEDOC, bem como aperfeiçoamentos dos fluxos de dispensa/inexigibilidade de licitação e de prorrogação contratual, conferindo maior celeridade à tramitação desses procedimentos.

2) Institucionalização de modelos de Termos de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico, com o objetivo de auxiliar as unidades a elaborarem suas demandas relativas a procedimentos licitatórios ou de contratação direta, tornando a tramitação mais célere e linear, conforme expediente nº 11896/2021.

3) Institucionalização de listas de verificação (check list) relativas a Adesão a Ata de Registro de Preços, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade de Licitação, Convênio com Banco para consignação em pagamento e Convênio para seleção de estagiário, com o objetivo de auxiliar os interessados e as unidades administrativas a iniciarem suas demandas relativas a processos licitatórios, de contratação direta ou celebração de convênio já devidamente instruídos, tornando a tramitação desses procedimentos mais célere, conforme expediente nº 18341/2021.

4) Institucionalização de formulário padronizado para análise de qualificação técnica e de propostas em Pregão Eletrônico a serem utilizados pela equipe de apoio, com o objetivo de conferir o mais elevado grau de segurança e transparência na tomada de decisão nos certames, conforme expediente nº 18266/2021.

5) Modificação no perfil de atuação do Grupo Multidisciplinar de Termo de Referência – GMTR, intensificando suas atividades na fase preliminar ao início do processo licitatório ou de contratação direta, primando pela proatividade das atividades do Grupo e evitando o excesso de trâmites dos processos para sanear equívocos ou omissões nos Termos de Referência.

6) Elaboração de Plano de Transição para a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) no âmbito do MPPA, com o estabelecimento de tarefas a serem desenvolvidas pelos diversos setores envolvidos nos processos de contratação, a fixação de prazos para cumprimento das atividades e o cronograma de adoção da Lei nº 14.133/2021 nos processos licitatórios e de contratação direta, conforme Portarias nº 3776/2022-MP/PGJ e nº 6444/2022-MP/PGJ.

7) Institucionalização de fluxos dos processos licitatórios, de contratação direta e de apuração de responsabilidade nos casos de infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8) Institucionalização de listas de verificação (check list) para dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021.

9) Institucionalização de modelos padronizados de Documento de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termos de Referência (TR) para aquisição de bens e execução de serviços, conforme a Lei nº 14.133/2021.

10) Regulamentação interna sobre a atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio e da comissão de contratação no âmbito do MPPA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme Portaria nº 6631/2022-MP/PGJ.

11) Regulamentação interna sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares – ETP no âmbito do MPPA, conforme Portaria nº 219/2023-MP/PA.

12) Realização de Oficina de elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência conforme a Lei nº 14.133/2021, ministrada por servidores efetivos do Grupo Multidisciplinar de Termo de Referência – GMTR, com 60 participantes.

13) Celebração de instrumentos, tendo o MPPA como contratante/partícipe:

Instrumento	Quantidade
Contratos	381
Atas de Registro de Preços	115
Termos/Acordos de Cooperação	51
Convênios	9
Termos de Execução Descentralizada	3
Termos de Adesão a instrumentos diversos	10

14) Processos licitatórios (abril/2021 a fevereiro/2023, atualizado até 14/02/2023):

LICITAÇÕES			
Período anterior (biênio 2019-2021)	**Qtde**	**Período atual (Gestão Dr. César Mattar) (biênio 2021-2023)**	**Qtde**
abril/2019 a março/2021	150	abril/2021 a fevereiro/2023	190

BIÊNIO 2021-2023

Diferença -28%

10

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Departamento

FINANCEIRO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO:

DIRETORIA

Execução do Relatório de Gestão Fiscal 1º e 2º Quadrimestre;

Execução do Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre;

Fechamento dos Balanços Financeiro e Orçamentário;

Fechamento da DFMS;

Fechamento dos RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO;

Fechamento dos DEPÓSITOS DE TERCEIROS;

Fechamento Bancário;

Fechamento SUPRIMENTOS INDIVIDUAIS NÃO COMPROVADOS e DIÁRIAS;

Disponibilidade de Caixa;

Variação Patrimonial;

Relatório de Gestão Fiscal;

Publicação do RGF;

Fechamento Depósitos de Diversas Origens;

Fechamento DFMS PMB;

Fechamento do CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO;

Cálculo do PASEP;

Lançamento de DCTF;

Análise tributária dos pagamentos;

Fechamento dos diversos responsáveis (diárias, Sup. Fundos);

Fechamento da folha de pagamento;

Fechamento da folha Suplementar;

Fechamento do IGEPREV;

Análise de eventos Contábeis;

Aplicação e resgate financeiro;

Siconfi;

Secretaria do Tesouro Nacional;

EFD Reinf Receita Federal;

SIAFE;

DIVISÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Apropriação dos rendimentos CDB-Gov e contas caução;

Verificação de saldo nas contas do MPE;

Controle do saldo das contas bancárias;

Lançamento de informações referentes a pagamentos nos sistemas GEDOC e SIP;

Recebimento e análise da documentação apresentada no sistema GEDOC referente a pagamento de fornecedor, diárias e suprimento de fundo;
Recebimento e análise de protocolos encaminhados pelo sistema SIP para pagamento;
Pagamento de fornecedores, diárias, suprimento de fundo através da confecção de nota de lançamento e ordem bancária;
Pagamento junto as instituições bancárias das retenções de impostos de fornecedores;
Retirada das guias de retenção dos impostos (DAM/GPS/DAE) junto as instituições competentes;
Recebimento de protocolos GEDOC referentes as diárias para análise e baixa;
Lançamento das devoluções de diárias no valor total ou parcial com acompanhamento dos depósitos no BANPARA;
Lançamento no sistema SISFIN das devoluções de diárias;
Aplicação de recursos recebidos referentes ao duodécimo (mensal);
Resgate CDB para pagamento de despesas do Órgão;
Recebimento para análise e pagamento de protocolos vindos da Divisão Execução Orçamentária, referentes ao pagamento de encargos patronais de servidores cedidos a este Órgão Ministerial;
Fechamento Contábil por Fonte de Recursos de Superavit Fonte 03010000;
Controle de Entrada de recursos no Banpara por fonte de Recursos;
SIAFE.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Responsável pela execução dos empenhos (ordinários, estimados e globais) relacionados a contratos de serviços (Pessoa física e Pessoa Jurídica), compras e obras;
Responsável pelos empenhos relacionados a dispensa de licitação (pessoal, diárias, suprimentos de fundos, contas de água, luz e outros);
Recebimento de processos via GEDOC e SIP e distribuição dos mesmos às servidoras da unidade; Lançamento das notas de empenho no SISFIN;
Elaboração de PRD´s de contratos de obra e de folha de pessoal. Bem como de outras PRD´s relacionadas a processos de auxilio-doença, funeral e ressarcimento de obrigações patronais de servidores cedidos;
Fechamento orçamentário dos dados inseridos no sistema SISFIN a partir dos lançamentos do SIAFEM;
Acompanhamento do orçamento no SIAFEM;
Fechamento do exercício relacionado as anulações dos empenhos não pagos no exercício;
E outras situações relacionadas a divisão orçamentária;
Elaboração de Empenhos de Contratos, ARP, Diárias e Sup. de Fundos;
SIAFE.

11

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Grupo de Atuação Especial no

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Principais ações do Gaeco no ano de 2021 geradoras de impacto na sociedade

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado é, nos termos do art. 1º da Resolução nº 003/2021-CPJ, uma modalidade de atuação coletiva especializada que integra a estrutura administrativa e permanente da Procuradoria- Geral de Justiça, e tem como missão identificar, prevenir e reprimir as atividades das organizações criminosas no Estado do Pará e os correlatos sistemas de corrupção de agentes públicos e de lavagem de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, notadamente por meio de ações de inteligência, investigações, ações judiciais, cooperação jurídica interna e internacional e a recuperação de ativos que propiciem a desarticulação e a repressão eficiente dos mencionados grupos criminosos.

Nesse sentido, as ações do GAECO geradoras de grandes impactos e repercussão na sociedade, adotadas no exercício de suas atribuições ao longo do ano de 2021 e 2022, confundem-se com as operações realizadas em cumprimento de medidas cautelares sigilosas devidamente deferidas pela Justiça, no bojo de procedimentos investigatórios criminais presididos pelo próprio GAECO, ou em auxílios prestados a partir de solicitações dos órgãos de execução do MPPA, listadas a seguir:

A.1 - Operação Transformers

Data: 21/07/2021

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000014-130/2020

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pelo promotor natural de Salinópolis

Aparelhos eletrônicos apreendidos:

14 (quatorze) telefones celulares;

2 (dois) notebooks;

5 (cinco) pen drives;

1 (um) HD;

1 (um) HD externo;

5 (cinco) chips de telefone celular.

Data de envio dos aparelhos eletrônicos para análise do GSI: 27/07/2021

Descrição: Cumprimento de 11 (onze) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em seis municípios distintos do Estado do Pará – Belém, Salinópolis, Itaituba, Marabá, Ourilândia do Norte e Xinguara.

A Operação Transformers fundamentou-se em procedimento investigatório criminal inicialmente instaurado no âmbito do GAECO, contando com o apoio do Núcleo de Inteligência do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA), com o objetivo de investigar fatos ilícitos consistentes na clonagem de chassis de diversos veículos a partir da inserção de dados falsos nos sistemas informatizados do órgão de trânsito estadual, com a posterior emissão de documentos contendo informações falsas com a finalidade dar aparência de regularidade aos veículos emplacados de forma ilícita.

As condutas criminosas praticadas por servidores do DETRAN/PA, lotados em municípios diferentes do Estado do Pará, consistiram em inserir indevidamente nos sistemas informatizados do órgão de trânsito numerações de chassis de veículos fabricados e comercializados pela empresa FORD, os quais foram utilizados para expedir documentos que visavam a regularização de

veículos de procedência ilícita, todos do modelo Toyota Hilux.

Ressalta-se que a atuação do GAECO ocorreu na modalidade de auxílio ao promotor natural de Salinópolis, diante de seu pedido expresso, nos moldes estabelecidos pela Resolução nº 003/2021-CPJ.

A denúncia foi ofertada em 22/10/2021, tendo sido devidamente recebida pelo Juízo da Comarca de Salinópolis.

A.2 - Operação Bangkok

Data: 06/10/2021

Natureza da operação: Delegação da Procuradoria-Geral de Justiça

Descrição: Cumprimento de 11 (onze) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em dois municípios do Estado do Pará – Tailândia e Marabá.

A Operação Bangkok fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, com o objetivo de investigar fraudes em diversos processos licitatórios deflagrados pela Prefeitura Municipal de Tailândia.

Os alvos da Operação Bangkok foram a sede da Prefeitura Municipal de Tailândia, duas empresas localizadas no município, além da residência de duas pessoas físicas, dentre elas a do prefeito. Em Marabá, por seu turno, os alvos foram as residências de duas mulheres que possuíam vínculos familiares com o prefeito de Tailândia.

Foram apreendidos durante a Operação Bangkok documentos, telefones celulares, HDs, quantia em dinheiro de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), além de 3 (três) armas de fogo ilegais, o que ensejou, inclusive, a prisão em flagrante do marido de uma secretária municipal.

A.3 - Operação Vegas

Data: 24/11/2021

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000024-130/2021 Natureza da operação: Investigação presidida pelo GAECO

Aparelhos eletrônicos apreendidos:

15 (quinze) telefones celulares;

1 (um) notebook;

3 (três) pen drives;

7 (sete) HDs externos;

3 (três) impressoras para dispositivos móveis;

2 (duas) máquinas de cartão pré-pago

Data de envio dos aparelhos eletrônicos para análise do GSI: 25/11/2021

Descrição: Cumprimento de 7 (sete) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em Belém e no Distrito de Icoaraci.

A Operação Vegas fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de investigar conduta ilícita consistente em integrar organização criminosa voltada à exploração de jogos de azar, inclusive em sites de apostas esportivas, além de corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro.

Os mandados de busca e apreensão, deferidos pela Vara de Combate ao Crime Organizado do Estado do Pará, foram cumpridos em imóveis situados em Icoaraci e nos bairros de São Brás e Guamá, bem como em um estabelecimento comercial dentro de um shopping center e em imóveis de um condomínio localizados na região me-

tropolitana de Belém.

Foram apreendidos durante a Operação Vegas aproximadamente R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em espécie, além de uma arma de fogo em estado irregular, o que ensejou a prisão em flagrante de uma pessoa.

A.4 - Operação Asfixia

Data: 14/12/2021

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000112-130/2021 Natureza da operação: Delegação da Procuradoria-Geral de Justiça

Aparelhos eletrônicos apreendidos:

2 (dois) telefones celulares;

1 (um) notebook;

2 (dois) HDs externos.

Data de envio dos aparelhos eletrônicos para análise do GSI: 17/12/2021

Descrição: Cumprimento de 7 (sete) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados no município de Parauapebas/PA e em Goiânia/GO.

A Operação Asfixia fundamentou-se em investigação inicialmente realizada pela Polícia Federal com o objetivo de investigar conduta ilícita tipificada no art. 1º , inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, tendo em vista a suspeita de desvio ou malversação de recursos públicos utilizados na compra pela Secretaria de Saúde Municipal de Parauapebas de 20 (vinte) respiradores para leitos de UTI para serem utilizados no Hospital Geral Evaldo Benevides (HGP) no combate ao COVID-19, no total de R$ 2.600.000,00 (dos milhões e seiscentos mil reais) mediante dispensa de licitação, cujo valor unitário de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) era consideravelmente maior ao que era praticado no mercado à época.

Todavia, posteriormente foi constatado que os recursos destinados ao pagamento da empresa selecionada via dispensa de licitação para aquisição dos respiradores tiveram origem na participação do Município de Parauapebas na exploração de recursos minerais, tratando-se, portanto, de receitas municipais, o que ensejou a declaração de incompetência da Justiça Federal e, por via de consequência, a atuação da Procuradoria-Geral de Justiça que delegou ao GAECO/MPPA a elaboração e operacionalização dos pedidos cautelares de busca e apreensão, buscas pessoas e quebras de sigilo de dados.

Foram apreendidos durante a Operação Asfixia telefones celulares, notebooks e documentos, cujos conteúdos serão oportunamente analisados pelo GSI

A.5 - Operação Symphonia Globulífera

Data: 17/12/2021

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000013-130/2020

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pelo promotor natural de Ananindeua

Aparelhos eletrônicos apreendidos:

8 (oito) telefones celulares;

2 (dois) notebooks;

2 (dois) pen drives;

2 (dois) HDs internos;

1 (um) relógio smartwatch.

Data de envio dos aparelhos eletrônicos para análise do GSI: 11/01/2022

Descrição: Cumprimento de 9 (nove) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos

pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em dois municípios no Estado do Pará - Ananindeua e Marapanim.

A Operação Symphonia Globulífera fundamentou-se em procedimento investigatório instaurado no âmbito do GAECO, a partir de denúncia formulada por pessoa cuja identidade foi mantida em sigilo, com o objetivo de investigar crimes contra a Administração Pública em contexto de esquema criminoso envolvendo servidores públicos efetivos e comissionados lotados na Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua durante a gestão 2017-2020.

Os mandados de busca e apreensão, deferidos pela 5ª Vara Penal de Ananindeua, foram cumpridos no prédio da SEMED e em residências localizadas nos bairros do Coqueiro, Guanabara e 40 Horas, em Ananindeua, bem como nos bairros do Marco e do Tapanã, em Belém e, ainda, em um endereço localizado no Município de Marapanim/PA.

O esquema funcionava, segundo o denunciante e as evidências inicialmente coletadas, a partir do repasse de parte do salário (ou a integralidade, em alguns casos) percebido por alguns servidores a outros servidores que detinham cargos de chefia, de formas a configurar as condutas que se convencionou chamar de "rachadinha" e "funcionários fantasmas".

Foram apreendidos durante a Operação Symphonia Globulífera telefones celulares, notebooks, pen drives, computadores e documentos, cujos conteúdos serão oportunamente analisados.

A.1 - Operação Proditor

Data: 04/05/2022

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 003903-027/2021

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pelo promotor natural de Tucuruí

Aparelhos eletrônicos apreendidos:

6 (seis) telefones celulares;

2 (dois) cartões de memória;

1 (um) HD externo.

Data de envio dos aparelhos eletrônicos para análise do GSI: 04 e 05/05/2022

Descrição: Cumprimento de 3 (três) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em três municípios distintos do Estado do Pará – Tucuruí, Belém e Ananindeua.

A Operação Proditor fundamenta-se em investigação decorrente de pedido de auxílio formulado pela Promotoria de Justiça de Tucuruí com o objetivo de investigar condutas ilícitas tipificadas nos arts. 317, 325 e 333, todos do Código Penal, praticadas por servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Pará lotado na mencionada Promotoria de Justiça, consistentes no repasse de informações sigilosas a investigados e terceiros interessados sobre processos e procedimentos em trâmite no Ministério Público.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Tucuruí na casa de servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Pará, afastado de suas funções por força de decisões administrativa e judicial, bem como em Belém e Ananindeua nas residências de ex-servidores de outros órgãos públicos, lotados à época dos fatos no município de Tucuruí.

Nos três endereços foram apreendidos telefo-

nes celulares, cartões de memória e documentos físicos diversos, os quais serão submetidos ao procedimento de extração de dados por parte da equipe técnica do GSI e, após, serão analisados pela equipe de investigadores do GAECO.

Após a análise de todas as evidências coletadas, o GAECO ofereceu denúncia em 08/07/2022 em desfavor de Rafael Martins Ferreira (art. 317, §1º e art. 325, §2º, todos do CPB c/c art. 69 do CPB), Graciele Silva de Sousa Galvão (art. 333, parágrafo único c/c art. 71, todos do CPB) e Andrey Fernandes Mateus (art. 333, parágrafo único c/c art. 71, todos do CPB), devidamente recebida pelo Juízo da comarca de Tucuruí.

A.2 - Operação Gênesis

Data: 24/05/2022

Procedimento Investigatório Criminal nº 000114-130/2021

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pelo promotor natural de Maracanã

Aparelhos eletrônicos apreendidos:

4 (quatro) telefones celulares;

2 (dois) notebooks;

1 (um) HD externo;

2 (dois) SSD 120GB;

1 (um) DVR Lite.

Data de envio dos aparelhos eletrônicos para análise do GSI: 28/05/2022

Descrição: Cumprimento de 6 (seis) mandados de busca e apreensão domiciliar deferidos pela Justiça, concomitantemente em endereços localizados em três municípios distintos do Estado do Pará – Maracanã, Castanhal e Belém, além do cumprimento de um mandado de prisão temporária (Praia de Algodoal, Ilha de Maiandeua) e um de afastamento de funções (Maracanã).

A Operação Gênesis fundamentou-se em procedimento investigatório criminal em curso no GAECO a partir de denúncia formulada, em novembro de 2021, sobre esquema de desvio de dinheiro público na Câmara de Vereadores de Maracanã que consistia na emissão de notas fiscais por parte de duas empresas sediadas em Castanhal, pessoas jurídicas que recebiam o valor total, mas não entregavam o material objeto da suposta aquisição. Após receberem valores, as empresas devolviam a maior parte do dinheiro público para os agentes que controlam as contas públicas da Câmara Municipal de Maracanã.

Além dos mandados de busca e apreensão, houve a decretação de prisão temporária e medida de afastamento das funções do presidente da Câmara dos Vereadores de Maracanã, afastamento das funções de tesoureira do órgão, dentre outras medidas cautelares requeridas e deferidas no bojo da investigação.

Após a análise de todas as evidências coletadas, o GAECO ofereceu denúncia em 26/07/2022 em desfavor de José Maria do Socorro Rabelo (art. 337-F, art. 337-L, art. 312 e art. 288, todos do CPB c/c art. 69 do CPB), Rodrigo dos Santos Nogueira (art. 337-F, art. 337-L, art. 312 e art. 288, todos do CPB c/c art. 69 do CPB), João Doriedson Viana Pinto (art. 337-F e art. 288, todos do CPB c/c art. 69 do CPB), João Freitas Monteiro (art. 337-F do CPB) e Luiz Alberto de Oliveira Silva Júnior (art. 337- F do CPB), devidamente recebida pelo Juízo da comarca de Maracanã.

A.3 - Operação Pombo

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000036-130/2021 / Processo nº 0807228-21.2022.8.14.0401

Natureza da operação: Investigação presidida

pelo GAECO

Descrição: Cumprimento de 5 (cinco) mandados de prisão preventiva em Belém e Salinópolis, em desfavor de dois advogados e três integrantes de facções criminosas.

A Operação Pombo fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

No decorrer de praticamente um ano, a investigação conseguir constatar a relação criminosa existente entre integrantes custodiados da facção Comando Vermelho e os dois advogados que vinham funcionando como mensageiros ao se utilizarem de suas prerrogativas conferidas legalmente pelo exercício da advocacia (Lei Federal nº 8.906/94) para servirem de elo entre faccionados presos e soltos, repassando as informações obtidas por ocasião das visitas realizadas em estabelecimentos prisionais no Estado do Pará.

Diante disso, em pedido fundamentado, o GAECO pleiteou e obteve mandados de busca e apreensão pessoal deferidos pela Justiça, cujo cumprimento resultou na apreensão de bilhetes manuscritos, bem como aparelhos eletrônicos, dentre os quais um relógio smartwatch pertencente a um dos advogados, utilizado para gravar as mensagens durante as visitas carcerárias, com o objetivo de repassá-las aos faccionados em liberdade.

Ressalta-se que os bilhetes manuscritos eram destinados a diversos integrantes da referida facção criminosa, dentre eles David Palheta Pinheiro, vulgo "Bolacha", e o próprio presidente Leonardo Costa Araújo, vulgo "L-41", encontrando-se atualmente foragidos no Estado do Rio de Janeiro.

Os mandados de prisão preventiva foram obtidos após o GAECO apresentar evidências à Justiça, devidamente descritas em capítulo próprio da exordial acusatória, sobre a necessidade de garantia da ordem pública a partir da constrição cautelar dos advogados. Ressalta-se que as forças de segurança do Estado do Pará têm sido alvos constantes dos ataques ordenados por integrantes de facções criminosas, a exemplo das duas dezenas de registros de crimes contra policiais penais, o que serviu de subsídio jurídico à decretação e manutenção da segregação provisória.

A.4 - Operação Pombo II

Data: 26/07/2022

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000058-130/2022 / Processo nº 0807917-65.2022.8.14.0401

Natureza da operação: Investigação presidida pelo GAECO

Descrição: Cumprimento de mandado de busca e apreensão e de prisão preventiva em Belém, em desfavor de um advogado relacionado com facções criminosas.

A Operação Pombo II, desdobramento da Operação Pombo I, fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

Os mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva foram obtidos após o GAECO apresentar evidências à Justiça, devidamente descritas em capítulo próprio da exordial acusatória, sobre

a necessidade de garantia da ordem pública a partir da constrição cautelar do advogado.

A.5 - Operação Saturno

Data: 03/08/2022

Origem: Procedimento Investigatório Criminal de atribuição do PGJ – delegação a Promotor de Justiça

Natureza da operação: Suporte ao cumprimento das decisões judiciais (medidas cautelares) do TJPA

Descrição: Cumprimento de 20 (vinte) mandados de busca e apreensão e afastamento de cargo.

A Operação Saturno fundamentou-se em procedimento investigatório criminal tombado por Promotor de Justiça a partir de delegação do Procurador-Geral de Justiça, após representação formulada contra o Prefeito Municipal de Bonito/PA apontando várias irregularidades em procedimentos licitatórios e contratos de algumas empresas com o Poder Público Municipal.

As buscas ocorreram em endereços localizados nos municípios de Bonito, Capanema, Santa Maria do Pará, Ananindeua e Belém. Ao longo das investigações, constatou-se que as contratações investigadas apresentavam um conjunto consistente de indícios de fraude, sugerindo montagem do processo e favorecimento das empresas contratadas, as quais no geral pertencem a parentes do gestor municipal, que foi afastado do cargo.

A.6 - Operação Contenção

Data: 29/11/2022

Origem: Inquérito Civil instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Oriximiná Natureza da operação: Suporte ao cumprimento de decisões judiciais (medidas cautelares) do Juízo de Oriximiná

Descrição: Cumprimento de 5 (cinco) mandados de busca e apreensão.

A Operação Contenção fundamentou-se em inquérito civil tombado no âmbito da Promotoria de Justiça de Oriximiná para apurar atos de improbidade administrativa pela gestão municipal.

No decorrer do cumprimento das medidas deferidas pela Justiça houve resistência por parte do Prefeito Municipal, o qual desferiu três tiros no aparelho celular de sua propriedade, visando destruir o equipamento que era alvo da medida, além de proferir ameaças de morte contra integrantes da equipe que cumpria os mandados judiciais.

Foram encontradas na residência do Prefeito Municipal cinco armas de fogo, uma delas em condição ilegal, razão pela qual foi preso em flagrante e conduzido à Delegacia de Polícia, on de também foi ouvido pela prática dos crimes de ameaça, desobediência, resistência e destruição de provas.

A.7 - Operação Pombo III

Data: 01/12/2022

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000106-130/2022 / Processo nº 0824110-58.2022.8.14.0401

Natureza da operação: Investigação presidida pelo GAECO

Descrição: Cumprimento de mandado de prisão preventiva em Belém, em desfavor de uma pessoa que se passava por advogada e se relacio-

nava com facções criminosas.

A Operação Pombo III, desdobramento da Operação Pombo I, fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO, com o objetivo de apurar a relação ilícita de advogados com integrantes de facções criminosas que se encontram custodiados em estabelecimentos prisionais paraenses.

O mandado de prisão preventiva foi obtido após o GAECO apresentar evidências à Justiça, devidamente descritas em capítulo próprio da exordial acusatória, sobre a necessidade de garantia da ordem pública a partir da constrição cautelar do advogado.

A.8 - Operação Falsus

Data: 06/12/2022

Origem: Procedimento Investigatório Criminal de atribuição do PGJ – delegação a Promotor de Justiça

Natureza da operação: Suporte ao cumprimento das decisões judiciais (medidas cautelares) do TJPA

Descrição: Cumprimento de 6 (seis) mandados de busca e apreensão em Salvaterra/PA.

A Operação Falsus fundamentou-se em procedimento investigatório criminal tombado por Promotor de Justiça a partir de delegação do Procurador-Geral de Justiça, visando levantar eventuais provas de que foram praticadas condutas ilícitas de integrantes da Administração Pública de Salvaterra consistentes em fraudar o processo legislativo que resultou na publicação da Lei Municipal nº1488/2020, a qual seria inexistente tendo em vista que jamais teria sido apresentada pelo prefeito municipal, tampouco votada pela Câmara Municipal, inclusive contendo uma assinatura do gestor que seria falsa. A lei supostamente inexistente que deu ensejo à investigação desmembrou em Salvaterra a Secretaria Municipal de Administração e Finanças em duas, criando-se a Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Finanças, artimanha utilizada, segundo a denúncia, para favorecer a filha do atual prefeito, nomeada para gerir a segunda pasta.

Foram apreendidos telefones celulares, uma arma de fogo ilegal, livro de ata e outros documentos de interesse da investigação. Os originais do projeto de lei bem como a própria lei sancionada não foram encontrados na Câmara Municipal de Salvaterra.

12

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Grupo de Atuação Especial de Inteligência e

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

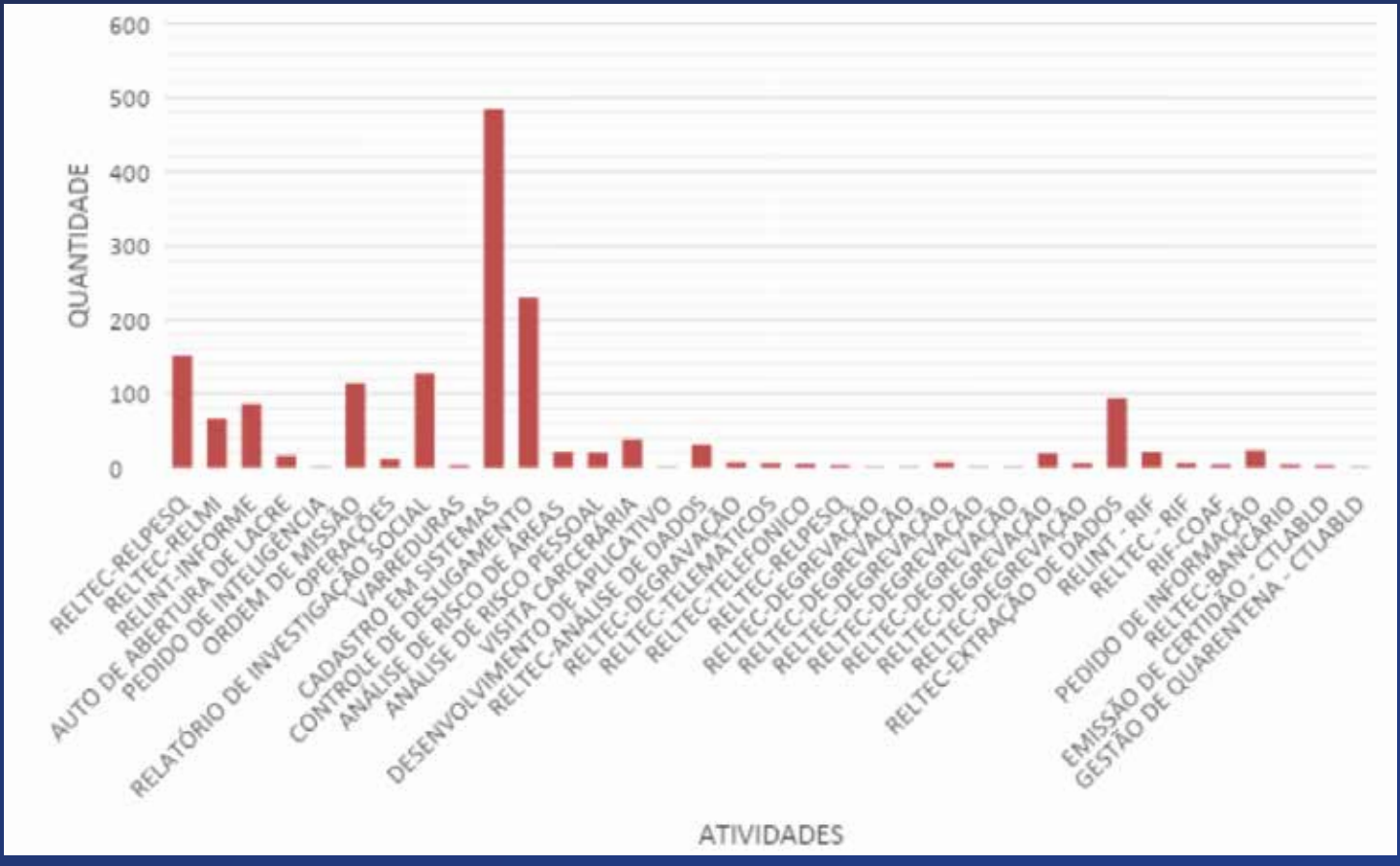
Mais segurança e inteligência institucional

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional – GSI, criado e regulamentado pela Resolução nº 012/2017-MPPA/CPJ, de 6 de novembro de 2017, atuou parte do ano em trabalho remoto e a partir de 1°/10/2021 de forma presencial, sendo que as demandas foram atendidas com o apoio de servidores e militares que compõem o GSI, sob o acompanhamento e supervisão do Coordenador e da Subcoordenadora. A atual administração do GSI iniciou em 12 de abril de 2021.

O GSI é composto na prática por uma Secretaria Administrativa (GSI-SEC) e 3 (três) Coordenadorias: Coordenadoria de Tecnologia e Laboratório contra Lavagem de Dinheiro (GSI-CTLABLD); Coordenadoria de Inteligência, Contrainteligência e Segurança Institucional (GSI-CICSI) e Coordenadoria de Sinais (GSI-C-SINAIS).

No decorrer do ano de 2021 foram realizadas adaptações na estrutura física, técnica e administrativa do GSI. Fisicamente, o GSI passou a ocupar o 2º pavimento (Secretaria Administrativa – GSI-SEC - e Coordenação) e o último pavimento do Prédio Marcatto (CTLABLD/CICSI/CSINAIS), localizado na Av. 16 de novembro, nº 418. O efetivo pessoal foi reforçado constando atualmente 33 servidores (servidores efetivos e militares).

Vale ressaltar que, a partir de 19 de abril de 2021, por demanda da atual Coordenação do GSI, foi implementado no âmbito do GSI o Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) com o fito também de assegurar transparência e auditoria das atividades realizadas, garantir melhor controle de prazos e fluxos e assegurar a eficiência e eficácia da atuação. No ano de 2021, foram cadastradas 1.146 demandas e no ano de 2022 foram 1.137 demandas.



Importante ressaltar que a Procuradoria-Geral de Justiça atendeu necessidades preeminentes do GSI e adquiriu vários equipamentos de inteligência, contrainteligência e para a produção de provas, bem como, implementou melhorias na sede do GSI, com destaque para a aquisição de diversos equipamentos de inteligência e contrainteligência, além de estruturação das instalações, com a colocação de grades para as sala-cofre e sala-depósito.

Em 2021, mesmo com parte do ano em trabalho remoto e rodízio de servidores devido à pandemia da Covid-19, o GSI realizou 07 (sete) operações, das quais 5 (cinco) em apoio ao GAECO e 02 (duas) em apoio à órgãos de execução com delegação do PGJ.

Em 2022, foram cadastradas 1.137 demandas, sendo 53 como atividades não procedimentais, restando 130 demandas em trâmite, além de 16 em trâmite de demandas residuais de 2021, devido à complexidade das diligências demandadas.

Em 2022, o GSI realizou 11 (onze) operações e diversas atividades, conforme descritas no detalhamento do GSI-CICSI.

O GSI tem qualificado seus integrantes e isso reflete no desempenho das atividades, sendo oportuno ressaltar que por meio da Coordenadoria de Tecnologia e Laboratório contra a Lavagem de Dinheiro – CTLABLD já capacitamos, nacionalmente, mais de 300 pessoas nas ações de combate e prevenção à lavagem de dinheiro, além de disponibilizar por meio de Acordo de Cooperação Técnica aos integrantes da REDE-LAB, composta pela PGFN, Receita Federal, Polícias Federal e Civil, MP Federal e Estaduais, as ferramentas VISUAL-RIF e CIFRA.

O GSI destaca que, o comprometimento da equipe foi o ponto forte na realização das demandas e alcance das metas, bem como o alinhamento com as medidas determinadas pela Procuradoria-Geral de Justiça, incluindo o apoio necessário à execução das operações e implementação de medidas que resguardem a inteligência, contrainteligência e segurança institucionail, inclusive com a realização da 1ª e 2ª Semana de Segurança Institucional.

13

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional

AMBIENTAL

CAO Ambiental

Principais Ações

O CAO Ambiental elaborou no ano de 2021 a proposta de resolução que institui 10 (dez) Coordenações Regionais Ambientais destinadas à articulação, atuação integrada, planejamento e avaliação das ações executadas nessa área, no âmbito do Ministério Público do Estado. A minuta foi encaminhada ao Procurador Geral de Justiça no dia 01 de junho de 2021 (Protocolo nº 7959/2021), e segue tramitação para apreciação do Colégio de Procuradores. A proposta, alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029, objetiva assegurar maior efetividade à atuação extrajudicial e judicial resguardando os direitos e garantias das partes e/ou envolvidos, na perspectiva de resultados para a sociedade.

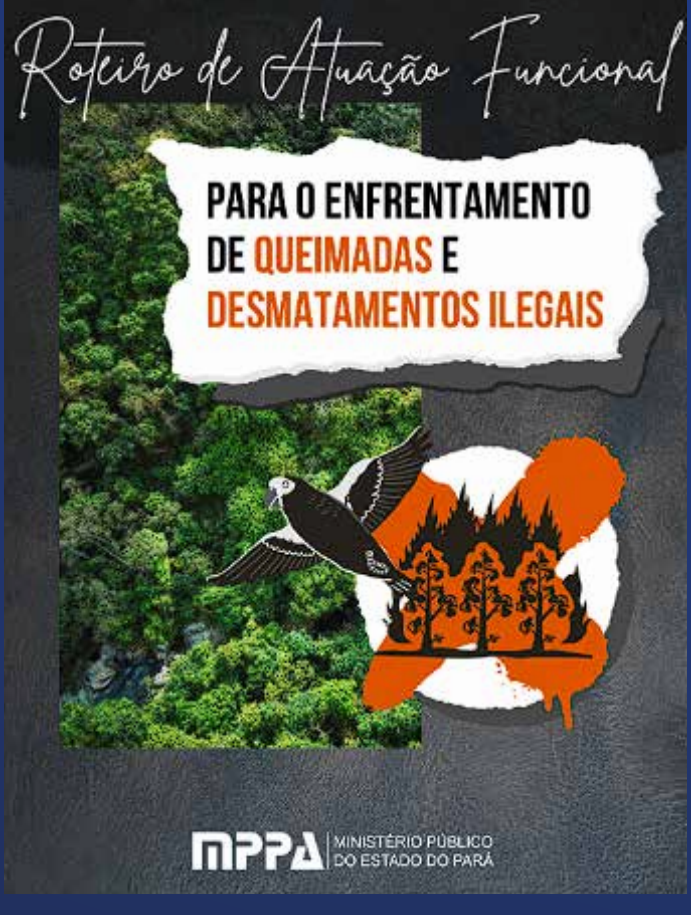
Apresentação do Projeto de Coordenações Regionais Ambientais.

No ano de 2022, o Grupo de Trabalho sobre Resíduos Sólidos, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental, participou de uma audiência judicial no Egrégio Tribunal de Justiça do Pará, com representantes dos Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba e da empresa Guamá Tratamento de Resíduos para apresentação, por parte da Prefeitura de Belém, dos Estudos de Viabilidade Técnica, Operacional, Ambiental, Econômico-Financeira e Jurídica referente aos Serviços de Limpeza Urbana e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Belém.

MPPA participa de audiência judicial sobre o Aterro Sanitário de Marituba.

Diálogos CAO Ambiental, no biênio 2021/2022, foram realizados 06 (seis) eventos que abordaram os seguintes temas: Padrão Espacial da Exploração Mineral no Estado do Pará; Recursos Hídricos e APPs - Impactos e Desafios; Controle Populacional de Cães e Gatos; Panorama do Desmatamento no Pará: Causas e Consequências; Ruído Ambiental: Causas, Impactos e Controle; 5R's da Sustentabilidade.

No período de 2021 a 2022, o Centro de Apoio Operacional Ambiental publicou os seguintes materiais: Cartilha Sustentável nº 001/2021, Ruído Ambiental: Guia de Atuação Ministerial no Enfrentamento à Poluição Sonora; Cartilha Sustentável nº 01/2022; Roteiro Orientativo para a Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) das Regiões Administrativas do Ministério Público do Estado do Pará; Roteiro de Atuação Funcional para o Enfrentamento de Queimadas e Desmatamentos Ilegais.



O Centro de Apoio Operacional Ambiental, por meio do Programa MP Sustentável promoveu diversas ações com intuito de ampliar a coleta seletiva de materiais recicláveis no órgão ministerial, dentre elas a divulgação de vídeos institucionais com a finalidade de reduzir o uso indiscriminado de copos descartáveis em eventos, bem como a campanha para o aumento de materiais recicláveis para as cooperativas de catadores. Também foram arrecadados Resíduos de Equipamento Eletroeletrônico - REE, os quais foram encaminhados para o Movimento República de Emaús, através também da parceria firmada por meio do Termo de Cooperação Nº 024/2022-MP/PA, com a entrega final de 514 materiais que serão utilizados em projeto contemplado pelo UNICEF.

Entrega de REEE no Centro de Recuperação de Computadores do Emaús.

Nos anos de 2021 e 2022, o Centro de Apoio Operacional Ambiental articulou diversas parcerias com outros órgãos com o objetivo de auxiliar e fornecer subsídios técnicos e de celeridade para os órgãos de execução, bem como para a gestão ambiental do Ministério Público do Estado do Pará, através da assinatura dos seguintes Termos:

1) de Cooperação Técnica Nº 02/2021-MPPA com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP;

2) de Cooperação Técnica Nº 02/2021-SEMAS/MPPA com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS;

3) de Cooperação Técnica Nº 07/2021-MPPA com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON;

4) de Cooperação Técnica Nº 13/2021 com o Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV;

5) de Cooperação Técnica Nº 24/2022 com o Movimento República de Emaús.

6) de Adesão Nº 23/02/2021/CNMP do MPPA ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e as Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente - ABRAMPA para possibilitar o acesso a informações e tecnologias sobre o uso da terra e proteção do meio ambiente (Projeto MapBiomas);

7) de Adesão Nº 13/12/2022/CNMP do MPPA ao Protocolo de Intenções celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE para implementar estratégias na temática dos resíduos sólidos;

8) de Adesão Nº 24/11/2022/CNMP do MPPA ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para compartilhamento da base de dados e informações através do acesso aos sistemas do IBAMA;

9) Acordo de Cooperação Técnica objetivando a criação de uma Rede Estadual de Gestão da Sustentabilidade para intercâmbio de dados, informações e experiências entre as instituições partícipes denominada "Sustentabilidade em Rede".

MPPA assina Carta de Intenção Técnica de Sustentabilidade em Rede.

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Medicina Veterinária.

MPPA e Emaús assinam Termo de Cooperação visando a destinação de bens eletrônicos inservíveis.

MPPA e Emaús assinam Termo de Cooperação visando a destinação de bens eletrônicos inservíveis.

Dentre os projetos do Plano Setorial, destaca-se o projeto para enfrentamento de desmatamentos e queimadas, que vem sendo desenvolvido a partir do diagnóstico dos resultados das oficinas sobre a temática realizadas em 2022 nos polos de Altamira, Santarém e Marabá, que proporcionou a formulação do "Roteiro de Atuação Funcional para Enfrentamento de Desmatamentos e Queimadas". Ainda dentro deste projeto, somado a parceria com o IMAZON, no ano de 2022 iniciou-se a execução do monitoramento do estudo de caso em Altamira devido a sua relevância no cenário nacional no que diz respeito aos elevados índices de desmatamento ilegal.

No ano de 2022, houve a apresentação dos dados para a Força Tarefa - Amazônia em Foco, a qual tem ação articulada para o combate ao desmatamento e queimada ilegais, bem como articulação com os demais Ministérios Públicos para disponibilização dos materiais e das ações desenvolvidas, principalmente, em relação aos dados apresentados pelo IMAZON a partir do Termo de Cooperação com o MPPA para fortalecer a atuação ministerial.

Dia da Amazônia

Reunião Força-Tarefa de combate ao desmatamento na Amazônia.

MPPA participa de reunião sobre combate aos crimes ambientais na Amazônia Legal.

No ano de 2022 foi iniciada a execução do Programa MP+, que se desenvolve em seis eixos principais alinhados ao Planejamento Estratégico, ao Plano Plurianual do MPPA, bem como do Planejamento Estratégico Nacional - PEN. Houve desdobramento das ações relacionadas ao "MP+ Sustentabilidade", que está vinculado ao CAO Ambiental, no que diz respeito a correta destinação dos resíduos sólidos, reciclagem, coleta seletiva e compostagem, mais especificamente do apoio para a implementação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) nas Escolas Estaduais, bem como na Usina da Paz Cabanagem, a qual foi selecionada para aplicação do programa por este CAO.

Termo de Cooperação Sustentabilidade em Rede

O Ministério Público do Estado do Pará, através da coordenação do CAO Ambiental, assinou um Termo de Cooperação Técnica com Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Defensoria Pública do Estado do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia, e outros órgãos e instituições que ainda não confirmaram a participação.

O referido termo tem por objeto o estabelecimento de ações conjuntas entre os partícipes para a criação de uma Rede Estadual de Gestão da Sustentabilidade, por meio da qual objetiva-se a transferência de conhecimento e o compartilhamento de práticas e ações de capacitação de servidores, de modo a favorecer o fortalecimento das atividades e projetos das instituições envolvidas, tendo como foco a promoção da sustentabilidade da região e a minimização dos impactos ambientais gerados pelas atividades dos órgãos partícipes no âmbito do Estado do Pará.

Na semana do meio ambiente de 2022, o CAO Ambiental realizou uma Ação Sustentabilidade em Rede sobre o Bem Estar e Direito Animal, que ocorreu na Praça Dom Pedro I, que consistiu na feira de doação de cães e gatos, vacinação, microchipagem e orientações sobre castração e cuidados com os animais.

Feira de adoção de cães e gatos, Ação Sustentabilidade em Rede, Praça Brasil.

Grupo de Trabalho de Bem-Estar e Defesa Animal - GT Animal

Instituído pela Portaria nº 416/2021-MP/PGJ de 22/02/2021, publicado no DOE nº 34.503 de 01/03/2021, com a finalidade de alinhar, nivelar e estimular as ações do Ministério Público do Estado do Pará, no que concerne à defesa dos direitos e do bem-estar dos animais.

Em 2021, foram elaborados projetos de proteção aos animais domésticos e silvestres, bem como de políticas públicas para a diminuição da pesca predatória para efetivação pelos órgãos de execução. Em 2022, foram tratadas a criação de fluxo de uma rede de proteção para os animais, e a possibilidade de utilizar recursos das multas aplicadas em sede de juizado especial para projetos de bem-estar e defesa animal.

Exposição Fotográfica “Maus-Tratos Não!”

Números CAO Ambiental

14

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional

CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

Criado pela Resolução nº 004/2021-CPJ de 05 de agosto de 2021, o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão é um órgão auxiliar à atividade funcional e tem por finalidade promover a articulação, a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, além de buscar disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação do Ministério Público do Estado do Pará na seara do direito de Família; Sucessões; Interditos/Incapazes; Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial; Registros Públicos; Acidentes de Trabalho; Consumidor; Eleitoral;Terceiro Setor e demais matérias relacionadas ao Direito Civil, Comercial e Processual.

Buscando fomentar as suas atividades, indo além da relevante prestação de informações e pesquisas técnico-jurídicas, o Centro de Apoio Cível, Processual e do Cidadão durante este biênio desenvolveu ações que visam manter a interlocução com instituições públicas e privadas, propiciando aos que atuam nos Órgãos de Execução vias de comunicação mais céleres e eficientes, atendendo dessa forma, significativa demanda oriunda das Promotorias de Justiça, além de não perder de vista a necessária propulsão de políticas públicas.

Este Centro de Apoio possui sob sua coordenação três núcleos: Núcleo do Terceiro Setor, Núcleo Eleitoral e Núcleo do Consumidor, este último em fase de implementação.

1. Reuniões e Eventos

Durante o biênio, O CAOCPC realizou e participou, de 214 reuniões e eventos com promotores de Justiça, outras Instituições/Órgãos Públicos bem como, com a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer estratégia de atuação institucional, principalmente, no que se refere aos problemas que envolvem a temática do consumidor; eleitoral e cível.

1.1 - Consumidor:

O CAO CPC dentro desta temática do consumidor busca agir, na defesa dos interesses dos consumidores difusa e coletivamente considerados, como atribuições precípuas o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos para a melhoria da sua qualidade de vida e a harmonização das relações de consumo, sempre com vistas aos seus direitos básicos. Na qualidade de órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, incumbe ao Centro de Apoio Operacional o exercício de atividades que proporcionem política institucional, bem como eventuais notícias de lesão a consumidores possam ser encaminhadas aos órgãos de execução.

Com a reestruturação dos Centros de Apoio, buscou-se fomentar a atuação ministerial na área do consumidor, fornecendo auxílio os órgãos de execução com informações e diálogo estreito com a rede de instituições nesta área.

(Entrega do Relatório pela Comissão de Transporte Fluvial da Alepa entrega relatório)

(Reunião Atividade Incentivo à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e agroecológicos na cidade de Colares – 27/05/22)

(Participação de Reunião na ARCON para tratar de Frota Rserva – fev.2023)

(2° Fórum Regional de Combate aos Impactos Causados pelo Uso de Agrotóxicos, abrangendo Marabá e vários municípios da região – 02/06/22)

(Reunião Atividade de Interiorização do Fórum de Combate aos impactos e uso indiscriminado de Agrotóxico em Itaituba – 20/07/22)

Para tanto, o CAO CPC vem realizando trabalho em conjunto com instituições públicas em situações de ocorrência de perigo ao consumidor, como fiscalização do Palmito de Açaí e articulação para elaboração de termo de parceria para concessão de crédito ao pequeno produtor; retomados dos debates acerca dos problemas já apresentados pelo GT Navegação; a participação em reuniões do Fórum de Segurança do Tráfego Aquaviário, proposição de criação de um núcleo para a seara do consumidor e a intensificação das atividades de interiorização do Fórum Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxico, com promoção de um grande encontro do fórum estadual em Belém e com início de elaboração de manual para contribuir com a atuação dos

membros dentro desta temática.

Destaca-se ainda a interação institucional entre o CAO CPC e a ALEPA, com a finalidade de fomentar políticas públicas em importantes áreas da sociedade com dois projetos tramitando na casa legislativa estadual que versam sobre a implementação da Logística Reversa de Medicamentos e outro sobre a obrigatoriedade do uso de proteção no motor, eixo e partes das embarcações, de modo a proteger os passageiros e tripulações pelo risco de acidentes, além da participação nas reuniões da Comissão Temporária Interna de Estudo e Acompanhamento para avaliar o transporte fluvial de passageiros no Estado do Pará.

Dentro desta temática, durante o biênio de 2021-2023, o Centro de Apoio realizou seminário sobre os novos desafios na proteção do Consumidor com palestras: "Contaminações das Populações por Agrotóxicos e Mercúrio"; "O papel da Vigilância Sanitária municipal na fiscalização do açaí" e a "Atuação do Ministério Público na Segurança Alimentar".

O CAO também participou das atividades de recuperação da Ponte de Outeiro, com participação em reuniões com as entidades e as autoridades estaduais. Também houve trabalho realizado em parceria com o CAO Ambiental, onde o CAO CPC fora chamado como parceiro a atuar na discussão sobre a fiscalização, segurança e impacto ambiental de empreendimentos desenvolvidos na Área de Preservação Ambiental (APA) Ilha do Combu, além de diversas reuniões.

(reunião relacionada a Operação do Palmito)

(Encontro do Fórum Estadual de Combate ao Uso do Agrotóxico)

(visita ao Espaço Acolher – pauta relacionada ao projeto de lei acerca do escalpelamento)

(Reunião Plenária do Fórum Nacional de Combate aos impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos – 31 de março).

(reunião com promotores do consumidor da capital)

(Reunião Atividade de Interiorização do Fórum de Combate aos impactos e uso indiscriminado de Agrotóxico em Santarém – 21/07/22)

(Reunião Ilha do Combu – 18/10/22)

(Seminário Atuação do Minsitério Público na Segurança Alimentar – 16/09)

(Reunião para tratar de situações do transporte aquaviário - 27/10/22)

(Reunião Atividade de Interiorização do Fórum Combate aos impactos e uso indiscriminado de Agrotóxico na cidade de Capitão Poço 26/09/22)

(Atividade de Fiscalização em Pequenas Fabriquetas - 21/10/22)

(Apresentação do pleito de criação de um Núcleo do Consumidor do Ministério Público do Estado do Pará – 03/10/22)

(Atividade de Interiorização do Fórum Combate aos impactos e uso indiscriminado de Agrotóxico na cidade de Rondon do Pará – 28 e 29/09/22)

(visita a APHA)

(Atividade Sobre Manuseio, Produção e Comercialização do Palmito de Açaí no município de Igarapé Miri – 06/05/22)

1.2 – Eleitoral:

O Núcleo Eleitoral foi instalado em setembro de 2021 e busca atender aos anseios não só dos Promotores de Justiça, mas também da sociedade que passa a contar com uma unidade específica para tratar de uma temática umbilicalmente ligada a democracia.

Ainda sob essa temática, o CAO CPC tem como missão auxiliar a atividade funcional em matéria eleitoral desempenhada pelos Promotores de Justiça, exercida por delegação legal do Ministério Público Federal por meio do Núcleo Eleitoral. Assim, por intermédio do Núcleo Eleitoral, o CAO presta às Promotorias Eleitorais suporte técnico em pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, consultas, modelos de peças processuais, estratégias de atuação, organização de metas e formas de combate aos abusos e ilícitos eleitorais, sejam de natureza criminal ou cível-eleitoral, visando o salutar desempenho da defesa da cidadania eleitoral. Realiza, ainda, o acompanhamento das alterações legislativas e de entendimento dos Tribunais em matéria eleitoral, organizando cursos de capacitação aos membros e servidores, bem como campanhas de conscientização voltadas aos eleitores.

Durante o biênio, o CAO não descuidou em fomentar ações em conjunto nesta temática com órgãos afins que possam fortalecer democracia, garantindo a cidadania. Exemplo é o termo de cooperação proposto pelo CAO e assinado entre o MPPA, MPF e TRE/PA.

O referido termo fora assinado em 30 de novembro de 2021 e deu origem ao projeto intitulado "A Acessibilidade e a Função Social da Mesa Receptora de Votos", além de realizar diversos eventos sobre o tema.

(Fotos relacionadas ao Evento de Assinatura do Termo de Cooperação entre as instituições com palestras sobre "Prévia das Eleições de 2022)

(Elaboração do Plano Ação Núcleo Eleitoral 16/02/22)

1.3 – Cível:

O CAO CPC dentro desta temática busca agir na defesa, especialmente dos mais vulneráveis, como os incapazes de forma geral, prevalecendo sempre o melhor interesse deste, garantindo respeito à sua dignidade e proteção de seus interesses. Na qualidade de órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, incumbe ao Centro de Apoio Operacional o exercício de atividades que proporcionem política institucional, bem como eventuais notícias de lesão que possam ser encaminhadas aos órgãos de execução.

Dentro desta temática, temos ainda importante viés a ser protegido no tocante ao terceiro setor com o pleno funcionamento do **Núcleo do Terceiro Setor** com a coordenação da Promotora de Justiça Helena Muniz.

O Núcleo do Terceiro Setor surgiu da necessidade de ampliação e compartilhamento - não apenas aos Membros do MPPA, mas também a toda sociedade civil, das experiências de atuação da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial, Extrajudicial da Capital, no que tange ao velamento e fiscalização das Entidades de Interesse Social no Estado do Pará. Buscando atingir seus objetivos, o NTS possui trabalho de interiorização, no qual desloca sua equipe às Promotorias de Justiça, que exerçam este trabalho e pedem apoio ao Núcleo, para melhor desenvolver o múnus de atuar junto às Entidades, não apenas no âmbito de fiscalização contábil, mas, sobretudo, na valorização de práticas comprometidas como a prestação de serviço público social de relevante interesse da coletividade

O NTS em cumprimento ao disposto no Provimento Conjunto nº 005-2020- MP/PGJ/CGMP1, realizou durante o biênio 2021-2023 através de seus apoios contábil/jurídico/banco de dados 487 análises e consultas em procedimentos administrativos de prestação de contas finalísticas das entidades do Terceiro Setor, como Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, entre pareceres, certidões, pedidos de diligências, consultas, manifestações etc. Além das atividades relacionadas acima, o NTS visando cumprir suas metas, vem realizando suas atividades através de projetos como o de Interiorização, que além dos seminários e oficinas, expandiu suas ações ao prestar apoio técnico jurídico/contábil/administrativo/ em visita in loco no interior do estado. Para além disso, outros projetos estão sendo desenvolvidos: Projeto de Banco de Dados do NTS e o Projeto PC On-line.

(reunião com Dra.Nazaré Abade – Projeto Defesa de Filiação)

Ainda dentro da área cível, o CAO CPC possui a gestão de execução dos contratos de realização de exame de DNA que se prestam a fomentar a atuação extrajudicial do MPPA no reconhecimento de paternidade, especial no tocante ao "Projeto de Defesa de Filiação nas Escolas Públicas do Município de Belém", que visa a realização de reconhecimentos voluntários de paternidade, alcançando o maior número possível de crianças e adolescentes que não tenham a paternidade reconhecida em sua certidão de nascimento, o qual contou com a realização de 102 exames no biênio.

1Define os critérios prestação de contas finalísticas das entidades do terceiro setor sujeitas ao velamento e à fiscalização pelo Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

(reunião NTS com Dra.Helena Muniz e equipe)

1.4 - Cidadania:

Em razão do Ministério Público ser instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da Ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o art.127, da Constituição de república de 1988 tem a missão fundamental na melhoria da vida da sociedade e promover a acessibilidade significa assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertas ao público ou de uso público.

Assim, nesse contexto que fora instalado no órgão a Comissão Permanente Multidisciplinar de Acessibilidade do MPPA restando ao CAO CPC assento na referida Comissão.

Para fomentar as atividades, a Comissão junto com o CAO CPC promoveu eventos e reuniões para chamar atenção para a necessidade de inclusão da sociedade a partir do acesso às pessoas com deficiências nos mais diversos espaços.

(Reunião da Comissão Acessibilidade 20/05/21)

(Evento de Maio Dia Mundial da Acessibilidade 19/05/22)

PESQUISAS

Durante o período de trabalho do CAO CPC no biênio 2021-2023, foram solicitadas 28 (vinte e oito) pesquisas e 01 (uma nota técnica) por parte dos membros do MP, sendo que essas se traduzem em importante canal de comunicação entre este Centro de Apoio e os Órgãos de Execução, pois subsidiando a atuação desses com peças, jurisprudência e doutrina, se procura propiciar uma atuação rápida para que o atendimento ao cidadão seja agilizado.

(Evento Dezembro Semana da Acessibilidade – 07/12/22)

15

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional

TÉCNICO

Relatório de atividades

CAO Técnico

O Centro de Apoio Operacional Técnico, criado pela Resolução n.º 004/2021 de 05 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de agosto de 2021, n.º 34.683, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, e tem como atividade prioritária a coordenação do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar, formado por profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento técnico-científico, visando a prestação de auxílio técnico especializado aos membros, aos CAOs e aos demais órgãos do Ministério Público, de forma a complementar os serviços disponibilizados pelos órgãos públicos competentes, cabendo ao referido grupo as atribuições que lhe forem conferidas mediante portaria específica emitida pelo Procurador-Geral de Justiça.

Apresentam-se, ainda, como atividades, o incentivo e o auxílio na implementação, nos órgãos de execução, de métodos de gestão de processos e métodos de trabalho, respeitada a independência funcional dos membros; além do fomento à autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais que possam ser utilizadas nas diversas áreas de atuação do Ministério Público, como técnicas ou metodologias autocompositivas que evitem a judicialização.

Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA)

De acordo com a Resolução n.º 004/2021-CPJ o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA) é vinculado ao CAOTEC, e possui como atribuições: propor à Administração Superior, aos órgãos de administração e de execução e aos órgãos auxiliares do MPPA ações concretas voltadas ao cumprimento da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do MPPA; atuar na interlocução com outros Ministérios Públicos e com outros órgãos, instituições, entidades privadas, parceiros institucionais e sociedade civil, para atender aos fins do Núcleo; propor à Administração Superior do MPPA a realização de convênios e parcerias para atender aos fins do Núcleo; estimular programas e projetos de negociação e mediação comunitária, escolar e sanitária, entre outras; apresentar ao CEAF propostas de capacitação, treinamento e atualização permanente de membros e servidores da Instituição, em mecanismos de autocomposição, assim consideradas a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais, principalmente no que diz respeito ao exercício da atividade de facilitador nos processos de resolução de conflitos e das atividades de apoio; avaliar os casos encaminhados ao Núcleo acerca da viabilidade, conveniência e oportunidade da utilização das práticas autocompositivas; e promover e acompanhar junto aos membros do Ministério Público com atribuição na matéria o processo de aplicação das técnicas autocompositivas.

Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI)

O Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar – GATI, instituído pela Portaria n.º 6.421/2014/MP/PGJ, é composto por profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento científico, objetiva dar apoio técnico especializado a membros e órgãos do Ministério Público, complementar ao disponibilizado pelos órgãos públicos competentes, incumbindo-lhe: emitir manifestações técnicas - na forma de pareceres, relatórios, notas técnicas e outros - acerca de quesitos, questionamentos ou situações que demandem a utilização de conhecimentos técnicos es-

pecializados; auxiliar os membros do Ministério Público na formulação de quesitos referentes a ações judiciais e atividades extrajudiciais; acompanhar os membros do Ministério Público em reuniões, audiências públicas ou judiciais e outras diligências que necessitem de informações técnicas especializadas; realizar vistorias externas com emissão de pareceres e/ou relatórios aos órgãos e membros do Ministério Público; manter relacionamento permanente com os institutos técnicos e científicos oficiais da União, Estado e Municípios, podendo seus integrantes inclusive conduzir ou participar de grupos de trabalho, desde que com a devida autorização para esse fim pela Coordenação do CAOTEC; prestar diretamente aos membros esclarecimentos técnicos pertinentes às diversas áreas de atuação do Ministério Público, desde que com a devida autorização da Coordenação para esse fim; elaborar roteiros, informações, instruções e/ou orientações técnicas para a padronização e melhor desempenho de suas atividades; desempenhar, a critério da Coordenação do CAOTEC e, em caso de relevância institucional, outras atividades compatíveis com sua função de assessoramento técnico complementar.

As demandas são direcionadas ao GATI, de forma digital, por meio do sistema SIMP ATEC, gerando um número de protocolo para cada uma.

O Sistema SIMP ATEC foi lançado em junho de 2020, por meio do Ato Conjunto nº 002/2020-MP/PGJ-CGMP, de 25/05/2020, DOE nº 34.233, de 27/05/2020, objetivando facilitar e otimizar o fluxo de envio e atendimento às solicitações de apoio técnico especializado, eliminando o uso de papel, tinta e correios (quando encaminhados do interior do Estado), garantindo mais agilidade, controle, sustentabilidade e qualidade no atendimento das demandas.

Considerando a necessidade de ajustes do SIMP ATEC, a partir da observação das dinâmicas, variantes e recentes necessidades, a Coordenação do CAOTEC elaborou minuta de ato normativo para a regulamentação do processamento das solicitações de análise técnica direcionadas ao GATI, ensejando a publicação da Portaria n.º 4485/2022-MP/PGJ.

Diante disso, foram providenciadas junto com o setor de informática novas modelagens e funcionalidades no sistema SIMP ATEC, objetivando o aprimoramento no fluxo de atendimento às demandas direcionadas ao GATI.

O ano de 2021 ainda foi marcado por diversas restrições sanitárias que impediam a realização de vistorias, que só foram retomadas, de forma regular, em abril daquele ano. As atividades permaneceram em regime de revezamento, sendo retomadas, de forma integralmente presencial, em 13 de outubro de 2021.

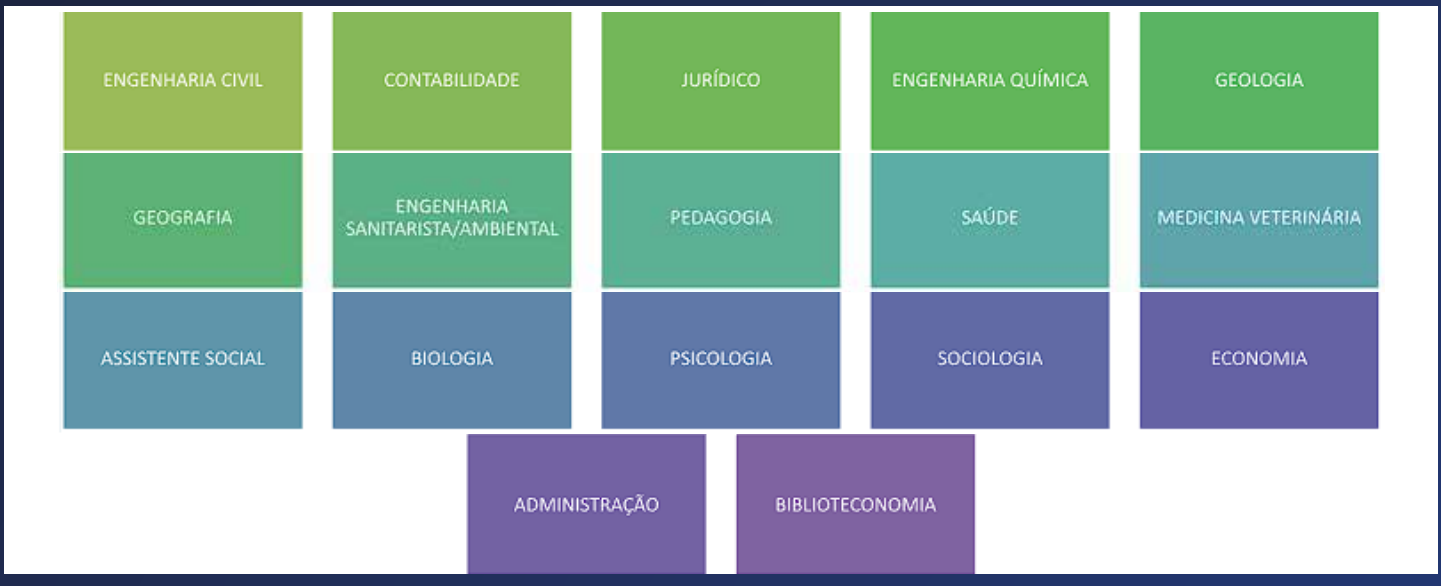
Somente no ano de 2022, primeiro ano em que as atividades do GATI Capital e dos seus Núcleos Regionais foram acompanhadas diretamente pela Coordenação do CAOTEC, foi possível computar a produtividade integral do GATI juntamente com os GATIs regionais, uma vez que foram recebidos todos os relatórios de produtividade dos técnicos que atuam nesses Núcleos.

Com isso, foi possível mensurar que no ano de 2022 foram recebidas 2.022 (duas mil e vinte e duas) solicitações por meio do sistema SIMP-ATEC, das quais 133 (cento e trinta e três) direcionadas ao Núcleo de Terceiro Setor, que compartilha a plataforma.

No ano de 2022, a produção geral do GATI Capital e seus Núcleos Regionais resultou na elaboração de 3.262 (três mil duzentos e sessenta e dois) documentos, sendo 2.638 (dois mil seiscentos e trinta e oito) análises técnicas e 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) relatórios de participações em evento, além de certidões, estudos sociais, formulários de inspeção do CNMP, pareceres, relatórios técnicos, reuniões e visitas técnicas, totalizando o número de 69 (sessenta e nove).

1.1 Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar Capital

Atualmente o GATI da Capital possui 17 (dezessete) especialidades técnicas, com 31 (trinta e um) profissionais, conforme abaixo:



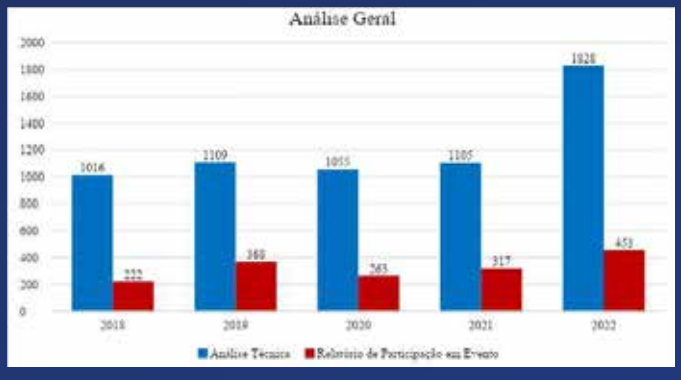
Quanto à produção do GATI Capital, a unidade produziu 1828 (mil oitocentos e vinte e oito) análises técnicas e 453 (quatrocentas e cinquenta e três) participações em eventos no ano de 2022, conforme gráficos abaixo:

Observa-se que as especialidades de engenharia civil, contabilidade e enfermagem são as que produziram o maior número de análises técnicas, ratificando o que foi diagnosticado a partir de levantamentos quantitativos mensais realizados pelo CAOTEC. É importante salientar que o eixo engenharia civil do GATI Capital não abraça as demandas dos municípios abrangidos pelos Polos Baixo Amazonas, Marajó II, Sudeste I, Sudeste II e Sudeste IV, que possuem em seu Núcleo regional do GATI profissionais deste ramo da engenharia.

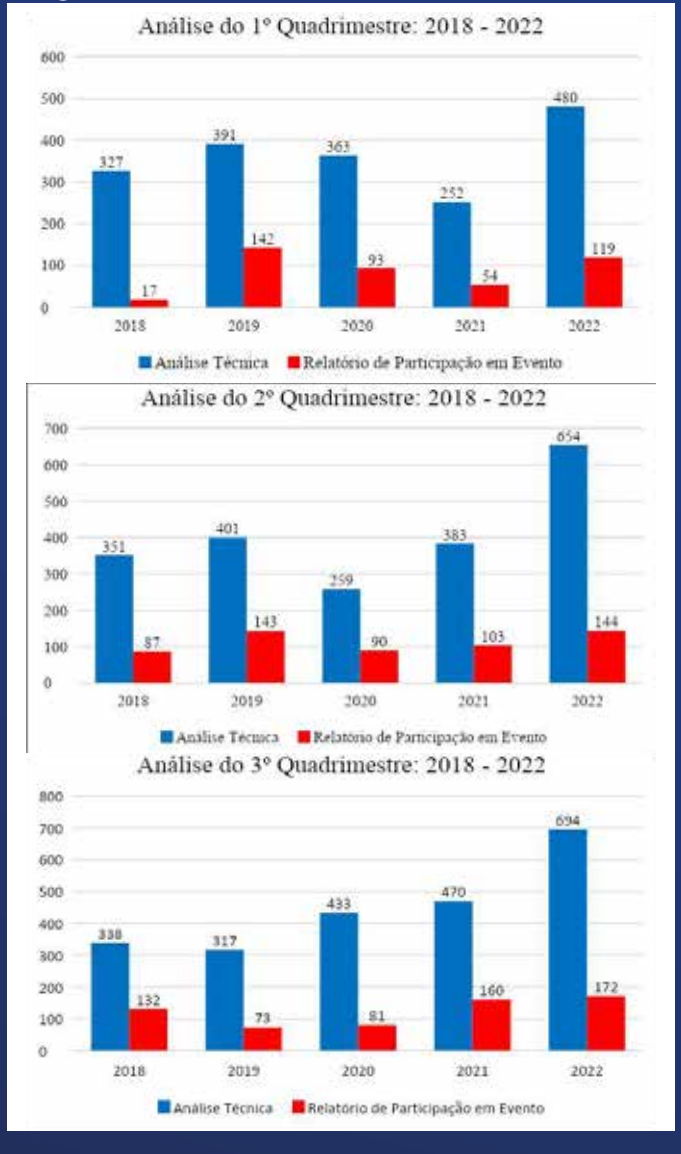
A partir desse diagnóstico foram contratados dois profissionais, um enfermeiro e um engenheiro civil, a fim de otimizar e acelerar o atendimento, além de diminuir as demandas reprimidas, tendo em vista que as solicitações direcionadas a esses eixos necessitam, em regra, de vistorias externas, viagens e elaboração de análises técnicas complexas.

A Coordenação do CAOTEC também realizou ao longo do ano de 2022 um comparativo de produtividade do GATI, em que foi verificado um aumento substancial no ano de 2022 em relação aos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

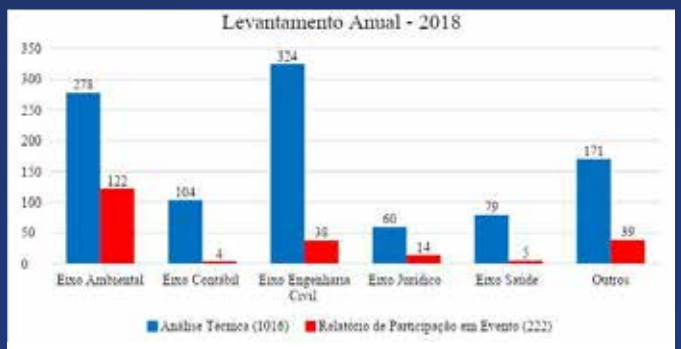
Importante ressaltar que ao longo do ano de 2020 e início do ano de 2021, as atividades externas ficaram restritas em decorrência da pandemia. Observa-se, contudo, que o GATI manteve sua produtividade alta, conforme abaixo:

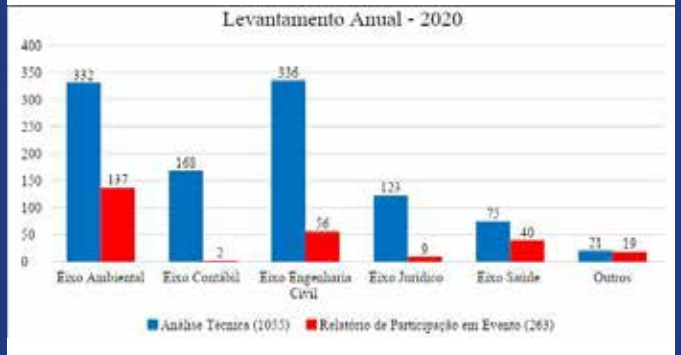


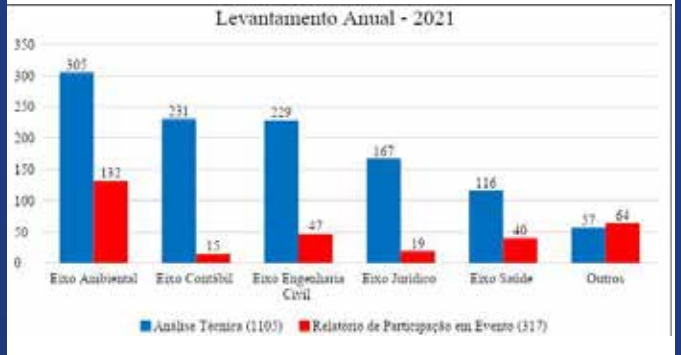
Considerando a necessidade de monitoramento do Plano Tático referente ao CAOTEC, foram realizados levantamentos quadrimestrais acerca da produtividade do GATI, em relação aos anos anteriores, o que ratificou o que foi observado acima, conforme gráficos abaixo:

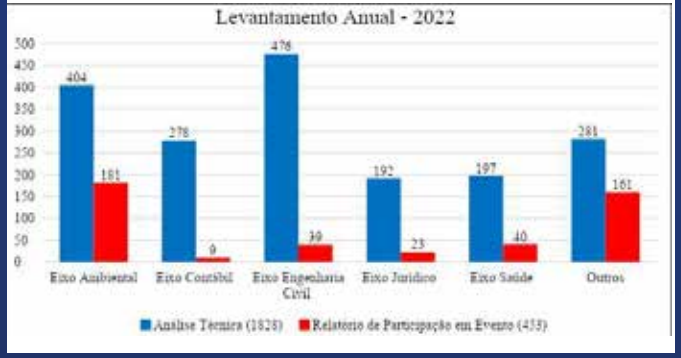


Além do comparativo acima, o CAOTEC realizou levantamentos detalhados acerca da produtividade do GATI, por eixo profissional:









Observa-se que a partir da criação do CAOTEC a produtividade do eixo classificado como outros obteve um aumento substancial, em decorrência da sensibilização e conscientização da Coordenação junto às unidades solicitantes, para a observância da formalização das demandas direcionadas ao GATI, por meio do SIMP ATEC, como forma de dimensionamento das demandas.

1Composto por profissionais da área de Biblioteconomia, Economia, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Sociologia.

1.2 Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI) no interior

Após o lançamento e consolidação do SIMP/ATEC junto ao GATI central, vinculado ao Centro de Apoio Operacional Técnico, foi realizada a ampliação do sistema para a tramitação de expedientes direcionados aos profissionais que atuam junto aos GATIS Regionais, no interior do Estado, conforme especialidades descritas abaixo:

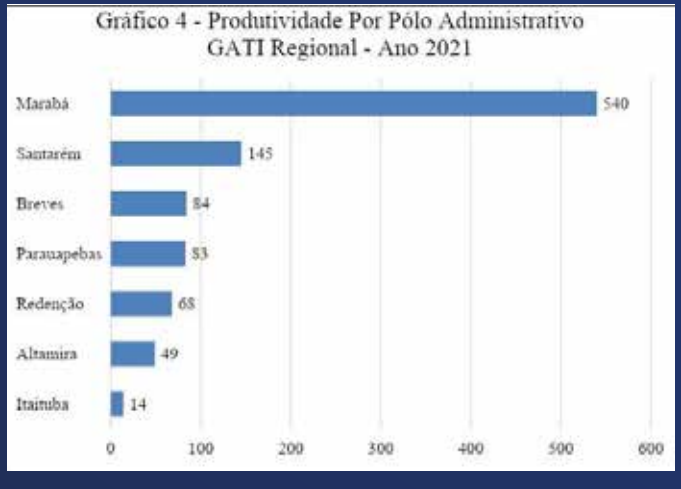
Ao longo do ano de 2021, de acordo com as informações apresentadas pelos técnicos dos Polos supracitados, foram produzidos 983 (Novecentos e oitenta e três) documentos, sendo 921 (Novecentos e vinte e uma) Análises Técnicas e vistorias – AT´s, e 62 (Sessenta e duas) Participações em Eventos – PE´s.

As especialidades do GATI Regional que possuem maior demanda, semelhante ao GATI Capital também são: Engenharia Civil e Contabilidade, que podem ser visualizadas a seguir:

Na área de Engenharia Ambiental foi incluída a produtividade da Tecnóloga em saneamento ambiental.

Fonte: Supervisão e CAOTEC

Dentre os Polos do GATI Regional, o mais demandado foi o Polo de Marabá, o qual produziu 540 (Quinhentos e quarenta) documentos, conforme o Gráfico abaixo:

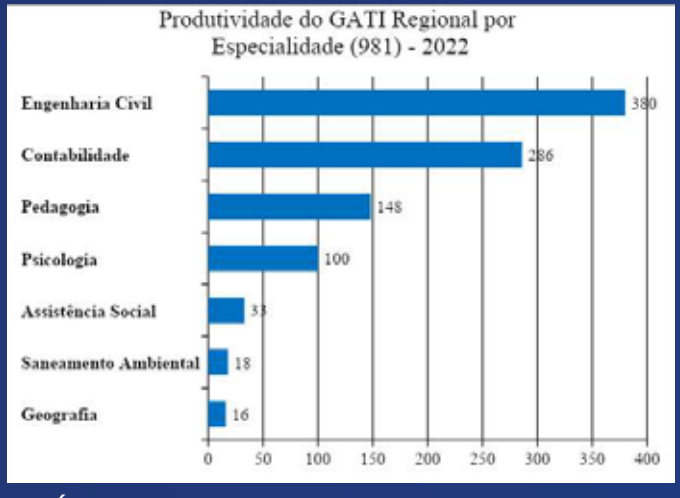


Importante destacar que o Polo de Tucuruí não consta no Gráfico acima, pois duas situações que inviabilizaram de apresentar produtividade no ano de 2021. Tal Polo consta com duas especialidades técnicas para o GATI, uma para Contabilidade outra para Engenharia Ambiental. Esclareça-se que a ser-

vidora da área de Engenharia Ambiental encontrava-se em gozo de licença maternidade e antes disso, estava afastada por conta de ser do grupo de risco, quando o bandeiramento na Comarca de Tucuruí, exigia o trabalho remoto. Quanto a área de Contabilidade, o cargo esteve vago durante todo o ano, sem produtividade.

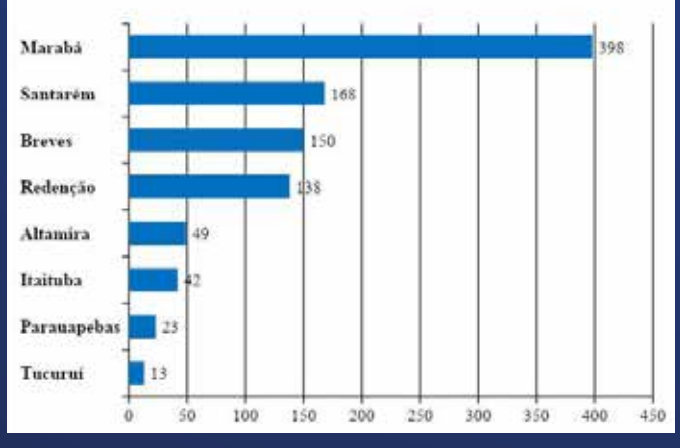
É imperioso enfatizar que o ano de 2022 foi o primeiro em que todos os núcleos regionais do GATI foram incluídos no fluxo do SIMP ATEC.

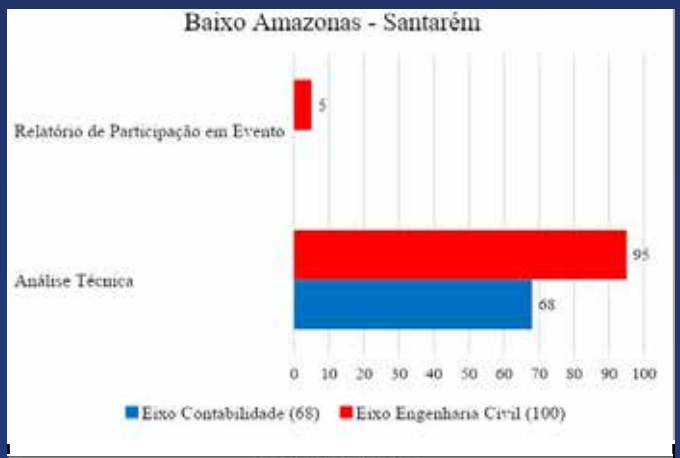
Ao longo do ano de 2022, e de acordo com as informações apresentadas pelos técnicos lotados nos Gatis regionais, foram elaborados os gráficos com o quantitativo da produtividade referente aos técnicos lotados nas referidas unidades, conforme abaixo:

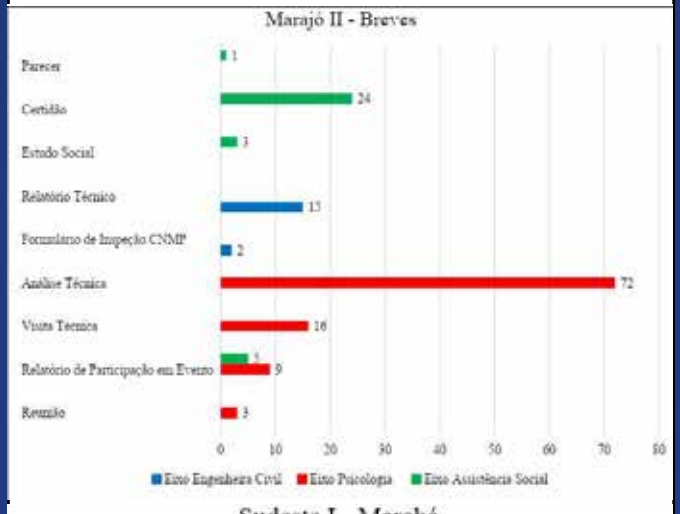


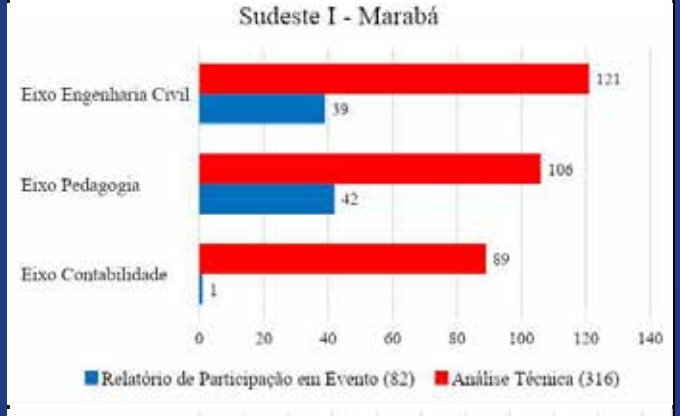
É possível observar que as especialidades do GATI Regional que possuem maior demanda, semelhante ao GATI Capital também são: Engenharia Civil e Contabilidade.

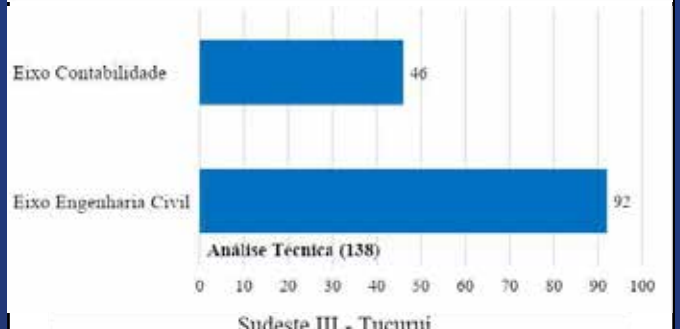
Dentre os Polos do GATI Regional, o mais demandado foi o Polo de Marabá, o qual produziu cerca de 398 (trezentos e noventa e oito) documentos, conforme o Gráfico abaixo:

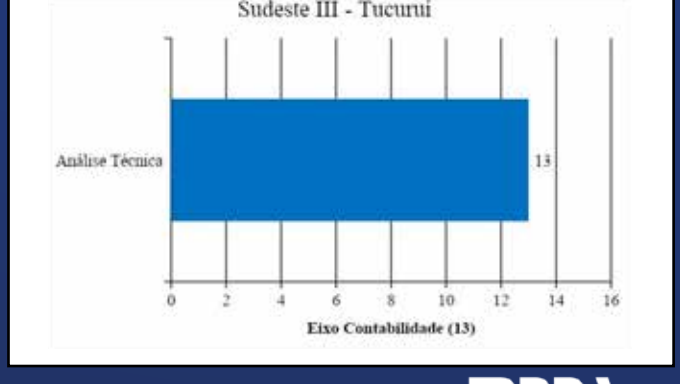


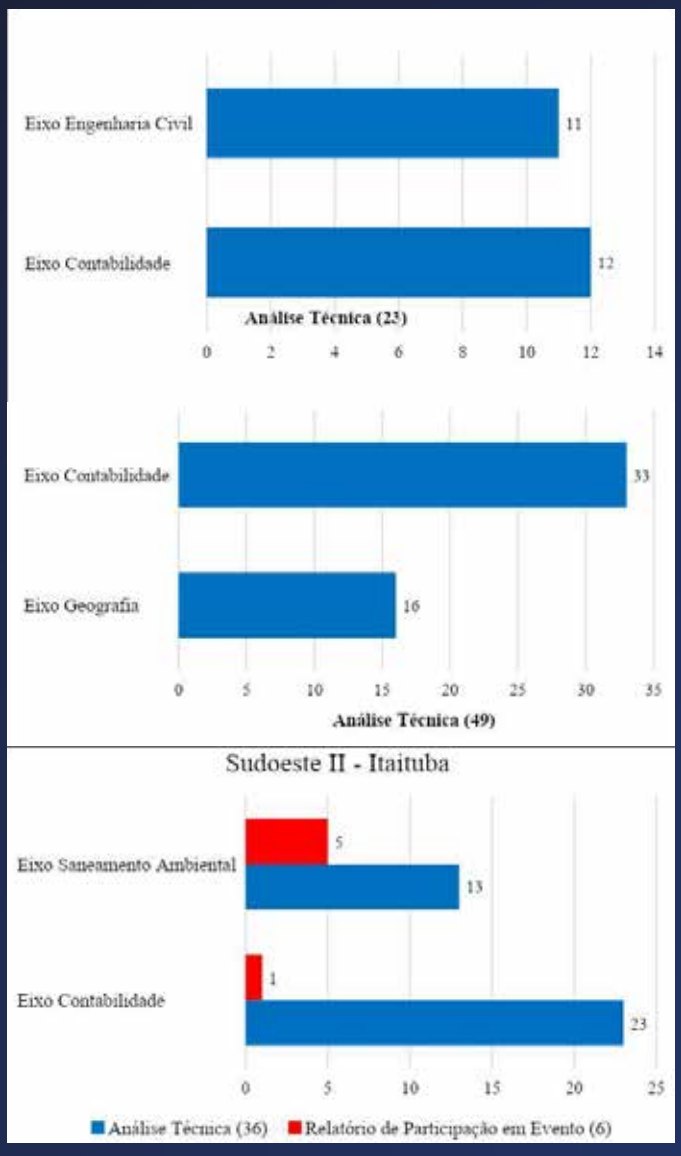












2. Visitas Institucionais aos Polos

No segundo semestre de 2021 e ao longo de 2022, o Centro de Apoio Operacional Técnico juntamente com o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO) e com o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) realizaram visitas às regiões administrativas Baixo Amazonas, Marajó I, Marajó II, Nordeste I, Nordeste II, Tocantins, Sudeste I, Sudeste II, Sudeste IV, Sudoeste I e Sudoeste II.

Os encontros tiveram como objetivo a integração e a articulação com as Promotorias locais, e possibilitaram ainda, a troca de informações, bem como os esclarecimentos necessários para o melhor atendimento às demandas relacionadas às atividades do CAOTEC e às atribuições do GAECO e do GSI.

3. Elaboração e monitoramento do Plano de Apoio Técnico aos Órgãos de Execução do MPPA

Com a necessidade de realizar um planejamento mais assertivo e regionalizado, face aos problemas identificados e por estarem intrinsecamente ligados a objetivos identificados no Plano Estratégico Institucional, o CAOTEC alinhou-se ao PEI-MPPA 2021-2029, elaborando o seu Plano de Apoio Técnico aos Órgãos de Execução com base nas estratégias, ações e desafios propostos no referido Plano.

Para construção do Plano foi adotado o Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI, onde, através de 4 (quatro) reuniões entre a equipe que compõe o CAO TEC e a COGEPE, foi identificado o perfil da unidade contendo os dados gerais, a sua matriz SWOT (relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), os desafios contidos no Plano de Gestão Estratégica (Biênio 2021-2022) a ela relacionados, as ações estratégicas do PEI/MPPA 2021-2029 que lhes são afetas, bem como as Ações do PEN-MP 2020-2029 e o consequente impacto no Radar Estratégico do CNMP

Ao longo do ano de 2022 o CAOTEC monitorou a execução do referido Plano com o apoio e orientação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico - COGEP expedindo os relatórios quadrimestrais. A partir da execução do Plano Tático e do diagnóstico, foi possível a expansão da equipe do GATI com a contratação de dois profissionais, um da área de engenharia civil e o outro da área de enfermagem.

4. Ato normativo

No dia 14 de setembro de 2021 o CAOTEC remeteu à Procuradoria Geral de Justiça minuta de Portaria que visa regulamentar o GATI, tendo como justificativa a consonância entre a Portaria n.º 6.421/2021/MP/PGJ e o Ato conjunto n.º 002/2020-MP/PGJ-CGMP, e ainda o aprimoramento da definição de fluxos, racionalização, modernização e eficiência no que pertine ao encaminhamento de demandas ao GATI.

Considerando a dinâmica das solicitações recebidas, foi verificada a necessidade de alterar a referida minuta, e por isso, foram realizados estudos que subsidiaram a versão final que ensejou a publicação da Portaria n.º 4485/2022-MP/PGJ, de 16 de agosto de 2022.

5. Participação em Comissões

5.1 Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos do GNDH

O CAO TEC faz parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos que integra o Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), órgão do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG), e tem por objetivo o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas de proteção dos direitos humanos e da cidadania. Possui ainda a atribuição de articular com autoridades competentes estratégias a fim de propor soluções para os problemas referentes à defesa dos direitos.

5.2 Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA e PJE (CSAF)

A Coordenação do CAOTEC compõe a Comissão de Sistemas da Área Finalística do MPPA e PJE. A referida Comissão tem como finalidade identificar, analisar e promover, soluções para as demandas dos sistemas da área finalística e PJE, inclusive nos casos urgentes, respeitando-se as diretrizes da PORTARIA nº 79/2020-MP/PGJ, que instituiu o Regimento Interno do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação- CETI, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

5.3 Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará

A Coordenação do CAOTEC foi designada pela Procuradoria Geral de Justiça para representar o MPPPA na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará, instituída pela Portaria n.º 2.611/2021-GP.

A Política de prevenção e do enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação tem como objetivo assegurar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, o desenvolvimento das atividades laborais de forma digna, saudável e segura, em garantia à liberdade e a dignidade de magistrados (as), servidores(as), colaboradores(as) e demais usuários(as) dos serviços judiciários.

6. Oficinas SIMP ATEC

O CAOTEC, em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu oficinas sobre o Sistema de Elaboração de Análises e Pareceres Técnicos- SIMP ATEC.

O SIMP ATEC foi instalado em 2020, sendo uma ferramenta de auxílio ao Membro que possibilita o gerenciamento de todas as solicitações de Notas Técnicas, vistorias e participações em eventos que os Órgãos de Execução solicitam em seus procedimentos.

16

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional de

POLÍTICAS CRIMINAIS, EXECUÇÃO PENAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

A intensa atuação criminal demanda apoio operacional para assuntos que necessitam de articulações interinstitucionais e mesmo reforço de apoio interno.

Com esse espírito articular, a Coordenação do CAO de Políticas Criminais realizou, no biênio 2021/2023, 439 reuniões de trabalho, presenciais, virtuais ou híbridas, internas ou externas, com representantes de órgãos e instituições públicas com atuação na área criminal, segurança pública e/ou sistema prisional, **03 propostas de Resolução (ANPP, PJ Execução Penal e Plano de Ações Integradas do GTEPSP), 08 Projetos (sendo um premiado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais Justiça do Ministério Público dos Estados e da União), 08 iniciativas, 02 Mutirões de ANPP realizados (Altamira e Vitória do Xingu), 03 Inspeções em Unidades do Sistema Prisional, 04 webinários sobre temas criminais, 01 curso de capacitação no combate aos crimes cibernéticos, 01 Plano Setorial Criminal do MPPA, 01 Cartilha de orientação aos membros, 01 Fluxograma do ANPP, 01 Plano de Ações, 03 informativos, 03 notas técnicas, 78 manifestações, 293 orientações técnico-jurídicas, 231 despachos e 153 atendimentos em apoio aos membros.**

O CAO de Políticas Criminais promoveu, ainda, contatos com outros órgãos para atendimento de demandas institucionais, obtenção de material de apoio para atuação dos órgãos de execução em determinados casos. Sem contar que, as solicitações de apoio para a realização de eventos e de reuniões de trabalho são atendidas constantemente pelo CAO Criminal, facilitando a atuação institucional na matéria e otimizando o tempo dos membros solicitantes.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo CAO de Políticas Criminais, no biênio 2021/2023, destacam-se:

1. MPPA recebe prêmios de Acordo de Não Persecução Penal do CNPG

O Ministério Público do Estado do Pará recebeu duas premiações na cerimônia de entrega do "Prêmio do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)" realizado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG). O Projeto "Mutirão do ANPP" do CAO de Políticas Criminais, sob a Coordenação do Promotor de Justiça José Maria Gomes dos Santos, e o Projeto "Sistema de Inteligência Artificial (AppCrim)", inscrito pelo Promotor de Justiça Mauro Guilherme Messias dos Santos foram reconhecidos como boas práticas.

O objetivo da premiação é estimular e disseminar boas práticas em acordos de não persecução penal, promovidos por ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, membros, servidores e instituições parceiras.

O Projeto Mutirão ANPP é uma ação pioneira da instituição desenvolvida pelos Promotores de Justiça com atuação criminal, por meio da realização de mutirões em todo o Estado do Pará e busca obter respostas imediatas para os casos de crime de menor gravidade e, por justiça, cada vez menos punitiva e mais construtiva e reparadora.

"2. Aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça da Resolução 006/2021 que regulamenta o ANPP no âmbito com base no artigo 28-A CPP

A Lei Federal nº 13.964/2019 (Pacote anticrime), em vigor desde 23/01/2020, alterou, dentre outras leis, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Dentre as principais mudanças na sistemática processual penal brasileira, tem destaque a introdução do novo artigo 28-A, estabelecendo o Acordo de Não Persecução Penal, positivando aquilo que estava previsto na Resolução nº 181/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, e posteriormente alterada pela Resolução nº 183/2018.

Dessa forma, com a previsão do ANPP no artigo 28-A do CPP, consideram- se superadas as indagações quanto ao caráter constitucional do instituto criado pelo CNMP, por meio das resoluções alhures, estabelecendo um marco regulatório, considerando também que este apresenta diferenças daquele.

Nesse diapasão, considerando as peculiaridades de cada parquet brasileiro, os Ministérios Públicos necessitarão estabelecer regulamentação própria que permita a propositura do ANPP pelos Promotores de Justiça.

Sendo assim, o Centro de Apoio Operacional, após realizar reuniões virtuais e presenciais, com a participação de Promotores de Justiça convidados, bem como após a realização de pesquisas e revisões sobre o tema, apresentou ao Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, no dia 11/06/2021, uma minuta de resolução para regulamentar o Acordo de Não Persecução Penal – ANPP, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

De iniciativa do PGJ, o texto tramitou no e. Colégio de Procuradores de Justiça sob processo nº 028/2021-CPJ, tendo como Relatora a Procuradora de Justiça Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja, tendo sido aprovado na sessão ordinária de 05/08/2021.

3. Plano Setorial Criminal do MPPA 2021/2024

Em parceria com a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (COGEPE), O CAO de Políticas Criminais elaborou o Plano Setorial Criminal do MPPA (PSCAOCRIM) para o quadriênio 2021-2024, construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à matéria criminal, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

4. Reformulação do Plano de Ações Integradas do Grupo de Trabalho de Execução Penal e Sistema Penitenciário

Após várias reuniões, sob a Coordenação do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial, o Grupo de Trabalho de Execução Penal e Sistema Penitenciário (GTEPSP) aprovou o texto final da nova proposta do Plano de Ações Integradas.

Dentre as propostas na reformulação aprovada, destaca-se a inclusão de um objetivo, com ações e metas específicas, para fomentar a garantia da defesa dos direitos humanos nos casos de pessoas privadas de liberdade, observadas as regras legais e regras definidas pelo Protocolo de Istambul.

O novo texto aprovado do Plano de Ações Integradas do GTEPSP aguarda apenas a indicação dos membros articuladores para seguir ao Procurador-Geral de Justiça, que o encaminhará para apreciação e deliberação final pelo E. Colégio de Procuradores de Justiça.

5. Projeto Piloto: Mutirão de Acordo de Não Persecução Penal

O CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM), em parceria com o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA) e com a Promotoria de Justiça Criminal de Altamira, realizou a programação piloto do Projeto Mutirão de ANPP, nos municípios de Vitória do Xingu e Altamira. A ação teve a parceria institucional do Poder Judiciário, Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados - Seção Pará.

O projeto piloto realizou a triagem dos processos, a notificação dos investigados, a audiência de proposta de ANPP, a homologação judicial dos casos com aceite e o peticionamento eletrônico para o início da execução dos respectivos.

Ao todo, foram analisados **391 processos**, notificados **134 investigados, 63 atendimentos e 55 acordos de não persecução penal** realizados, resultando nos valores pecuniários de R$ 92.040,00, como condição de cumprimento, e no total de R$ 36.012,00 em renúncias de fiança.

6. 200 Anos do Tribunal do Júri no Brasil

Também foi realizado o evento "200 anos do Tribunal de Júri no Brasil", objetivando traçar a reconstrução histórica do Tribunal de Júri no Brasil e no Pará, ressaltando sua importância e o legado trazido ao MPPA.

7. Acompanhamento da visita institucional da Comissão do Sistema Prisional e Segurança Pública - CNMP ao MPPA

Na ocasião, o CAO Criminal entregou sua manifestação para subsidiar os questionamentos, encaminhados previamente, pela CSP/CNMP, sobre atuação do MPPA nas áreas de execuções penais, tutela coletiva do sistema prisional e combate a torturas e mortes provocadas por facções criminosas.

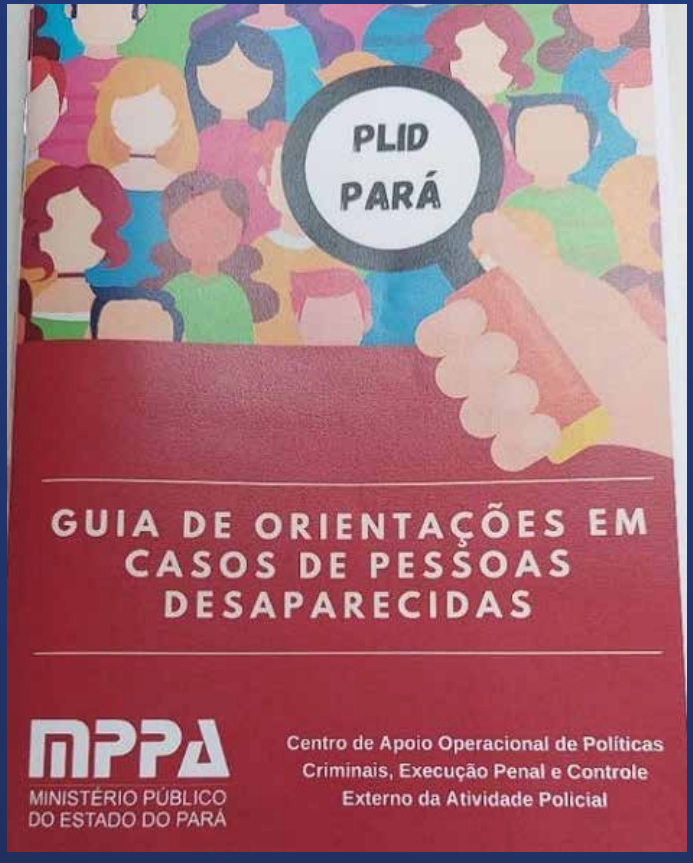
8. Workshop sobre o Sistema Sinalid para busca de desaparecidos

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execuções Penais e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM), realizou, em parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro e o CEAF/MPPA, o Workshop sobre Sistema Nacional de Identificação e Localização de Desaparecidos (SINALID).

A capacitação foi realizada pelo gestor do SINALID e integrante do MPRJ, professor André Luiz de Souza Cruz.

9. Publicação do Guia de Orientações em Caso de Pessoas Desaparecidas

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial lançou, a versão digital do Guia de Orientações em Casos de Pessoas Desaparecidas. O objetivo do material é instruir, de modo prático e auxiliar profissionais da saúde, de ONG's, da educação, e demais interessados que lidam com a problemática das pessoas desaparecidas. O Guia reúne as principais informações sobre como tratar os casos de desaparecimento de adultos, crianças e adolescentes e quais medidas podem ser tomadas.



O Guia está em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo de implantar o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID). O Sistema foi expandido para os demais Ministérios Públicos, de forma que seja fomentada a articulação de vários órgãos e agentes públicos em torno de uma política nacional de descoberta de paradeiros.

No MPPA foi instituído, no âmbito do CAO Criminal, o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID-PA), para auxiliar na busca de desaparecidos no Estado do Pará. O PLID/PA é um sistema de busca integrado que consiste em um banco de dados eletrônico,

10. Fiscalização finalística da aplicação de recursos de convênios do Fundo Penitenciário

Seguindo a linha de auxiliar os membros no aprimoramento da atuação criminal, o CAO de Políticas Criminais realizou reuniões com o representante da COGEPE/MPPA, Gabriel Peixoto, para desenvolver mecanismos de acompanhamento das fases de operacionalização dos recursos oriundos de convênios do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN.

No dia 24/05/2021, o Centro de Apoio Operacional Criminal promoveu reunião virtual com a participação de Promotores de Justiça Criminais para tratar da fiscalização da execução de convênios no sistema prisional (recursos do FUNPEN), além de realizar diversos eventos sobre a questão criminal.

11. Curso de Investigação de Crimes Cibernéticos

Realizado presencialmente nos dias 29 e 30/11/2021 pelo CAO de Políticas Criminais, em parceria com a Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) e CEAF/MPPA.

12. Curso Fundamentos da Psicologia do Testemunho como Instrumento de Prova

O CAOCRIM realizou o curso sobre fundamentos da psicologia do testemunho como instrumento de prova proporcionando aos membros e servidores do MPPA aperfeiçoar a atuação ministerial nas questões de reconhecimento pessoal e do testemunho no processo penal.

13. Seminário Direito das Vítimas

O evento debateu o PL nº 3890/2020, que trata do Estatuto das Vítimas, com trâmite na Câmara dos Deputados. Entender os termos do Projeto do CNMP denominado "MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS", que tem como objetivo desenvolver ações coordenadas em busca da proteção integral e de promoção de direitos e de apoio às vítimas, bem com monitorar a implementação da "Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas" estabelecida pela Resolução CNMP n. 243, de 18 de outubro de 2021, no âmbito do Ministério Público brasileiro.

14. Articulação junto ao CPC Renato Chaves para dirimir problemas na emissão de laudos e exames

O CAO de Políticas Criminais tem articulado melhorias aos entraves e problemas enfrentados quanto ao recebimento dos laudos de exames e perícias, junto ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, tanto do Instituto de Criminalística quanto do Instituto médico-legal, através de reuniões de trabalho.

15. CAO de Políticas Criminais e Comissão de Inspeção Carcerária realizam visitas técnicas em complexos penitenciários da RMB

A Carcerária do Conselho Estadual de Políticas Criminais e Penitenciárias (CEPCP), tendo como pre-

sidente o Promotor de Justiça Dr. José Maria Gomes dos Santos, Coordenador do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM), realizou visitas técnicas aos Presídios Metropolitanos 1, 2 e 3, na Central Integrada de Monitoramento Eletrônico (CIME), na Central de Triagem da Marambaia (CTMAB) e na Central de Triagem Metropolitana II (CTM II) para inspecionar os respectivos estabelecimentos prisionais, observar o funcionamento e propor melhorias, inclusive no âmbito de política criminal.

16. Em reunião promovida pelo GNCCRIM, CAO de Políticas Criminais do MPPA debate a letalidade por ocorrência das intervenções policiais

17. Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura no Pará

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial participou da elaboração e realização do Acordo de Cooperação Técnica para o Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura de Pessoas Custodiadas no Estado do Pará, celebrado pelo Tribunal de Justiça (TJPA), Ministério Público (MPPA), Defensoria Pública Estadual, Governo do Estado por meio da SEGUP, SEASTER, SESPA e SEAP, SIEDS, além da OAB/PA.

O Protocolo estabelece medidas efetivas para adoção de ações integradas de prevenção e combate à prática de tortura e maus tratos nas pessoas custodiadas, em situação de privação ou restrição de liberdade.

18. Promoção de evento sobre as atribuições institucionais do GAECO e GSI

19. CAO de Políticas Criminais debateu proposta da AGEMPU sobre a criação da polícia do ministério público”

20. Grupo de Trabalho do Tribunal do Júri

Outro assunto debatido foi o de realizar uma Pesquisa na forma de escuta ativa, entre os membros do Ministério Público do Estado do Pará, objetivando colher os principais problemas enfrentados pela acusação no Tribunal do Júri, propostas de modernização e uso de tecnologias na atuação ministerial.

21. Uso de câmeras nos uniformes e viaturas da polícia

Como integrante no Conselho Estadual de Segurança Pública e, considerando suas atribuições previstas na Resolução nº 004/2021-CPJ, o CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial vem acompanhando e atuando, de perto, a evolução do projeto do Governo do Estado do Pará de instalação de câmeras operacionais portáteis nos uniformes e viaturas da Polícia Militar, durante as intervenções policiais.

22. Elaboração de fluxo em rede de atendimento ao Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID)

O CAOCRIM realizou reunião presencial com os representantes de órgãos responsáveis pelo serviço de atendimento, acolhimento, encaminhamento e investigação sobre pessoas desaparecidas no Estado do Pará.

O principal objetivo é o de estabelecer uma rede de instituições parceiras e, consequentemente, o fluxo de serviços nos casos de pessoas desaparecidas.

O programa PLID realiza o cadastro dos desaparecimentos num banco de dados nacional, chamado SINALID – Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, que sistematiza e cruza informações provenientes de diversos órgãos, ajudando na busca de pessoas em situação de desaparecimento, e/ou identificação de pessoas com indicativo de desaparecimento.

23. Despejos irregulares ocorridos no sul e sudeste do Pará

O CAO de Políticas Criminais promoveu reuniões com os Promotores de Justiça com atribuições para combater crimes agrários para tratar de notícias de despejos irregulares realizados pela Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá (Deca)

24. COGEPE, Centros de Apoio Operacional, GAECO e GSI debatem a elaboração dos planos setoriais

O Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial participou dos debates, junto com a COGEPE e com outros Centros de Apoio Operacional, para elaboração dos Planos Setoriais de cada unidade.

25. CAO de Políticas Criminais e membros do MPPA reúnem para debater atuação em execução penal

Outra atividade importante do CAO de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial foi a série de reuniões efetivadas com Promotores de Justiça da área para tratar de assuntos relacionados a atuação em execução penal.

26. MPPA instala sala de Acordo de Não Persecução Penal

No dia 01/10/2021, houve o Ato de Instalação da sala de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) na sede das Promotorias de Justiça Criminais de Belém. O ANPP foi estabelecido por meio da Lei 13.964/2019, com impacto significativo em relação à possibilidade de acusação e defesa obterem o consenso na Justiça Criminal, considerando que atinge grande parte das infrações penais existentes.

A instituição é pioneira na implementação do ANPP no Pará.

27. CAO de Políticas Criminais e DAP/ Informática debatem a integração dos sistemas SIMP e PJE

A integração dos sistemas SIMP/MPPA e PJE/ TJPA também esteve na pauta de debates do CAO de Políticas Criminais, que reuniu-se com a Divisão de Análise e Programação (Depto. Informática) para desenvolver essa agregação. Ficou definido que as implementações serão entregues por fases, de forma que sejam adotadas à medida em que as soluções sejam definidas.

28. Elaboração de modelos para uso nos procedimentos sobre ANPP e Execução Penal aos membros com atuação criminal

Os modelos em ANPP são:

1. Notificação do Investigado para Audiência de ANPP;
2. Notificação do Investigado da Não Propositura

de ANPP;
3. Notificação da Vítima sobre ANPP;
4. Precatória - Investigado Reside em outra Comarca;
5. Certidão - Não Encontrado Investigado para ANPP;
6. Certidão - Não Comparecimento Investigado na Audiência de ANPP;
7. Manifestação - Diligências – Proposta de ANPP ainda não é possível;
8. Termo de Acordo ANPP;
9. Termo de Audiência – Celebração de ANPP;
10. Termo de Audiência – Recusa do Investigado em celebrar ANPP;
11. Requerimento Homologação Judicial de ANPP;
12. Cota Denúncia Sem Proposta ANPP;
13. Proposta ANPP – Audiência Judicial;
14. Promoção de Execução ANPP;
15. Pedido de Arquivamento Provisório Processo de Conhecimento – Aguardar Cumprimento ANPP;
16. Requerimento de Declaração de Extinção da Punibilidade;
17. Remessa do acordo homologado ao PJ com atribuição para executar o ANPP.

Os modelos em Execução Penal são:

1. Autorização;
2. Ciência;
3. Comutação;
4. Contrarrazões;
5. Diligências;
6. Embargos;
7. Estudo Externo;
8. Estudo Interno;
9. Impugnação;
10. Liquidação;
11. Livramento Condicional;
12. Medidas de Segurança;
13. PDP;
14. Prescrição;
15. Prisão Domiciliar;
16. Progressão de Regime;
17. Redmensionamento;
18. Remição;
19. Restabelecimento de Regime;
20. Retirada de Monitoramento Eletrônico;
21. Saída Temporária;
22. Término de Pena;
23. Trabalho Externo;
24. Trabalho Interno;
25. Transferências.

29. Orientação técnico-jurídica e publicação das Notas Técnicas nº 01, 02 e 03/2021

As pesquisas sobre as matérias afetas à atuação na área criminal constituem- se em uma das mais tradicionais atividades desenvolvidas pelo Centro de Apoio Operacional Criminal, a partir das solicitações realizadas por membros, analistas e assessores do MPPA, agilizando e aprimorando diariamente a atuação instituição.

O CAO de Políticas Criminais expediu, no ano de 2021, as seguintes Notas Técnicas:

Nota técnica 01-2021, que orienta, sem caráter vinculativo, sobre casos de admissão de servidores fantasmas;

Nota Técnica n° 02/2021, que orienta, sem caráter vinculativo, nos casos de recusa das Varas Criminais em receber denúncias de autos de processos tramitados por documento físico sem que o Órgão Ministerial realize a digitalização.

Nota Técnica nº 03/2021 orienta, sem caráter vinculativo, quanto à decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Excelentíssimo Senhor Doutor Alexandre de Moraes, em medida cautelar na ADPF nº 569-DF e seus efeitos sobre a destinação de valores ou bens provenientes de condenação criminal ou de acordos diante de transações penais, suspensão condicional do processo e acordos de não persecução penal, podendo ser consultado por meio do link:

17

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional de

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

Relatório biênio 2021 - 2023

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAODPP/MPPA)

Este relatório descreve atividades, iniciativas e projetos desenvolvidos pelo CAO de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAODPP) desde a designação do signatário à função de Coordenador (Portaria nº 0839/2021-MP/PGJ - DOE/PA de 13/04/2021). Ressalte-se que a ficha dos referidos projetos e iniciativas está contida no Plano Setorial de Defesa do Patrimônio Público do MPPA, elaborado por este Centro de Apoio Operacional, para o período de 2021-2024:

Projetos e iniciativas

Com base no objetivo estratégico 1.5 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP (Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social), o CAODPP desenvolveu seus projetos em 3 eixos de atuação, a saber: PREVENÇÃO, REPRESSÃO E APOIO.

1. Eixo Prevenção

1.1 INTEGRIDADE NAS EMPRESAS

1.2 INTEGRIDADE INSTITUCIONAL

1.3 PROJETO ROYALTIES

1.4 ENIATO – CONTROLE DA EVOLUÇÃO PATRI1. MONIAL DOS AGENTES PÚBLICOS

1.5 PROJETO CONTROLADORIAS INTERNAS NOS MUNICÍPIOS

1.6 ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE (TCU, TCM e Polícia Civil)

1.7 CELEBRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICOS E CONVÊNIOS

2. Eixo Repressão

2.1 RE-CAPACITA GATI

2.2 PRODUÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO

3. Eixo Apoio

3.1 ROTEIROS DE INVESTIGAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

3.2 LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA

3.3 MINUTA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

3.4 MANUAIS E ROTEIROS D E ATUAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

3.5 REVISÃO DE ANÁLISES TÉCNICAS DO GATI

3.6 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES QUE ATUEM NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

3.7 CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE BANCO DE PEÇAS NO SIMP ACERVO

3.8 ORIENTAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS

3.9 PROJETO TURMA DA MÔNICA E MPPA

1. Eixo Prevenção

1.1 Integridade nas empresas

Trata-se de projeto desenvolvido em parceria com outros órgãos e motivado pelas exigências da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), que impôs aos licitantes vencedores a necessidade de desenvolvimento de Programa de Integridade (compliance). Nesta toada e inspirados em prática exitosa do Ministério Público do Maranhão, foi idealizado o Projeto INTEGRIDADE EMPRESARIAL NA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, que visa incentivar a implantação e o aperfeiçoamento de práticas de compliance entre os contratados da Administração Pública.

Com isso, pretende-se: i) estimular nos pequenos negócios uma cultura de transparência, prevenção e de boa governança em contratações públicas, resguardando sócios, o Poder Público e a coletividade contra atos de corrupção e de improbidade administrativa; ii) fomentar comportamentos éticos nas relações internas e nas estabelecidas com o setor público, em especial as estabelecidas entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. A partir disso, espera-se, de um lado, iii) incentivar a maior participação de pequenos empresários em compras públicas, em especial as promovidas pelo MPPA, visando a economicidade da contratação, a fixação de renda local e o aumento da competitividade em licitações; e de outro, iv) minimizar riscos de fraude à licitação, além de sanções às empresas, por atos lesivos ao patrimônio público. Nesse contexto, v) busca-se verificar, a partir de indicadores, o impacto da adoção de programas de integridade por pequenos empresários na participação e vitória de processos licitatórios promovidos pelo MPPA, aí também incluídas as contratações diretas (dispensa e inexigibilidade) realizadas pela Instituição.

Nesse contexto, o projeto foi subdividido em duas linhas de atuação, cujo piloto ocorre com a Prefeitura de Barcarena, juntamente com o apoio do SEBRAE/PA a partir de levantamento interno de dados, aí compreendido o período do ano de 2022 à 2023: 1)empresas locais de Barcarena foram convidadas a participar do projeto, dentre elas há empresas de micro e pequeno porte, médio porte e associações, conforme cadastro apresentado pelos servidores da Prefeitura; 2) também convidados a participar do projeto, profissionais liberais contadores, que atuam junto a Prefeitura Municipal de Barcarena.

No dia 27/04/2022 o CAODPP representando o Ministério Público do Estado do Pará, o CAODPP realizou o seminário de sensibilização sobre Compras Governamentais, abordando o tema: "Integridade nas compras públicas", no município de Barcarena. O convite foi realizado pela celebração do Termo de Cooperação técnica (nº11/2021-MP/PA) entre Sebrae e MPPA, que visa dar continuidade ao Projeto "Integridade Empresarial", desenvolvido pelo CAO-DPP, tendo o município de Barcarena como piloto do projeto.

E no dia 5/10/2022 ocorreu o lançamento do projeto Integridade Empreendedora da Prefeitura de Barcarena, em parceria com o MPPA e o SEBRAE.

Situação atual: em implantação.

1.2 Integridade institucional

No âmbito do Ministério Público Brasileiro, o Conselho Nacional do Ministério Público já instituiu, a partir da Portaria CNMP-PRESI Nº. 120, de 13 de agosto de 2019, o seu Programa de Integridade; assim como diversos Ministérios Públicos Estaduais (MPE) também já adotaram a mesma iniciativa (MPE/SC, MPE/GO, MPE/RJ, MPE/MS E MPE/MG, por exemplo).

Diante desse cenário e considerando os seus objetivos institucionais e respectivas ações estratégicas, reconheceu-se a importância da adesão do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) a essa iniciativa, a fim de não só fortalecer as suas atuais instâncias de controle, mas também de instituir um conjunto ainda mais robusto de medidas e ações institucionais orientadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, desvios éticos e atos de corrupção, nomeadamente o seu Programa de Integridade Institucional.

Registre-se, inclusive, que o MPPA já se encontra no caminho assertivo desse propósito, na medida em que já dispõe, em sua estrutura organizacional, de instâncias e ferramentas de integridade, tais como Manual de Orientação Ética para os seus membros, Ouvidoria Geral e Comissão de Controle Interno.

Situação atual: em implantação. No dia 19/11/2021, foi assinada a Portaria nº. 4.098/2021-MP/PGJ, que institui o Programa de Integridade do Ministério Público do Estado do Pará, estabelece as diretrizes e objetivos do Plano de Integridade Institucional; e no dia 07/12/2021, foi assinada a Portaria nº. 4.475/2021-MP/PGJ, constituindo comissão para a respectiva elaboração do Plano.

1.3 Projeto royalties

O Projeto Royalties visa promover a máxima Transparência na gestão e aplicação dos recursos recebidos por Municípios a título de royalties. O trabalho mostrou-se de grande relevância após uma simples em consulta aos portais da transparência das Prefeituras paraenses, nos quais se constatou um nítido déficit de transparência de tais receitas, inexistindo controle social adequado na alocação dos recursos. Por outro lado, os valores repassados ao Estado do Pará e seus municípios, somente no ano de 2011, alcança cifras bilionárias, aplicadas com pouquíssima transparência e controle.

O CAODPP por acreditar na iniciativa do projeto, solicitou a colaboração do TCM/PA, para informar se há controle, pelo Tribunal, da destinação dos royalties recebidos pelos Municípios paraenses, no sentido de identificar a aplicação exata dos valores por cada município, depois do recebimento dos repasses feitos pela União.

Assim, o TCM/PA respondeu parabenizando a iniciativa do MPPA, compartilhando também a consulta quanto ao uso da CFEM, formulado pela Prefeitura de Terra Santa-Pa, e em seguida o PARECER JURÍDICO Nº 191/2022/DIJUR/TCM-PA.

No dia 28/09/2022, o MPPA participou como "amicus curie", representado por este Coordenador do CAODPP, na 30ª Sessão Plenária Ordinária Virtual do TCM.

Para continuar as trativas sobre o Projeto Royalties, foi realizado uma reunião no dia 12/12/2022, com a participação do MPPA, TCM e UFPA.

Situação atual: em implantação.

1.4 ENIATO – controle da evolução patrimonial dos agentes públicos

A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará que atuam na defesa do patrimônio público, que, mediante orientação e acompanhamento deste CAODPP, não só identificarão junto aos respectivos Municípios os riscos de irregularidade na gestão pública, como realizarão o monitoramento e, quando necessário, a repressão de atos de enriquecimento ilícito.

Em 2022, o projeto concluiu a primeira e a segunda fase, dando continuidade nas próximas fases e etapas.

A primeira fase abordou os municípios do baixo amazonas e Marajó I. Divulgando o Projeto e Compartilhando Material, fez um Levantamento de informações junto às Prefeituras Municipais, Mapeamento dos Resultados, Expedição e Acompanhamento de Recomendação Ministerial, Adoção de providências judiciais e Avaliação.

A segunda fase abordou os municípios do Nor-

deste I e II, seguindo as mesmas etapas da primeira fase.

Situação atual: em implantação.

1.5 Projeto Controladorias nos Municípios

A iniciativa refere-se ao alinhamento do MPPA com os objetivos 1.5, 2.1 e 3.2 do PEN, que envolve o desenvolvimento de políticas de governança, de tratamento de informações, mediante a criação das estruturas de controladorias, treinamento e capacitação de servidores para boa gestão, consubstanciado no eixo preventivo às práticas corruptivas no setor público.

Trata- se de Projeto que impacta diretamente toda a sociedade paraense que receberá uma gestão mais eficiente e transparente com o desempenho dos órgãos de controle interno nos municípios.

Trata-se de um Projeto contínuo, portanto sem prazo exato de finalização, pois atua na criação ou aperfeiçoamento de estruturas internas de controle Interno municipais com avaliação periódica de resultados, constituindo base para novos indicadores de controle.

O projeto foi então organizado em 6 fases, contendo, cada uma, 6 etapas.

A primeira fase abordou os municípios do baixo amazonas e Marajó I. Divulgando o Projeto e Compartilhando Material, fez um Levantamento de informações junto às Prefeituras Municipais, Mapeamento dos Resultados, Expedição e Acompanhamento de Recomendação Ministerial, Adoção de providências judiciais e Avaliação.

A segunda fase abordou os municípios do Nordeste I e II, seguindo as mesmas etapas da primeira fase.

Situação atual: em implantação.

1.6 Articulação com órgãos de controle (TCU, TCM e Polícia Civil)

Com vistas a estabelecer intercâmbio permanente com órgãos de controle, para compartilhamento e obtenção de elementos técnicos- especializados na área de defesa do patrimônio público, o CAODPP tem estreitado laços de cooperação com o Tribunal de Contas da União (TCU), com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e com a Polícia Civil do Estado do Pará.

Assim, a partir de parcerias/acordos de cooperação visando o compartilhamento de bases de dados e sistemas de informações, além de capacitação para uso das funcionalidades oferecidas em cada uma dessas plataformas, o projeto, de caráter contínuo, visa aperfeiçoar as investigações conduzidas pelo MPPA, estimulando a maior transparência, controle e prevenção de corrupção e improbidade nas administrações municipais.

Situação atual: em implantação.

1.7 Celebração e fiscalização de acordos de cooperação técnicos e convênios

O CAODPP é atualmente responsável direto por 11 (onze) termos de cooperação técnica e convênios abaixo discriminados:

Os termos acima listados possibilitam, em alguns casos, o acesso a informações e sistemas de outros órgãos visando auxiliar as atividades investigatórias do Ministério Público do Pará; em outros, compreendem instrumentos que viabilizam a conjugação de esforços entre signatários para a promoção de medidas de integridade nas esferas pública e privada.

Cooperação Técnica	Conven ente	Início	Fim
S/N 2014	Receita Federal, Ministério da Fazenda e CNMP	14/03/2014	-
S/N 2017	CNMP, MTPS e INSS	13/03/2017	-
S/N 2017	CNM e Banco Central do Brasil	15/03/2017	-
08/2017	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará – CAU	17/07/2017	16/07/2018
01/2018	ADEPARÁ	22/03/2018	21/03/2023
01/2019	Ministério da Cidadania (União)	03/04/2019	02/04/2024
S/N 2019	ARISP	30/09/2019	29/09/2024
05/2020	MPT e TRT8	08/10/2021	07/10/2022
06/2020	CREA/PA	24/11/2020	23/11/2025
11/2021	SEBRAE	09/09/2021	09/09/2023
51/2021	JUCEPA	28/10/2021	24/10/2023
002/2022	FAMEP	30/03/2022	30/03/2024

2. Eixo Repressão

2.1 Re-Capacita GATI

Trata-se de projeto contínuo voltado ao aperfeiçoamento das Notas Técnicas emitidas pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar – GATI na seara da Improbidade Administrativa. O CAODPP organiza as capacitações visando aprimorar o processo de elaboração das análises realizadas pelo GATI, a fim de auxiliar os trabalhos das Promotorias de Justiça nos municípios do Estado.

Situação atual: concluído.

Foram realizados 2 encontros com os técnicos do GATI. Em 02/06/2021, a reunião pautou-se em propor o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho do GATI e debater os fluxos de trabalhos. A primeira rodada do Projeto RE-CAPACITA GATI ocorreu em 24/06/2021 organizada e ministrada pelo CAODPP em parceria com o Grupo de Inteligência Institucional do MPPA.

2.2 Produção de artigo científico

Tratas- se de estudo científico elaborado por este CAODPP, com o objetivo de identificar, sob uma perspectiva empírica, o grau de efetividade das ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), esta entendida como o percentual de decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA) favoráveis à pretensão ministerial, cuja intimação foi recebida pelo MPPA no período de 01/01/2018 a 18/06/2021.

Para tanto e fazendo uso predominante da pesquisa quantitativa e do método indutivo para análise empírica dos dados, as decisões selecionadas como amostra da pesquisa foram classificadas segundo o tipo de provimento jurisdicional, viabilizando a construção de um panorama geral da reversibilidade ou não das decisões de mérito no 2º grau.

Situação atual: concluído, e publicado do artigo em revista científica em 2022.

Link do Artigo Publicado: https://www2.mppa.mp.br/data/files/4E/D5/CB/5A/12F6281088F0AD18 180808FF/REVISTA%20MPPA%202021.pdf

3. Eixo Apoio

3.1 Roteiros de investigação na defesa do patrimônio público

O projeto consiste na elaboração de roteiros de

atuação na defesa do patrimônio público, com o objetivo de auxiliar de modo sistematizado e objetivo, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nos procedimentos afetos à improbidade administrativa e corrupção.

Situação atual: concluído.

No dia 05/07/2021, foi entregue ao CEAF o primeiro roteiro de investigação produzido pelo CAODPP no âmbito desse projeto. Trata-se do ROTEIRO BÁSICO DE ATUAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, que reúne conhecimento teórico acerca de instrumentos e técnicas de investigação, além de orientações práticas, organizadas por tema, para uma atuação extrajudicial resolutiva pautada nos pilares de combate à corrupção preconizados pelo Conselho Nacional do Ministério Público: prevenção, controle e repressão. Optou-se, nesta edição inaugural, pelo aprofundamento de alguns dos temas mais comuns à atuação ministerial, quais sejam: a) Fraudes em contratações públicas (licitação e contratação direta por dispensa e inexigibilidade); b) Acumulação indevida de cargos públicos; c) Contratação temporária irregular de servidores públicos; d) Acórdãos do Tribunal de Contas dos Municípios.

3.2 Lei de improbidade administrativa comentada

O projeto visa a elaboração do livro Lei de Improbidade Administrativa Comentada, na sua edição de 2021, que passou por uma reformatação gráfica total, visando facilitar a compreensão e a interpretação sistemática por parte do leitor, em especial membros e servidores atuantes na área de improbidade administrativa. O texto legal contém destaques que remetem às principais legislações, súmulas e enunciados, além do que cada dispositivo legal é seguido por julgados do STF, STJ, TSE e/ou TJ/PA que foram separados por teses/tópicos, sendo constituído de mais de 1500 precedentes em 532 teses. Também foram incluídos, como anexos, comentários jurisprudenciais de várias outras leis de interesse da defesa do patrimônio público, como, por exemplo, a lei anticorrupção empresarial e a lei ficha limpa.

Situação atual: concluído.

Foi produzido apenas 1 exemplar físico. Com o fim de permitir maior divulgação do trabalho, alcançando membros e servidores de todo o órgão, o livro em formato digital encontra-se disponibilizado no portal interno do CAODPP.

3.3 Minuta do projeto de resolução do Acordo de Não Persecução Cível

O acordo de não persecução cível (ANPC) é um instrumento moderno para solucionar, de forma rápida e consensual, conflitos na esfera cível, proporcionando celeridade na resolução dos casos considerados menos graves e a priorização do sistema de justiça para os casos mais graves.

Considerando que o MPPA ainda não possui regulamentação interna do acordo, este CAODPP revisou o projeto de minuta do ANPC e o entregou ao Procurador-Geral de Justiça no dia 17/06/2021. O documento será agora encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça para apreciação.

Ao longo da tramitação do projeto, este CAODPP pretende promover cursos, para orientação técnica a membros e servidores.

No dia 29/06/2021, o CAODPP e o CEAF realizaram via youtube a LIVE "Acordo de Não Persecução Cível" com o Palestrante e Promotor de Justiça do Rio de Janeiro Fabrício Rocha.

No dia 05/08/2021, o projeto foi aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante a edição

da Resolução nº. 007/2021-CPJ (IOEPA, 10/09/2021), que regulamenta o acordo de não persecução cível (ANPC) no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nas hipóteses configuradores de ato de improbidade administrativa.

Situação atual: concluído.

3.4 Manuais e roteiros de atuação na defesa do patrimônio público

O projeto consiste na elaboração de roteiros de atuação na defesa do patrimônio público, com o objetivo de auxiliar de modo sistematizado e objetivo, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nos procedimentos afetos à improbidade administrativa e corrupção.

Situação atual: em desenvolvimento.

a) ROTEIRO CIRCUNSTANCIADO PARA ANÁLISE DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

b) ROTEIRO DE ANÁLISE INICIAL DE NOTÍCIAS DE FATO EM MATÉRIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

c) ROTEIRO CIRCUNSTANCIADO PARA SUSPENSÃO DE CONTRATOS LICITATÓRIOS

d) FLUXOGRAMA - DESCUMPRIMENTO DE REQUISIÇÕES MINISTERIAIS REALIZADAS NO MBITO CÍVEL

3.5 Revisão de análises técnicas do GATI

Em cumprimento ao artigo 12, IV, da Portaria 6421/2014/MP/PGJ, o CAODPP supervisiona as análises técnicas realizadas pelos assessores do GATI na matéria afeta a este Centro de Apoio Operacional.

No período deste relatório, o CAODPP revisou 128 análises técnicas, conforme relatório extraído do SIMP ATEC.

Situação atual: Concluído, conforme Portaria nº 4485/2022-MP/PGJ de 16 de agosto de 2022, que regulamenta o processamento das solicitações de análise técnica direcionadas ao GATI, vinculado ao CAOTEC.

3.6 Ações de capacitação de membros e servidores que atuam na defesa do patrimônio público

Com vistas ao fortalecimento das Promotorias de Justiça de combate à corrupção e à improbidade, além de assegurar maior efetividade à atividade extrajudicial e judicial, tem-se promovido continuamente ações de capacitação de membros e servidores em matéria de defesa do patrimônio público, visando a disseminação do conhecimento, atualização, além da integração e maior aproximação deste CAODPP às promotorias.

Para tanto, tem-se buscado levantar previamente a necessidade do público-alvo, para, após a seleção da atividade, tema e palestrantes, viabilizar a capacitação de membros e servidores.

Situação atual: em contínua implantação.

Ao longo deste ano, foram promovidas as seguintes ações e materiais de capacitação:

a) Aperfeiçoamento de rotina e atendimento do GATI nas demandas de improbidade

Público-alvo: técnicos do GATI e servidores do GSI

Ementa: Orientações de acesso e consulta aos principais sistemas de informações conveniados ao MPPA

Link: https://www2.mppa.mp.br/noticias/caodpp-debate- aperfeicoamento-de-rotina-e-atendimento-do-gati-nas-demandas- de-improbidade.htm

b) Acordo de Não Persecução Cível

Público-alvo: membros e servidores do MPPA

Ementa: Regulamentação do Acordo de Não Persecução Cível

c) Plataforma ConecaTCU

Público-alvo: membros e servidores do MPPA

Ementa: Apresentação da Plataforma de serviços digitais Conecta- TCU

d) Mural de Licitações e Sistema LINCE do TCM/PA

Público-alvo: membros e servidores do MPPA e do MPF

Ementa: apresentação da Plataforma Pública Mural de Licitações do TCM/PA

e) Sistema GEO-OBRAS do TCM/PA

Público-alvo: membros e servidores do MPPA e do MPF

Ementa: apresentação do Sistema GEO-OBRAS do TCM/PA

f) Acesso do conveniado à base de dados da JUCEPA

Público-alvo: membros e servidores do MPPA e do MPF

Ementa: apresentação do Sistema REGIN/JUCEPA

g) Inovações introduzidas pela Lei 14.230/2021 à Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

Público-alvo: membros e servidores do MPPA

Ementa: Debater, compartilhar e produzir conhecimento acerca das recentes alterações promovidas pela Lei nº. 14.230/2021 à Lei de Improbidade Administrativa - LIA (Lei nº. 8.429/92);

h) Curso Investigação em Improbidade e Corrupção

Público-alvo: membros e servidores do MPPA

Ementa: A capacitação tem como objetivo aperfeiçoar as estratégias investigativas dos membros e servidores que atuam na defesa do patrimônio público.

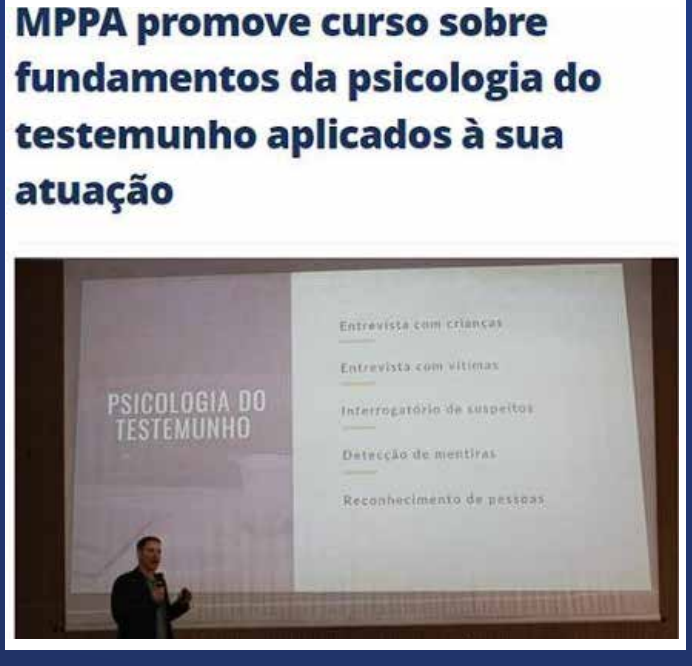
Link: https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-inicia-oficina- sobre-investigacao-em-improbidade-e-corrupcao.htm

i) Curso fundamentos da psicologia do testemunho aplicados à atuação do Ministério Público

Público-alvo: membros e servidores do MPPA

Ementa: A capacitação foi realizada com o objetivo de atualizar os membros, com atuação criminal, quanto ao reconhecimento pessoal e de testemunho no processo penal, que são ferramentas fundamentais para a atuação do Ministério Público.

Link: https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa--promove-curso- sobre-fundamento-da-psicologia-do-testemunho-aplicados-a-sua- atuacao.htm



j) Inovações introduzidas pela Lei 14.230/2021 à Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)

Público-alvo: membros e servidores do MPPA

Ementa: Debater, compartilhar e produzir conhecimento acerca das recentes alterações promovidas pela Lei nº. 14.230/2021 à Lei de Improbidade Administrativa - LIA (Lei nº. 8.429/92);

Link: https://www2.mppa.mp.br/noticias/em-mesa-redonda- mppa-debate-sobre-as-mudancas-na-lei-de-improbidade-administrativa.htm

3.7 Criação e alimentação de banco de peças no Simp Acervo

Nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº. 004/2021-CPJ e do Ato Conjunto nº. 02/2019-MP/PGJ-CGMP, as comunicações realizadas pelos órgãos de execução do MPPA quanto à instauração, prorrogação, conversão, finalização e arquivamento de procedimentos, além de petições iniciais, TACs e recomendações são todas realizadas em meio digital, pelo sistema GEDOC.

Diante desse grupo de peças, este CAODPP tem selecionado as de maior repercussão e relevância, como as que apresentam demanda mais frequente entre os membros, para arquivamento em pasta própria no SIMP ACERVO. Com isso, tem-se o objetivo de disponibilizar, com acesso rápido e fácil, modelos que possam orientar a atuação do membro na defesa do patrimônio público.

Situação atual: em contínua implantação.

3.8 Orientações técnico-jurídicas aos órgãos de execução

Em observância à atribuição geral contida no artigo 9º, II, da Resolução nº. 004/2021-CPH, o CAODPP remete informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculados, na forma de consultas, orientações, modelos e notas técnicas, aos órgãos de execução ligados às suas áreas de atividades.

3.9 Projeto Turma da Mônica e MPPA

O projeto da Revista da Turma da Mônica Produzido pelo Instituto Maurício de Sousa em parceria com o MPPA, por intermédio do CAODPP, e o CAODH.

Diante do projeto, visa apresentar uma história sobre dois eixos, ética, integridade, e também sobre a discriminação entre raças.

A ideia do Projeto está em apresentar tanto em escolas do Pará, quanto fazer a divulgação dentro do MPPA, para o melhor entendimento da área de atuação do CAODPP e CAODH.

Situação atual: em produção.

b) METAS FÍSICAS REALIZADAS (ANO BASE 2022)

c) FATORES INTERNOS OU EXTERNOS QUE CONTRIBUÍRAM OU PREJUDICARAM O ALCANCE DAS METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS PROGRAMAS E REALIZADAS – ANO BASE 2022

d) PLANEJAMENTO E NECESSIDADES - ANO BASE 2023

Com o fim de contemplar o solicitado nos itens "b" e "c", e tomando como referência o Plano Setorial de Defesa do Patrimônio Público do MPPA (2021- 2024), apresenta-se a seguir o rol dos projetos e iniciativas prioritários do CAODPP (ano base 2022) acompanhados dos respectivos objetivos, resultados e riscos:

ROL DE PROJETO E INICIATIVAS				
Projeto/ Iniciativa	**Nome**	**Objetivo**	**Riscos**	**Resultado**
Projeto	INTEGRIDADE NAS EMPRESAS	Promover, o projeto Piloto em Barcarena, em parceria com outros órgãos, entre os quais o SEBRAE, ações direcionadas aos microempreendedores individuais, microempresários e empresas de pequeno porte, para incentivá-los à implementação e/ou aperfeiçoamento de Programas de Integridade (Compliance).	- Ausência de interesse do público-alvo na implementação do projeto; - Falta de engajamento dos órgãos parceiros na disponibilização de pessoal técnico para implementação do projeto; - Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto	Iniciado
Projeto	INTEGRIDADE INSTITUCIONAL	Criação e/ou sistematização de mecanismos de integridade institucional que tenham o escopo de monitorar e identificar de	- Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das unidades envolvidas;	Iniciado
		maneira mais eficaz vulnerabilidades ou desvios éticos que possam comprometer os objetivos da Instituição	- Ausência de capacitação adequada dos servidores responsáveis pela implementação do plano de integridade institucional - Resistência de membros e servidores na adesão do projeto.	
Projeto	ENIATO – CONTROLE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DOS AGENTES PÚBLICOS	A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará que atuam na defesa do patrimônio público, que, mediante orientação e acompanhamento deste CAODPP, não só identificarão junto aos respectivos Municípios os riscos de irregularidade na gestão pública, como realizarão o monitoramento e, quando necessário, a repressão de atos de enriquecimento ilícito.	- Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto - Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das prefeituras envolvidas;	Iniciado
Projeto	PROJETO CONTROLADORIAS INTERNAS NOS MUNICÍPIOS	Envolve o desenvolvimento de políticas de governança, de tratamento de informações, mediante a criação das estruturas de controladorias, treinamento e capacitação de servidores para boa gestão, consubstanciado no eixo preventivo às práticas corruptivas no setor público.	- Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto - Descontinuidade do projeto, em virtude da resistência ou dificuldade de implementação das prefeituras envolvidas;	Iniciado
Projeto	ROYALTIES - TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DA RECEITA PELOS MUNICÍPIOS	A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do MPPA que atuam na defesa do patrimônio público, que, mediante, orientação e acompanhamento deste CAODPP, não só identificarão junto aos respectivos Municípios o grau de transparência na gestão de receitas de *royalties*, como fomentarão o controle social, além da ampla publicidade na aplicação dessas verbas.	- Ausência de interesse do público- alvo na implementação do projeto; - Adesão limitada dos membros do MPPA na implementação do projeto; - Falta de engajamento dos órgãos parceiros na disponibilização de pessoal técnico para implementação do projeto;	Iniciado
Projeto	PRODUÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO	Elaboração de artigo científico contendo a análise de pesquisa quantitativa quanto ao grau de sucesso das ações de improbidade propostas pelo MPPA, além do lapso temporal entre a propositura das demandas e a resposta em sede recursal pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará	- Limitação do resultado da pesquisa quantitativa, em razão do acesso limitado à base de dados do TJ/PA - Não conseguir compor, com precisão, a amostra selecionada, em razão de limitações do sistema de informação do MPPA (SIMP)	Concluído
Projeto	PRODUÇÃO DE ROTEIRO DE ATUAÇÃO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	Auxiliar, de modo sistematizado e objetivo, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nos procedimentos afetos à improbidade administrativa e corrupção, visando atuação extrajudicial resolutiva	- Não contemplar as principais necessidades das Promotorias com atuação afeta à matéria - Dificuldade de acesso ao material produzido - Baixa disseminação entre membros e servidores do material produzido	Concluído
Projeto	ELABORAÇÃO DE MINUTA DE RESOLUÇÃO DO ANPC	Revisar e entregar o Projeto de Minuta do ANPC ao Procurador- Geral de Justiça, visando a regulamentação interna do Acordo, enquanto instrumento moderno para solucionar, de forma rápida e consensual, conflitos na esfera cível.	- Possibilidade de desalinhamento da proposta de minuta com a futura regulamentação nacional (CNMP)	Concluído
Iniciativa	ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE	Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos de controle, para compartilhamento e obtenção de elementos técnicos-especializados na área de defesa do patrimônio público.	-	Iniciado (permanente)
Iniciativa	CRIAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE BANCO DE PEÇAS NO SIMP ACERVO	Disponibilizar, com acesso rápido e fácil, modelos de peças que possam orientar a atuação do membro na defesa do patrimônio público	- Limitações do sistema	Iniciado (permanente)
Iniciativa	ARTICULAR JUNTO AO CEAF A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Capacitação contínua de membros e servidores em matéria de defesa do patrimônio público, visando a disseminação do conhecimento, atualização dos membros e servidores, além da integração do CAODPP às promotorias	- Adesão dos membros e servidos	Iniciado (permanente)
Iniciativa	ARTICULAR COM A TURMA DA MÔNICA E O MPPA REALIZAÇÃO DE REVISTA	Elaboração da Revista da Turma da Mônica em parceria do MPPA, por intermédio do CAODPP e CAODH, visando o público infanto-juvenil nas escolas sobre a área de atuação dos CAO's, sobre ética, integridade e direitos humanos.	-	Iniciado (permanente)

18

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional de

DIREITOS HUMANOS

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos

Direitos Humanos Importam!

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos foi institudo pela Resolução nº 004/2021 de 05 de agosto de 2021, e é um órgão auxiliar da administração superior do Ministério Público e tem como função ORIENTAR, AUXILIAR e FACILITAR a atuação dos Promotores de Justiça, prestando-lhes informações técnico- jurídicas, apoio no relacionamento e realização de reuniões entre membros do Ministério Público e as organizações Governamentais e não Governamentais, além de buscar a estruturação das políticas institucionais do órgão Ministerial na Defesa dos Direitos Humanos.

Anteriormente a publicação da Resolução acima referida o CAODH era denominado de Centro Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Constitucionais e Interesses Difusos e Coletivos- CAO Constitucional.

Composição da equipe atual

Coordenadora: Ana Cláudia Bastos de Pinho

Promotoras de Justiça Auxiliar: Bethânia Maria da Costa Corrêa e Eliane Cristina Pinto Moreira

Assessoria: Carla Forte Cavalcante

Apoio Administrativo: Ana das Graças Sfair Alvares

Estagiários: Amanda Blanco Chaves e Tereza Gabriela Chaves Nascimento

Apoio Técnico: Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar - GATI.

Núcleos ligados ao CAODH

01- NÚCLEO DE PROTEÇÃO A MULHER – Núcleo Mulher

Coordenadora até abril/22 - Vyllya Costa Barra Sereni. Atual Coordenadora Luiziana Dantas

02 - NÚCLEO DE DEFESA DAS PESSOAS IDOSAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – NIDE

Coordenador(a) – Tatiana Jansen

03-NÚCLEO AGRÁRIO E FUNDIÁRIO –NAF

Coordenadora: Ione Missae Silva Nakamura

04- NÚCLEO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL – NIERAC

Coordenadora: Lilian Regina Furtado Braga

Participações em eventos 2021

No período de 19/05/2021 a abril de 2022 a promotora de Justiça Ana Cláudia Pinho, como Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos organizou, coordenou e participou de 67 (sessenta e sete) reuniões e eventos.

Participação em grupo de trabalho

01-Grupo de Trabalho Agrário – GT Agrário

02- Grupo de Trabalho Étnico-Racial- GT Étnico-Racial

03-Grupo de Trabalho em Defesa das Pessoas LGBTI – GT LGBTI

Relatório de desempenho da gestão

1-Imigrantes e Refugiados - Dentre as ações, deste CAO o atendimento humanitário aos imigrantes e refugiados, tema extremamente caro à agenda de direitos humanos.podemos destacar o exposição fotográfica sobre pessoas refugiadas no Brasil, intitulada **"Atravessando fronteiras e descobrindo imagens: a importância da integração de pessoas refugiadas".** A exposição, de caráter educativo, aconteceu no primeiro piso do Castanheira Shopping Belém, em maio de 2022, com o objetivo de desmitificar informações corriqueiramente veiculadas acerca desse grupo, esclarecendo aspectos jurídicos, socioeconômicos e as dúvidas mais frequentes. desta feita entre o **CAODH/MPPA, ACNUR e o Castanheira Shopping.**

Outras ações deste CAO foi a participação de reunião na ALEPA para tratrar sobre os indígenas venezuelanos da etnia Warao; participação em oficina sobre a Proteção e Assistência de pessoas Refugiadas; promoção, em parceria com o CEAF e ACNUR, de oficina sobre o atendimento humanitário a refugiados, voltada, principalmente, aos membros e servidores do Ministério Público e participação da articulação pela aprovação do projeto de Lei para a população migrante, refugiada e apátrida na ALEPS. O projeto foi aprovado, por unanimidade dos deputados, em sessão do dia 21/06/2022 na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

2-Pauta Étnico – Racial – Essa é, sem dúvida alguma, pauta prioritária para o Ministério Público, em geral, e para o CAODH, em especial. O racismo estrutural que forjou a sociedade brasileira, a partir da chaga da escravidão, tem deixado marcas cruéis, cuja superação impõe grandes desafios a todos que trabalham com direitos humanos. Em relação a essa importante agenda, podemos destacar:

• Realização, em parceria com o NIERACA e CEAF, do seminário sobre segurança pública e populações negras do Pará;

• Promoção do evento "Ministério Público: compromisso com a dignidade da população negra e indígena e acesso à justiça", em parceria com o CEAF, no Município de Santarém;

• Presença do NIERAC, em conjunto com integrantes do GEDHA (Grupo de Estudos e Desenvolvimento Humano na Amazônia), na visita a comunidades quilombolas de São Sebastião de Burajuba, Sítio Conceição, Sítio Cupuaçu/Boa Vista, Sítio São João e Gibrié de São lourença, no município de Barcarena;

• Realização de seminário sobre o papel das políticas afirmativas do Estado Democrático de Direito;

• Articulação com os movimentos negros, por meio de roda de conversa, sobre o compromisso com políticas antirracistas;

• Lançamento da Agenda Antorracista com exibição de websérie "Pretas";

• Reuniões de articulação com os movimentos negros e indigénas;

• Realização de reunião do Grupo de Trabalho Étnico-Racial;

• Promoção, em parceria com o CEAF, da quarta etapa do Seminário "Violência, Território e Direitos Humanitários no sudeste paraense", cujo tema foi "Os Direitos Humanos e quatro décadas da Escravidão no Pará" e

• Elaboração de Nota Técnica sobre a atribuição do MPPA para atuar em temas que envolvam questões indígenas.

Ações desenvolvidas pelo Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC)

A Resolução 04/2021 – CPJ, de 05 de agosto de 2021 disciplina a reestruturação dos Centros de Apoio Operacional (CAO's) e seus respectivos núcleos.

O Art. 6º, parágrafo único, disciplina que cada núcleo será dirigido por um Coordenador livremente designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

O Art. 17, §4º cuida sobre as atribuições afetas ao Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NIERAC, dentre outras:

[...]

II – sugerir estratégias para o combate à discriminação racial em todas as suas formas e manifestações;

V – participar da discussão e do acompanhamento de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação e às desigualdades étnico-raciais, em todas as respectivas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

VI – fomentar e acompanhar programas junto a órgãos governamentais e não governamentais de apoio às políticas de combate ao racismo em todas as respectivas formas;

[...]

ATIVIDADE	Quantitativo
Demandas Recebidas / Autuados como Notícia de Fato	75
Ofícios circulares	75
Encaminhamento(s) para outra Promotoria de Justiça/Órgão(s)	84
Notícias de Fato Arquivadas	12
Ofícios expedidos	733
EVENTOS:	
Tema: Ministério Público: "Compromisso com a Dignidade da População Negra e Indígena e Acesso à Justiça";	
Instalação do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico Racial e o Seminário: Arte como Ferramenta de Resistência: Manifestações Artísticas de Muheres Indígenas e Quilombolas	
Ministério Público: "Compromisso com a Dignidade da População Negra e Indígena e Acesso à Justiça"	
Instalação do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico Racial e o Seminário: Arte como Ferramenta de Resistência: Manifestações Artísticas de Mulheres Indígenas e Quilombolas.	
Instalação e inauguração da AFROTECA Willivane Melo, parceria do MPPA e UFOPA.	
I FÓRUM DE MULHERES DO BAIXO AMAZONAS: TUDO NELAS É DE SE AMAR!	
Lançamento do Projeto "Em defesa da diversidade: pelo direito de existir". Santarém	
Roda de Conversa - Trajetórias de luta e afeto escritas no útero da Amazônia	
I SEMINÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E POPULAÇÕES NEGRAS NO PARÁ,TEMA:: Ministério Público: "Compromisso com a Dignidade da População Negra e Indígena e Acesso à Justiça".	
Participação no evento "Cem anos da Semana de 22 e seus reflexos nas instituições brasileiras", promovido pela Procuradoria da República no Rio de Janeiro (PR/RJ).	
CEAF, NIERAC e Núcleo Mulher realizam e participam de eventos no Baixo Amazonas	
Reunião da 1º PJ de Itaituba e NIERAC com faculdade e escola técnica para sobre crimes de racismo.	
NIERAC participa de recepção aos novos alunos de Arqueologia da UFOPA – 2022	

ATIVIDADE
Reuniões Reunião sobre atividade mineradora no Alto Trombetas – NIERAC e 7º Promotoria de Justiça de Santarém Educação no Campo – PRONERA. Entrega da carta do PRONERA no INCRA. Reunião com a UNIFESSPA EM JACAREACANGA. ALDEIA POVO GAVIÃO e aldeia Santa Maria PJS DA REGIAO ADMINISTRATIVA DO BAIXO AMAZONAS: Implementação das Leis nº10.639/2003 E 11.645/2008. Reunião sobre o fechamento das escolas quilombolas na R.A. Baixo Amazonas. Roda de Conversa na Aldeia Mapuera: Violência Domestica e Rede de Proteção. Expansão do Projeto AFROTECA para outras regiões. Reunião sobre o conflito na Associação Quilombola Unidos do Rio Capim. Reunião sobre o 2º Fórum de Mulheres a ocorrer em 2023 em Terra Santa/PA. Reunião com FAI e EETEPA-ITB sobre prevenção ao racismo. Oficina de Trabalho: segurança pública e combate ao racismo, tendo como mediadora a Coordenadora do NIERAC – Lílian Regina Furtado Braga. Projeto de distribuição de energia elétrica para os comunitários da Estrada do BEC/Oriximiná. Reunião sobre a implementação das Leis nº 10.639/2003 E 11.645/2002 – Belém/PA. Apresentação do Projeto KIRIKU - Relações raciais e literatura infantil antirracista nos CEMEIS de Santarém/PA. O legado de Sebastião Tapajós e o patrimônio cultural do Estado do Pará.
Reunião de inauguração da AFROTECA Willivane Melo. Reunião sobre o fechamento de escolas quilombolas na região do Baixo Amazonas - Criação de GT Interistitucional para acompanhamento da demanda. Reunião sobre a ocupação indevida de Território Quilombola – ACORQAT. Reunião de implantação do ensino médio, EJA campo e ensino médio regular nas comunidades quilombolas costeiras dos municipios de Oeiras do Pará, Tomé-Açu e Viseu. Dia 18/05/2022: Seminário do Programa de Educação para a diversidade e 2º Seminário do MPPA – Marabá/PA. Reunião sobre educação indígena, quilombola e ribeirinha - Retorno das aulas em Oriximiná e escolas afetadas pela cheia do rio. Reunião sobre saúde indígena/CASAI Polo Oriximiná/PA. Reunião com as comunidades quilombolas e ribeirinhas do Município de Óbido

3-Pauta LGBTI – O Brasil, como se sabe, ocupa posição nada invejável no ranking do paíse em que mais ocorrem violências de todo tipo a pessoas LGBTQI+. A discriminação e o preconceito são causas da prática de crimes (desde os delitos contra a vida até os contra a honra e à dignidade sexual) além de funcionarem como barreiras a que esse grupo vulnerabilizado tenha acesso digno a serviços públicos e demais direitos básicos. Sesnsível a essa importante demanda destacamos:

• Realização, em parceria com a Promotoria de Justiça de Breves e o CEAF, do evento "Políticas Públicas voltadas à população LGBTQAI+", NO Município de Breves, que contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, da Corregedoria-Geral do MP, autoridades locais e vários representantes e lideranças do movimento LGBTI+ do Estado do Pará;

• Confecção da 4a edição da cartilha **"EM DEFESA DA DIVERSIDADE"**, trazendo as alterações e atualizações necessárias em relação aos direitos da população LGBTI. A cartilha trata de assuntos relevantes para o melhor e mais objetivo entendimento acerca do assunto: conceitos básicos; saúde mental e Atendimento a pessoas LGBTI; lgbtfobia: violência e discriminação; direitos e principais conquistas; bem como a exposição de atos normativos federais e estaduais que versam sobre o tema. Ação realizada em parceria como CEAF;

• Organização, em parceria com a Polícia Civil, do evento "Diálogos pele Diversidade", que ocorreu auditório da Delegacia Geral de Polícia Civil, em alusão ao dia internacional contra a homofobia, a transfobia e a bifobia;

• Elaboração de Notas Técnicas sobre a retificação de prenome e gênero de pessoas trans não binária e sobre a ADO número 26 e a "criminalização" da LGBTfobia;

• Realização de reunião com o TJE, para articular a realização de casamento comunitário para apopulação LGBTI+;

• Realização de reunião para discutir ações anti-LGBTIfóbicas;

• Realização de reunião com a Promotora de Justiça de Execução Penal de Marabá, Dra. Danielle Dias, para articular ações de promoção de garantias à pessioas LGBTQIA+ no sistema prisional;

• Participação na IV Conferência de Políticas Públicas e Direitos Humanos da população LGBTI+ e

• Participação na "Ação Cidadã voltada à comuniddae LGBTI" em alusão ao Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. O evento foi organizado pelo MPPA em parceria com outros órgãos do Poder Público e movimenmtos sociais.

4- População em Situação de Rua – É também área de atuação do CAODH a tutela dos direitos da população em situação de rua,grupo considerado hipervulnerável, e que manifesta problemas relativos às mais diversas demandas.

• Em parceria com 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, cujo titular é o Dr. Firmino Araújo de Mattos, foi realizada reunião com técnicos da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA e representantes do Centro Pop, cujos principais encaminhamentos foram: a) realização de uma pesquisa legislativa acerca da validade da certidão de nascimento digital; b) e a realização de reunião com a Defensoria Pública e Polícia Civil objetivando reunir forças para a eliminação de entraves para a emisão de documentos de identificação.

5- Diversidade Cultural e Religiosa: Uma das matérias de atuação específica do CAODH é a tutela da diversidade cultural e religiosa, frente ao crescente número de casos de intolerância religiosa no Brasuil, sobretudo às religiões de matriz africana. Sobre o assunto destacamos as seguintes eventos:

• Participação em audiência pública para elaboração de políticas municipais para povos de terreiro;

• Participação na elaboração da politica estadual dos povos tradicionais de matriz africana, relativa à promoção da iguakldade racial e tolerância religiosa;

• Participação no I enconto Metropolitano de Povos Tradicionais de Matriz Africana do Pará;

6- Pessoas Idosas e com Deficiência – Outro tema sensível à matéria Direitos Humanos é, a pauta relativa às pessoas idosas e pessoas com deficiência. Dentre as ações desenvolvidas nessa temática podemos destacar:

• Reativação do Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das pessoas com Deficiência – NIDE, coordenado pela Promotora de Justiça Tatiana Ferreira Granhen;

• Articulação na inclusão de legendas nas transmissões ao vivo, em eventos do CEAF, a fim de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva;

• Visita ao Instituto José Alvares de Azevedo – UEES, a fim de conhecer as tecnologias existentes para pessoas com deficiência visial;

• Reunião com a coordenação do Núcleo de Acessibilidade e inclusão

Ações desenvolvidas pelo Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiências (NIDE)

1. Articulou a inclusão de legendas nas transmissões ao vivo, em eventos do CEAF, a fim de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva;

2. Visitou o Instituto José Alvares de Azevedo – UEES, a fim de conhecer as tecnologias existentes para pessoas com deficiência visual;

3. Participou de reunião com Coordenação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Estadual do Pará – UEPA;

4. Participou de reunião com representantes da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD), a fim garantir maior aproximação das pessoas com deficiência junto ao MPEPA;

5. Participou do "I Seminário em Alusão ao Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Entre Conquistas e Desafios".

6. Realizou, em conjunto com a Comissão Permanente Multidisciplinar de Acessibilidade do MPE-PA e CEAF, Seminário sobre o "Dia Mundial da Conscientização sobre a Acessibilidade, eliminando barreiras para aproximar pessoas";

7. Participou da posse da Comissão de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo da OAB-PA;

8. Participação ano evento, compondo a mesa de abertura no I Seminário Quebrando as barreiras do capacitismo, programação alusiva ao mês nacional de luta das pessoas com deficiência, realizado no dia 14.09.22, no Teatro Gasômetro, parque da residência;

9.Palestrante no I Fórum Paraense de Debates e Lutas da Pessoa com Deficiência*, no Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA. Palestrante da mesa de encerramento *Direitos das pessoas com deficiência: democracia, dignidade e o direito de ter direitos*, no dia 22 de setembro*;

10.Participação em reunião com a Comissão de Acessibilidade do MPPA para alinhar informações, discutir

ações para o ano de 2023 e planejar evento alusivo ao dia internacional da acessibilidade;

11.Participação do evento "Igualdade é diferente de equidade", no auditório do CEAF MPPA.

Ações desenvolvidas pelo Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher)

- Lançamento da Cartilha de Crimes Contra a Mulher com transmissão pelo site e mídias sociais da ALEPA.

- Atualização da Cartilha do Núcleo de Proteção à Mulher com linguagem acessível sobre a violência doméstica. Foi desenvolvido QR code para acesso às demais cartilhas do Núcleo Mulher sobre a temática.

- Atualização do subsite do Núcleo Mulher no site oficial do MPPA.

- Live sobre o Formulário Nacional de Risco

- Participação do Núcleo Mulher da 2ª Edição do Curso de Formação Política de Mulheres da escola Legislativa de Marabé

- Participação do Núcleo Mulher em Ação Cívico-Social (Aciso), promovida pela Marinha do Brasil, na comunidade Fazendinha, no Furo do Arrozal, em Barcarena.

- Realização de eventos em homenagem aos 15 anos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em Belém, Santarém e Marabá, com o "Seminário 15 Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Conquistas" e Entrega do Prêmio "Mulheres Empoderadas".

- Implantação, no âmbito do MP do **PROJETO GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** #MP+ProteçãoÀsMulheres. O projeto foi realizado em observância à Lei n.º 13.984/2020, que inclui na Lei Maria da Penha, medidas protetivas de urgência de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação de acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

- Em observância à Lei n.º 14.164, de 10 de junho de 2021, que versa sobre a inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, a ser realizada anualmente, no mês de março, formalizamos, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Social (IDESO) e Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), **Projeto para Formação de Profissionais da Educação**, tendo sido ministrado curso, através da plataforma digital do CEFOR, para facilitar o acesso por todos os profissionais da educação do Estado do Pará.

- Participação no I Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas com o tema "Tudo nelas é de se amar", ocorrido no Município de Oriximiná.

- O Núcleo Mulher participou da **Roda de conversa com o Movimento de Mulheres Indígenas de Oriximiná: Visita à Aldeia Mapuera, ETNIA Wai Wai.**

- O Núcleo Mulher participou de programação municipal de enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica do município de **Parauapebas**, onde foi ministrada palestra sobre **"O avanço da legislação na proteção dos direitos das mulheres".**

- Audiência pública sobre políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, na cidade de Juruti. O Núcleo Mulher foi representado pelo Promotor de Justiça de Juruti, Dr. Nadilson Portilho

- Comparecimento do Núcleo Mulher na 2ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), ocasião em que foram aprovados os Enunciados 56 e 57 da COPEVID, que tratam, respectivamente,

sobre a comprovação do crime de violência psicológica e a utilização do modelo do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR). Também foi apresentada a Campanha Nacional **"TOQUE DE AMIGA"**, a qual o MPPA aderiu;

Divulgação,em parceria com a ASCOM, da Campanha "TOQUE DE AMIGA" no âmbito estadual, durante todo o mês de agosto, onde foram lançados vídeos e cards semanalmente, referentes à violência psicológica.

- Realização dos **Ciclos de Diálogos da Lei Maria da Penha**, em atendimento à Recomendação nº 89 do CNMP, de 27 de janeiro de 2022 para fins de aprimoramento e capacitação permanente de Membros, Servidores e integrantes da Rede de Proteção à Mulher. Os Ciclos ocorreram em Belém, Jacundá e Marabá, onde houve a entrega dos Prêmios "Mulher Empoderada" (6ª edição) e "Homem que faz a diferença" (2ª edição).

- O Núcleo Mulher participou do 3º Workshop Amazônico de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com o tema: "Os desafios de garantir direitos na Amazônia",com a palestrou "Os Órfãos do Feminicídio e as consequências da violência doméstica na vida dos filhos".

- Visita às obras da Casa da Mulher Brasileira no município de Ananindeua. As obras estavam em avançado estado e a previsão de conclusão será em maio de 2023.

- O Núcleo Mulher/MPPA participou do lançamento do III Plano Estadual de Políticas para Mulheres do Pará e da Campanha internacional dos 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra mulheres, realizada pela SEJUDH

- Participação da campanha dos 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, organizada pelo município de Santa Izabel do Pará, onde foi ministrada palestra no prédio da Câmara Municipal com a presença da rede de proteção local e da sociedade em geral.

- Ação na Escola Estadual de Ensino Médio D. Pedro I para conscientização e combate à violência contra a mulher, com palestra aos alunos do ensino médio.

- O Núcleo Mulher/MPPA participou da 1ª caminhada pelo fim da violência contra Mulheres e Meninas, organizada pelo Grupo de Mulheres do Brasil (Núcleo Belém) em parceria com a ONU Mulheres. A iniciativa objetivou a sensibilização, esclarecimento e combate a todo e qualquer tipo de violência e violação de direitos vivenciada por mulheres e meninas.

- Participação do Núcleo Mulher/MPPA nos cursos "Masculinidades e a Violência contra Mulheres" e a "Atualização em Políticas Públicas para todas as mulheres, realizados pela SEJUDH e ONU Mulheres.

Ações desenvolvidas pelo Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF)

1. Principais atividades realizadas

Considerando as atribuições descritas no Art. 17. § 3º da Resolução n.º 004/2021-CPJ; o planejamento disposto no Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias – PEAF, para o período de 2021-2025, o Plano Setorial dos Direitos Humanos do MPPA de 2021-2024 coordenado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos; o Planejamento Estratégico Institucional – PEI; e, por fim, o Plano Estratégico Nacional – PEN; o NAF vem desenvolvendo incansavelmente as suas atividades. Diante de tais fatos, menciona-se que no Biênio 2021-2022, o NAF participou de 239 (duzentas e trinta e nove) reuniões, coordenou 18 pesquisas e integrou 29 eventos, ratificando o compromisso do Núcleo com o desenvolvimento das questões agrárias.

Outrossim, em cumprimento às atribuições previstas para o NAF, em especial o Art. 17, § 3ª, da Resolução nº 004/2021- CPJ, durante o Biênio foram cumpridas 100 demandas dentre atendimentos, pesquisas, apoio técnico e treinamentos, devidamente registrados encaminhadas ao Núcleo, pelas Promotorias de Justiça Agrárias, CAO Cível / CAO DH, GT Agrário e membros de outras unidades do MP, instituições públicas e privadas, e sociedade civil. Deste modo, a unidade continuou fornecendo informações, suporte doutrinário e jurisprudencial, opinando e sugestionando em matéria agrária e fundiária. Nesse diapasão, o NAF menciona-se que a equipe do Núcleo Agrário e Fundiário, em prol do aperfeiçoamento do serviço à sociedade, realizou e recebeu 7 treinamentos, conforme a planilha abaixo:

TREINAMENTOS REALIZADOS PELA EQUIPE DO NAF	DATA / PERÍODO
Oficina sobre o Software SIG Fundiário	26 a 28/09/2022
Oficina sobre a Câmara de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários	17, 18 e 19/10/2022
I Oficina da mesa de diálogos CATRAPOVOS-PARÁ: Desvendando o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Lei N.11.497/2009- Belém/Pará	16 e 17/08/2022
Rodas De Conversa: Racismo E Necropolítica - Fechamento De Escolas Do Campo E Experiências Exitosas Da Educação Quilombola	13/06/2022
OKR: Setor Público	15/05/2022
Formação OKR Master	09,10 e 11/08/2022
OKR para Executivos	19/06/2022

2. Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários no Pará (GT Agrário)

O Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários no Pará (GT Agrário) foi criado pela Portaria n° 1.437/2010-MP/PGJ, sob a coordenação do Centro de Apoio Operacional Cível e é composto por Promotores de Justiça Agrários, membros natos do grupo, como também por Promotores de Justiça que atuam alinhados ao entendimento discutido e elaborado dentro deste grupo, tendo por finalidade analisar, discutir e aprofundar os temas referentes à atuação do Ministério Público Estadual sobre educação do campo, alimentação escolar do campo, questões registrais/notariais de imóveis rurais, tratamento de conflitos agrários e fundiários que decorrem da posse e do uso das áreas rurais no Estado. No mais, destaca-se que foram realizadas 7 reuniões do GT Agrário nos anos de 2021 e 2022.

3. Plano Estratégico de Atuação do MPPA em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF)

O Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias – NAF fundamenta parte de sua atuação no PEAF e no Art. 17, § 3ª, da Resolução nº 004/2021- CPJ, que demanda a sua participação no gerenciamento interno dos projetos e atividades realizados em parceria com outras instituições, relativos às questões agrárias e fundiárias. O PEAF tem como previsão de validade o período de 2021-2025, estando atualmente em fase de aprovação pela Administração Superior do MPPA.

ATIVIDADE	ASSUNTO	PROVIDÊNCIAS
ATIVIDADE 1.3	Definição de temas estratégicos, durante as reuniões periódicas do GT Agrário, como norteador das tratativas com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, Comando da Polícia Militar e Polícia Civil.	EXECUTADO
ATIVIDADE 1.4	Elaboração de guia de orientações em questões agrárias e fundiárias e revisão dos guias de Atuação Judicial, Extrajudicial e do Guia de Gerenciamento de Crise.	PARCIALMENTE EXECUTADO
ATIVIDADE 2.2	Atualização e divulgação do Mapa dos conflitos agrários e fundiários do Estado do Pará.	PARCIALMENTE EXECUTADO
ATIVIDADE 3.1	Articulação junto ao CAO Cidadania (Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais), para que seja incentivada a fiscalização das unidades escolares do campo, floresta e água e das escolas tradicionais, indígenas ou quilombolas, conjuntamente entre os PJs Agrários e PJs dos municípios	EXECUTADO
ATIVIDADE 3.4	Elaboração de Relatório com identificação de equipamentos e serviços públicos disponibilizados às populações rurais em cada município, informações a serem coletadas através de ofícios.	EXECUTADO
ATIVIDADE 3.6	Emissão de ofícios e realização de reuniões de articulação com órgãos externos visando a capacitação e o treinamento dos trabalhadores rurais.	EXECUTADO
ATIVIDADE 6.1	Elaboração de proposta de projeto de provimento dos cargos necessários à atividade das CTCAFs, para apreciação da administração superior	EXECUTADO
ATIVIDADE 6.2	Elaboração de projeto de institucionalização e implantação das Câmaras de Tratamento de Conflitos, com abrangência estadual	EXECUTADO
ATIVIDADE 6.3	Elaboração de minuta de Termo de Cooperação Técnica entre MPPA, CEJUSC/TJE e Clínicas de Direitos Humanos e Justiça Restaurativa das Universidades, visando a parceria para a formação e capacitação em metodologias auto compositivas de conflitos, com a possibilidade de participação da sociedade civil e do MPPA.	PARCIALMENTE EXECUTADO
ATIVIDADE 6.5	Emissão de nota técnica à administração superior visando priorizar a autocomposição como política institucional, inclusive com a previsão de instalações apropriadas para aplicação das técnicas auto compositivas nas PJs do interior	PARCIALMENTE EXECUTADO
ATIVIDADE 7.2	Elaboração de relatório de avaliação do Fórum, aprovação pelo GT Agrário e encaminhamento para o PGJ e Colégio de Procuradores de Justiça para conhecimento e providências.	EXECUTADO
ATIVIDADE 8.1	Elaboração de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, visando assegurar a realização anual de cursos de formação e capacitação em caráter permanente	EXECUTADO
ATIVIDADE 10.1	Levantamento das normativas concernentes à proteção institucional em vigência no MPPA, com elaboração de relatório	EXECUTADO
ATIVIDADE 10.2	Elaboração de Nota Técnica com sugestões à Administração Superior de Política de proteção aos PJs Agrários	PARCIALMENTE EXECUTADO
ATIVIDADE 10.3	Solicitação à Administração Superior de proteção institucional com escolta em situações permanentes ou a quando das necessidades externas das PJs Agrárias	EXECUTADO

4 . Guia de Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça Agrárias

No dia 23 de junho de 2021 foi lançado o guia de atuação extrajudicial das Promotorias de Justiça Agrárias. Entregue pelo Centro de Apoio Operacional Cível (CAO Cível) e Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF) à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), visando a orientação dos Promotores de Justiça que atuam na área agrária no Estado do Pará.

Apresentação do Guia de Atuação Extrajudicial em 23.06.2021

A elaboração do Guia de Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça Agrárias, vale ressaltar, foi um projeto oriundo de discussões existentes no âmbito do GT Agrário, e contou com o empenho do Centro de Apoio Operacional Cível e do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias para a sua finalização. Por fim, nota-se que está previsto no Plano Estratégico de Atuação do MPPA em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF biênio 2018-2019), como uma das atividades constantes no item ações estratégicas.

5. Comissão Permanente de Monitoramento Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG)

O MPPA, através da PJ Agrária Ione Missae da Silva Nakamura, ou de um de seus membros, tem acompanhado o trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem – CPMEALQLG, vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sob a presidência da Ouvidoria Agrária .Assim, explicita-se que a Comissão se reúne periodicamente para tratar das deliberações repassadas em encontros anteriores e discutir os assuntos definidos previamente na pauta encaminhada a cada convocação. Por fim, elenca-se que a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem realizou 18 reuniões durante 2021 e 2022.

6. Casamento comunitário realizado pela Ouvidoria Agrária do TJE

Durante o Biênio, o evento foi realizado pela Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em duas oportunidades - no dia 20 de novembro de 2021 e no dia 14 de maio de 202 - na Chácara "Meu Pedacinho do Céu", localizada na Rodovia Augusto Meira Filho. Um total de 44 casais foram contemplados pela realização do casamento na modalidade religioso e civil. Tendo como municípios abrangidos: a região metropolitana de Belém, Mosqueiro, Santa Bárbara, Marituba e Ananindeua. O público alvo do evento foi homens do campo e trabalhadores rurais, sendo celebrado pela juíza Rubilene Silva Rosário, o padre Augusto Cezar Souza e o pastor José Fred dos Passos Lima.

O Núcleo de Questões Agrarias e Fundiárias – NAF, através da atuação da Dra. Ione Nakamura solicitou a participação dos promotores locais e encaminhou as informações da demanda recebida à PGJ e à Sub-JUR para as providências cabíveis.

7. Programa de proteção aos defensores dos direitos humanos do Pará (PPDDH/PA)

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH foi criado no Brasil em 2004, pelo Decreto Legislativo n.º 9.937 (BRASIL, 2019), atendendo diretriz disposta pela Declaração da ONU sobre defensores dos direitos humanos (1998) e pela Resolução n. 53/144 da Assembleia das Nações Unidas (1998).

Foram criados ainda a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PNPDDH (BRASIL, 2007, Decreto n.º 6.044), o Comitê Brasileiro de Defensores dos Direitos Humanos e o Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

A Lei Estadual n.º 8.444 (PARÁ, 2016)1 institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará e cria o Conselho Estadual de Proteção. Diante desses fatos, menciona-se que o NAF, desde a sua criação, vem acompanhando as atividades desenvolvidas pelo Programa no estado do Pará, pela SEJUDH e SOMECDH, contribuindo com suas atividades. Nesse sentido, as salas de reunião dentro das dependências do Ministério Público são utilizadas para o atendimento de defensores, por exemplo. O NAF ainda tem participação em reuniões do Conselho do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, através da Promotora de Justiça Agrária e Coordenadora do NAF, como Conselheira. Por derradeiro, elenca-se que o Núcleo Agrário e Fundiário participou de reuniões do Conselho do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, através da Promotora de Justiça Agrária e Coordenadora do NAF como Conselheira, assim como O NAF, sempre que possível, tem recebido a equipe da SOMECDH e auxiliado nas atividades de atendimento de defensores dos direitos humanos, integrando, nesse sentido, 18 reuniões da supracitada equipe.

8. Resultados da atuação do Núcleo Agrário e Fundiário

Diante da análise transversal dos fatos supracitados, conjuntamente a Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), conclui-se que a atuação do NAF no ano de 2022 foi de suma importância para o desenvolvimento e soluções das questões agrárias, frente realizações como as reuniões do GT Agrário, a elaboração de notas técnicas, o apoio a demandas externas e demais atividades prestadas pelo núcleo e com apoio do mesmo.

Outrossim, enfatiza-se a importância do NAF na demarcação territorial, por intermédio do Projeto de Gestão de Conflitos Territoriais, o qual gerou muitos frutos positivos ao âmago da sociedade. Por derradeiro, conclui-se que a atuação do NAF buscou pelo aperfeiçoamento da equipe integrante do núcleo, disponibilizando a estes treinamentos e capacitações voltadas ao seu desenvolvimento profissional e, por fim, vislumbrando o efetivo atendimento a sociedade, tal como por interposição das atividades listadas no PEAF 2021-2025, tanto as executadas quanto as com expectativa de culminância no ano de 2023, vislumbrou o exercício do princípio da supremacia do interesse público.

19

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional de

DIREITOS SOCIAIS

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS)

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) é um efetivo canal de interatividade entre as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a comunidade, tendo por função última contribuir e facilitar a jornada ministerial em defesa dos interesses da sociedade.

Este órgão foi criado pela Resolução n.º 005/2011-CPJ, com o objetivo de auxiliar a atividade funcional dos Promotores de Justiça do MPPA, promovendo a articulação, a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução. Além disso, diz-se que este centro de apoio busca disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação da instituição na área da cidadania.

Convém ressaltar que, por meio da Resolução n.º 004/2021-CPJ, o antigo CAO Cidadania assumiu nova roupagem, passando a ser chamado Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), cujas matérias de atuação específica passaram a ser saúde, educação urbana e educação do campo e assistência social (artigo 16 da referida Resolução). A Coordenação foi assumida pelo Promotor de Justiça que produz este Relatório, enquanto que Mariela Correa Hage e Ioná Silva de Sousa Nunes se imbuíram da função de Promotoras de Justiça Auxiliares do centro em questão. Ademais, o CAODS conta, em sua equipe, com os trabalhos desenvolvidos pelo Assessor Especializado de Apoio Técnico Operacional Judicial e Extrajudicial Thadeu Menezes de Abreu, pela Auxiliar de Administração Cristina Xavier de Castro e pelo estagiário de nível superior, do curso Direito, Josuel Valente Gonçalves.

Assim, no biênio 2021-2023, é inegável que o CAODS desenvolveu, dentro de suas atribuições, plurais ações, visando prestar informações técnico-jurídicas, manter a interlocução com diversas instituições e propiciar vias de comunicação efetivas aos que atuam enquanto órgãos de execução, tudo isso com a finalidade fulcral de fomentar a materialização de políticas públicas voltadas à educação, assistência social e saúde.

No biênio 2021-2023,o CAODS coordenou as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho em Defesa da Saúde - GT Saúde (Portaria n.º 1.249/2017-MP/PGJ) e em Defesa da Educação - GT Educação (Portaria n.º 5.256/2017-MP/PGJ). Foram realizadas cinco reuniões virtuais, referentes ao GT Educação, e sete do GT Saúde. Nas ocasiões, foram tratadas as temáticas mais atuais referentes à educação e à saúde, com a presença dos Promotores de Justiça componentes dos grupos e, ainda, de convidados palestrantes/debatedores.

O CAODS, no período acima destacado, indicou os nomes dos Promotores de Justiça que passaram a compor, enquanto titular e suplente, as seguintes frentes de debate e discussão, cujas matérias estão atreladas às atividades desenvolvidas pelo centro: Comissão de Trabalho da Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei EAP/SESP (Mariela Corre Hage, titular, e Laércio Guilhermino de Abreu, suplente), Fórum Perinatal (Ioná Silva de Sousa Nunes, titular, e Tatiana Ferreira Granhen, suplente), Conselho Estadual sobre Drogas (CONED) (Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, titular, e Maria Cláudia Vitorino Gadelha, suplente), Câmara Técnica Estadual de Transplante de Rim (CTETR) (Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, titular, e João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Jr., suplente), Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos (ngela Maria Balieiro Queiroz, titular, e Nadilson Portilho Jr., suplente), Câmara Técnica da Mulher (ngela Maria Balieiro Queiroz, titular, e Vyllya Costa Barra Sereni, suplente) e a Comissão Permanente de Educação (COPEDUC) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) (Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos, titular, e Ioná Silva de Sousa Nunes, suplente).

Ainda no período referenciado, foram analisados e revisados, no total, 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) documentos técnicos elaborados por profissionais do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar (GATI), a exemplo de Notas Técnicas e Participações em Eventos, que tratavam de demandas suscitadas por Promotores de Justiça relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social. Tal atividade buscou garantir elementos científicos mais sólidos que pudessem legitimar a atuação dos órgãos de execução.

É importante asseverar que, no biênio 2021-2023, o CAODS orientou, juridicamente, Promotores de Justiça do MPPA, assessorando-os e auxiliando-os em sua atuação, totalizando 242 (duzentos e quarenta e duas) demandas suscitadas e respondidas. Para tanto, foi fornecido material de apoio, a exemplo de modelos de documentos e de peças judicias e extrajudiciais, legislações, manuais, cartilhas, infográficos e, ainda, sugestões na forma de textos dissertativos-argumentativos.

O CADOS apresentou manifestação favorável à prorrogação do Termo de Cooperação Técnica n.º 040/2017, cujo objeto consiste na instituição e manutenção do Comitê Interinstitucional de Resolução Administrativa de Demandas de Saúde (CIRADS), e do Termo de Cooperação Técnica SN-MPT/2020, diante da necessidade de dar andamento às atividades relacionadas à articulação, interação e conjugação de esforços e o compartilhamento de informações coletadas para combater e prevenir a pandemia da COVID-19.

Avançando, frisa-se que este órgão auxiliar encaminhou, após solicitado pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, peças judiciais e extrajudiciais, confeccionadas pelos mais diversos membros desta instituição, referentes à atuação do MPPA na pandemia da COVID-19, em atenção à Ação n.º 03 do Plano de Ação aprovado no 1º Encontro Presencial da COPEDS GNDH, realizado em 20 de abril de 2022.

Foi elaborado, pelo CAODS e pelo CAO Infância e Juventude (CAOIJ), o documento intitulado *Perguntas e Respostas*, tratando da vacinação de crianças de 05 a 11 anos contra a COVID-19. Para tanto, foi fornecido material de apoio, a exemplo de modelos de documentos e de peças judicias e extrajudiciais, legislações, manuais, cartilhas, infográficos e, ainda, sugestões na forma de textos dissertativos-argumentativos.

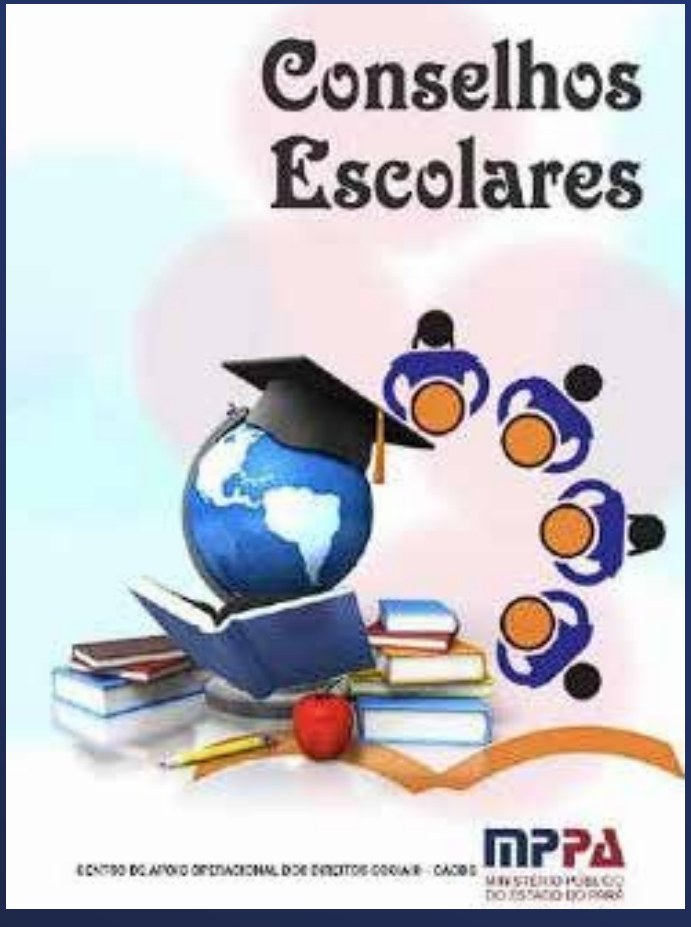
Quanto aos despachos exarados em autos extrajudiciais, todos protocolizados no SIP, pontua-se que foram totalizados 76 (setenta e seis), e, no que tange aos documentos encaminhados via GEDOC, foram arquivados e enviados para outros CAOs, por conta das matérias tratadas, no biênio 2021-2023, 1.969 (mil, novecentos e sessenta e nove), dentre Inquéritos Civis, Procedimentos Administrativos/Preparatórios, Ações Civis Públicas e Recomendações.

Ademais, foram realizados 24 (vinte e quatro) pedidos à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA) e à Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA) de disponibilização de login e de senha para o cadastro de Promotores de Justiça do MPPA, respectivamente, no Sistema Estadual de Regulação (SER) e no SISREG. Além disso, foram fornecidas 44 (quarenta e quatro) informações resultantes de consultas, solicitadas por membros, nos referidos sistemas.

Esclarece-se que todos esses dados foram retirados do SIMP (Relatórios – Produtividade).

O CAODS, com o objetivo de atualizar os atos normativos regulamentadores da fiscalização, por parte dos membros do MPPA, das entidades que prestam serviços nas áreas da educação e da saúde, ofereceu, para análise da Corregedoria-Geral, propostas de Provimentos, contendo, em seus anexos, Roteiros de Fiscalização, os quais apresentaram-se na sua forma resumida. As versões esmiuçadas estão disponíveis neste CAO.

A Cartilha *Conselhos Escolares*, que apresenta, didaticamente, todas as principais informações acerca dos Conselhos Escolares, como forma de orientar os leitores e elucidar eventuais dúvidas surgidas por profissionais que atuam na área da educação, foi elaborada e divulgada pelo CAODS. A feitura do documento foi resultado de um trabalho realizado pela equipe do CAODS e, também, das profissionais da educação do GATI Danielly Laurentino Damásio e Diana Braga. O objetivo fulcral da cartilha é o de auxiliar e assessorar a atuação dos Promotores de Justiça e, ainda, de todos aqueles que venham a se deparar com demandas da educação.



O Seminário Educação com Democracia foi idealizado como parte integrante das ações a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto Conhecendo os Conselhos Escolares, da lavra do CAODS, que visa fomentar, no MPPA, a aproximação da sociedade dos espaços de gestão democrática, capacitando-os para o exercício do controle social. O evento foi resultado de uma parceria com o CAOIJ, responsável pelo Programa Institucional Estágio Cidadão.

Registra-se que o órgão auxiliar dos direitos sociais elaborou e enviou a todos os Promotores de Justiça do MPPA modelo de Recomendação, tratando da cobrança de infraestrutura e condições adequadas à execução plena das atribuições dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e dos Conselhos de Alimentação Escolar, os quais materializam a participação da sociedade no controle social, sendo indispensáveis à concretização do direito fundamental à educação.

Foi enviado, ainda, aos Promotores de Justiça do MPPA, em observância à Meta 06 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), modelo de Recomendação que trata da implementação da educação integral para crianças e adolescentes nos municípios paraenses, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento dos estudantes e para o enfrentamento dos desafios da atualidade, e, em observância à Meta 03 do referido plano, foi expedido modelo de Recomendação que trata da adoção de medidas tendentes a combater a evasão escolar, problema social crescente e complexo que compromete diretamente o desenvolvimento da educação no país.

Ainda nessa esteira, frisa-se que foi enviado aos membros do MPPA modelo de Recomendação que trata da adoção de medidas tendentes a garantir o funcionamento adequado, nos municípios brasileiros, da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída, formalmente, pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 3.088/2011, cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS.

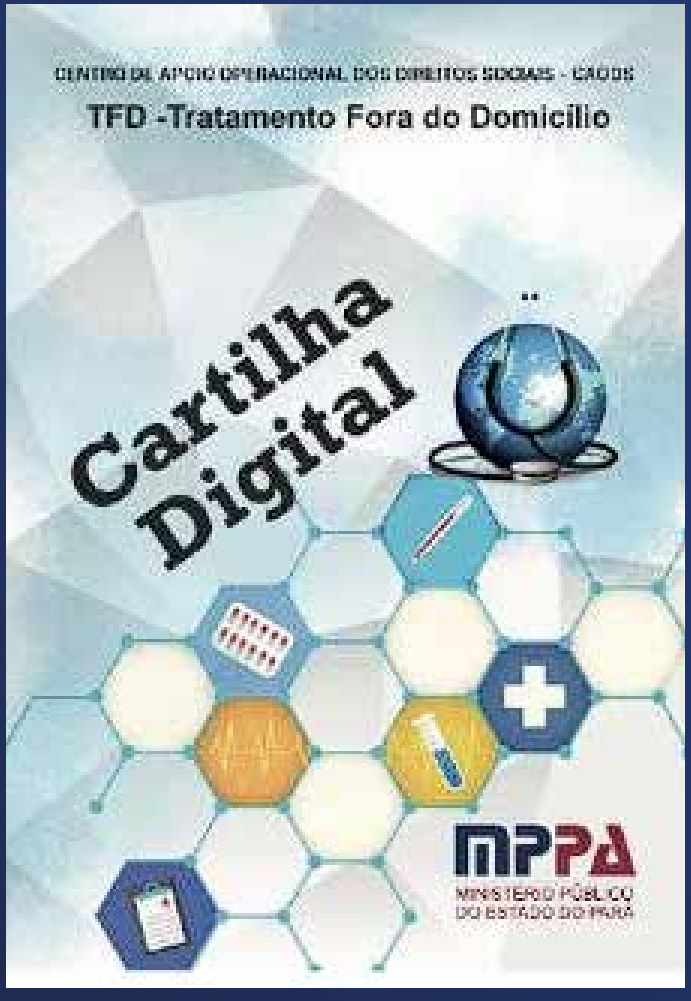
Seguindo, foi revisado e reorganizado, por este órgão, o documento intitulado Orientações sobre Atendimento de Saúde, confeccionado pelas Promotoras de Justiça Suely Regina Ferreira Aguiar Catete, Fábia de Melo-Fournier e Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, tendo sido entendido que as mencionadas orientações estariam amoldadas, perfeitamente, à seção Atendimento Cível do título Procedimentos e Encaminhamentos da Cartilha do Plantão, razão pela qual foi sugerida a criação, no Manual do Plantão, de uma subseção intitulada Atendimento Específico de Saúde, contendo todos os regulamentos e entendimentos apresentados. Objetivou-se nortear e facilitar a atuação do Promo-

tor de Justiça plantonista.

Ainda no biênio 2021-2023, foi produzido e encaminhado aos membros do MPPA o *Manual de Fiscalização do Direito à Educação Destinado ao Membro do Ministério Público Estadual*, como forma de subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça, no que diz respeito à vigilância do direito fundamental à educação. Sabe-se que o Ministério Público deve ser o órgão articulador para garantir o direito à educação de qualidade, por ser uma instituição autônoma, independente e defensora da ordem jurídica e dos interesses sociais, difusos e coletivos, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

Menciona-se a produção e envio, por este órgão de apoio, da *Cartilha Digital TFD: Tratamento Fora do Domicílio em 12 Tópicos*, que apresenta, didaticamente, todas as principais informações acerca do TFD, legislação e modelos de peças processuais, como forma de orientar os leitores e elucidar eventuais dúvidas surgidas por profissionais que atuam na área da saúde. A feitura do documento foi fruto de um trabalho realizado pela equipe do CAODS e da profissional da saúde do GATI Ana Maria Helfer.

Foram lançados, ainda, uma cartilha e um folder sobre *Educação Inclusiva, Manual Prático sobre o Fundeb, Manual Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Controle Externo do Ministério Público Estadual, Orientações sobre Gestão Democrática nas Escolas, Intersetorialidade no retorno escolar e CAPS – Centros de Atenção Psicossocial.*



A Cartilha *Educação Inclusiva* e o Folder *Fique por Dentro. Educação Inclusiva* foram lançados com o intuito de subsidiar a atuação do Promotor de Justiça na área da educação, mais especificamente no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

Objetiva-se, com os documentos, auxiliar a materialização dos axiomas de promoção da igualdade de oportunidades e da valorização das diferenças humanas em todos os aspectos, seja

pelas diversidades étnicas, culturais, sociais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero. Ademais, busca-se promover uma transformação na cultura do ensino, por meio de adaptações promovidas por políticas públicas, pela gestão escolar, pelo envolvimento de comunidade externa e interna, por revisões de estratégias pedagógicas e pelo treinamento e capacitação de professores e demais profissionais da área da educação.

Os documentos intitulados *Sistema único da Assistência Social (SUAS) e o Controle Externo do Ministério Público Estadual e Orientações sobre Gestão Democrática nas Escolas* foram, também, elaborados e enviados pela equipe deste órgão auxiliar.

Por fim, diz-se que o documento intitulado *CAPS – Centros de Atenção Psicossocial* objetiva, primordialmente, subsidiar a atuação do Promotor de Justiça que opera na área da saúde. Ressalta-se que o documento aborda, sucintamente, o modelo antimanicomial, adotado pela Lei n.º 10.216/2011, as modalidades de serviços dos CAPS e, ainda, a fiscalização exercida pelo Ministério Púbico.

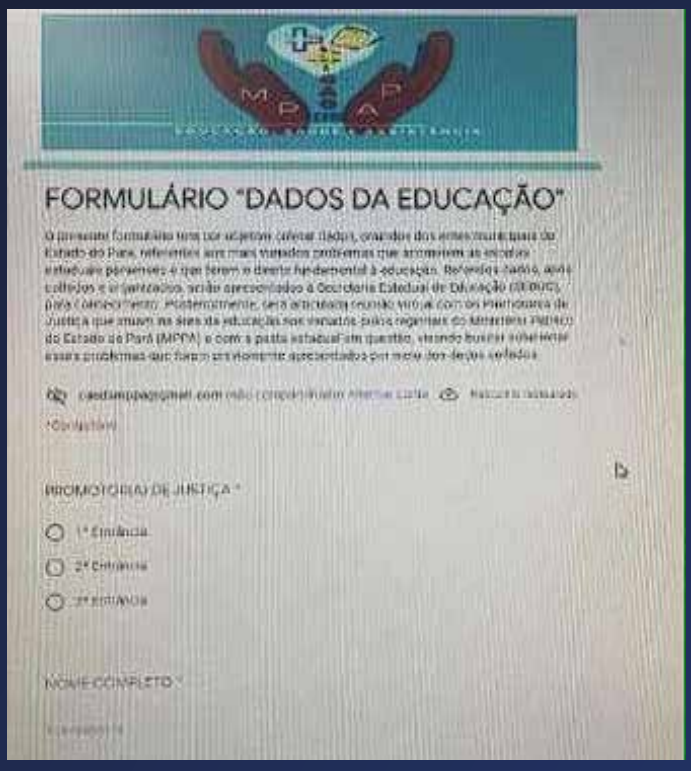
Importante mencionar, ainda, que foi elaborado infográfico intitulado Fluxo da Rede de Saúde do SUS, destinado aos membros, servidores e estagiários do MPPA e, ainda, à comunidade em geral. O documento apresentou, didaticamente, o fluxo da rede de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), tratando da Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade e, além disso, das curiosidades mais proeminentes acerca da matéria, como forma de orientar os leitores e elucidar eventuais dúvidas surgidas por profissionais que atuam na área da saúde.

O CAODS participou, no biênio 2021-2023, de 184 (cento e oitenta e quatro) reuniões1, presenciais e virtuais, objetivando auxiliar os Promotores de Justiça no que diz respeito à sua atuação nas demandas envolvendo educação, saúde e assistência social, além de ter realizado diversas reuniões com Promotores de Justiça, de cada região administrativa do Estado do Pará, que atuam na área da educação, objetivando saber quais as ânsias, dificuldades e dúvidas relacionadas à temática do retorno às aulas presenciais, que está sendo tão discutida no âmbito deste órgão. Intencionou-se, fulcralmente, com essas reuniões, coletar o máximo de informações possíveis, tendentes a nortear e direcionar a forma de atuação do referido centro operacional em prol dos órgãos de execução.

De igual modo, realizaram-se reuniões com a presença das Promotoras de Justiça do MPPA Fábia Mussi e Ioná Nunes, com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará (ANOREG), Receita Federal, o Ministério Público Federal (MPF) e a SEDUC, para tratar da regularização e criação dos Conselhos Escolares.

A iniciativa *MP Mais Inclusão na Educação do Projeto MP+* foi apresentada na Usina da Paz Nova União, em Marituba, pelo CAODS. Na ocasião, foram feitas as apresentações aos diretores das escolas estaduais, e, em seguida, foi abordada a CF/88 e a legislação específica que trata da educação inclusiva.

Ainda no biênio, o CAODS, relaizou, visitas institucionais, como à SESPA, mais especificamente à Coordenação da Central de Regulação, que regula as entradas nos Hospitais de Urgência do Estado, além de visita à casa da ONU em Belém, para conhecer a nova chefe nacional de educação do UNICEF, Mônica Rodrigues, e à Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), para conhecer o espaço.



Também foram realizadas reuniões com o MPF e com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Pará (COSEMS), para tratar da queda da cobertura vacinal de doenças como poliomielite, sarampo e outras, no Estado do Pará, e ainda, reuniões, nas Promotorias de Justiça que atuam na defesa da saúde de Marituba, Benevides e Ananindeua, para discutir a problemática.

Relembra-se que este órgão está participando de reuniões com a Subprocuradoria-Geral de Justiça, Área Técnico-Administrativa, para discutir aspectos relacionados à Comissão de Saúde do MPPA, criada com o objetivo de tratar da saúde mental do servidor.

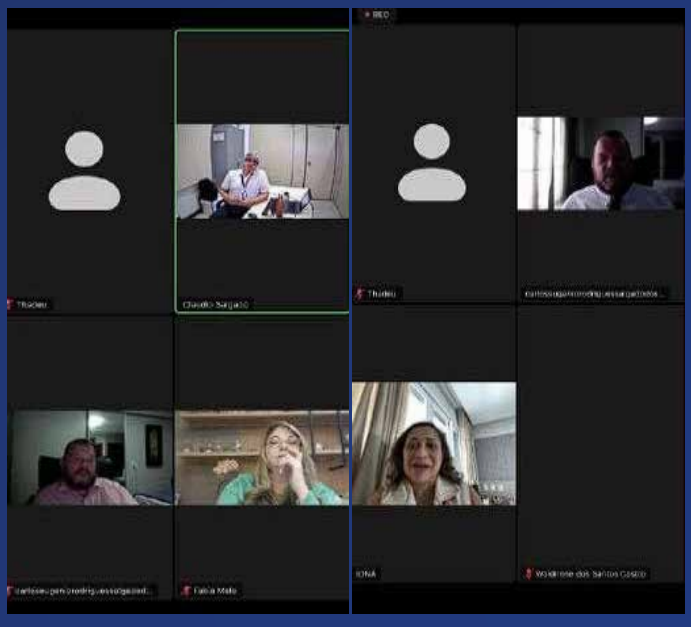
Merecem destaque, sobremaneira, as reuniões realizadas com a Promotora de Justiça Fábia Nilci Santana de Souza do Ministério Público do Amapá (MPAP), com a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), com a Regulação do Estado do Pará, com Promotores de Justiça que atuam nos municípios de Chaves, Afuá e Almeirim e, ainda, com a Secretaria Estadual de Saúde e com a regulação do Estado do Amapá, destinadas a tratar da recorrente situação de encaminhamento, via fluvial, sem qualquer amparo assistencial de equipe de saúde, e realizado, muitas vezes, por médico de determinada unidade de saúde, de pacientes oriundos das ilhas do Estado do Pará que se situam às proximidades do município de Macapá, quais sejam Afuá, Breves, Chaves, Almeirim e Portel, às unidades hospitalares do referido ente municipal, sem qualquer contato, aviso prévio ou Pacto Formal entre os dois Estados.

De igual importância, frisa-se que estão sendo promovidas reuniões com Promotores de Justiça do MPPA, a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas, Cleide Maria, e o Secretário Adjunto de Logística, Alexandre Buchacra, para discutir a situação de professores da rede estadual de ensino que estão sendo distratados, após o término de seus contratos temporários, oriundos de PSS, diante de vedação eleitoral.

Pondera-se que o CAODS é componente do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Arquipélago do Marajó (GAEPE Arquipélago do Marajó), em parceria com o Instituto Articule. O gabinete permanente faz a articulação interinstitucional entre órgãos e instituições públicas com atuação em âmbito nacional, estadual e municipal, e organizações da sociedade civil, possibilitando a criação de uma agenda comum, de modo a facilitar a atuação colaborativa e coordenada na produção de notas técnicas, recomendações, elaboração de estudos e na sugestão de ações estratégicas para o enfrentamento dos problemas e busca de soluções para a melhoria da educação nos 17 municípios do Marajó

As reuniões do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) fizeram parte do cotidiano laboral do CAODS, ocasiões em que foram discutidos, com a Comissão Permanente de Educação (COPEDUC), os mais variados assuntos relacionados à educação.

Foi realizado, ainda, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), o Webinário A Pandemia COVID-19 em Belém: Passado, Situação atual e Perspectivas Futuras, na modalidade online, que foi transmitido pelo canal do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) no YouTube.



Recentemente, o CAODS e o CAOIJ, em mais uma parceira, realizaram o Seminário Primeira Infância: Avanços e Desafios para Garantia do Direito à Saúde, que objetivou capacitar membros e servidores do MPPA e outros profissionais.

Por fim, faz-se, aqui, menção às reuniões promovidas pelo CAODS em parceria com o integrantes do Sistema de Garantias de Direitos Infantojuvenis acerca da Lei n.º 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), do Plano Municipal da Primeira Infância, do calendário vacinal e da amamentação, com o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC), coordenado pela Promotora de Justiça Lílian Braga, para discutir, com a SEDUC e movimentos sociais, mecanismos e estratégias para a implementação das Leis números 10639/2003 e 11645/2008, que tratam da educação da população afrodescendente e indígena, respectivamente.

IIII. CONCLUSÃO

Por tudo que foi acima relatado, nota-se que este CAODS pautou suas atividades com base no Princípio Social da Humanização e, ainda, nos axiomas da Urbanidade, Publicidade, Celeridade e da Eficiência.

Foram empreendidos todos os esforços necessários, tendentes a fomentar a execução das políticas públicas de saúde, assistência social e educação, com o fim maior de alcançar os objetivos pretendidos pela sociedade.

Logo, diante desse quadro, a assessoria oferecida aos Promotores de Justiça foi indispensável para que se pudesse abraçar todas as práticas exitosas obtidas.

20

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional da

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Fortalecimento de ações

O Ministério Público do Estado desenvolve uma série de ações para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Essas tarefas são realizadas por meio de seus órgãos de execução (Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça) através de ações extrajudiciais e Judiciais, apoiados pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ).

São matérias de atuação específica do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude: Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente previstos nas Constituições Federais e Estaduais, nas Normas Internacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente. O CAOIJ atua também na implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, em crimes praticados contra estes e demais matérias referentes a essa área.

Ações relacionadas ao enfrentamento a violência sexual

Em 2021 e 2022, o CAOIJ realizou uma série de atividades referentes ao "Maio Laranja", de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

2021:
Lançamento do Roteiro de Atuação para Fiscalização do Cumprimento da Lei nº 13.431/2017

Foi lançada a campanha "Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, uma Responsabilidade de todos. Não se Cale – Denuncie!", no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Na ocasião, foi disponibilizado um roteiro com sugestão de atuação de medidas extrajudiciais e judiciais, contendo modelos de peças e coletânea de leis, portarias e guias completos, visando fornecer informações técnico-jurídicas, aos promotores de justiça, para facilitar sua atuação na fiscalização da implementação da Lei n.º 13.431/2017.

Webinário "O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará: realidades e desafios"

O evento foi realizado em parceria com as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital e CEAF, nos dias 18 e 19/5/2021, e transmitido ao vivo, por meio do canal do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), através da plataforma do Youtube https://youtube.com/user/ministeriopublicopa, e buscou apresentar um Panorama da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Pará, bem como, discutir os desafios da implementação da Lei n.º 13.431/2017, conhecida como lei da escuta protegida, em todo o estado, sob a ótica interdisciplinar entre os operadores do Sistema de Justiça e a Rede de Atendimento, visando delinear os papéis dos envolvidos e estreitar diálogo para o planejamento de ações futuras.

Durante as apresentações, foram contabilizados aproximadamente 300 participantes. Apenas no primeiro dia de evento, foram registradas mais de 1,5 mil visualizações ao youtube institucional.

Roda de conversa sobre violência sexual e adolescência

Encerrando as atividades do CAOIJ referentes ao "Maio Laranja", foi realizada uma "Roda de Conversa", com adolescentes, para debater o tema da violência sexual infantojuvenil, com os detentores do direito, para que expusessem ao Ministério Público, sua visão desta realidade, angústias e anseios. Além das atividades coordenadas pelo CAOIJ, as promotorias de justiça aderiam intensamente, no último biênio, a campanha alusiva "Maio Laranja". Confira abaixo algumas dessas ações:

As informações levantadas durante o "MAIO LARANJA" foram levadas a todos os promotores de justiça e a diversas instituições responsáveios pela elaboração das políticas públicas visando garantir os direitos infanto-juvenis previstos no texto legal.

O relatório foi entregue pela coordenadora do CAOIJ, Mônica Freire e pela promotora Viviane Couto, representando as Promotorias de Justiça da capital, aos seguintes órgãos e instituições: Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA); Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA); Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Empre-

go e Renda (Seaster); Fundação ParáPa; Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves, Celso da Silva Mascarenhas.

A entrega do documento buscou mobilizar o desenvolvimento de estratégias preventivas ao enfrentamento bem como a criação de fluxo de atendimento as vítimas.

Em atendimento ao compromisso firmado durante a realização da "Roda de Conversa", a coordenadora do CAOIJ, Mônica Freire e a promotora da Infância Viviane Veras Couto, entregaram à deputada Ana Cunha, presidente da Comissão Permanente em Defesa da Primeira Infância, Criança e Adolescente da ALEPA, o Relatório das ações realizadas durante o Maio Laranja, além do referido relatório, foi entregue a comissão, modelos de lei para instituir no Estado do Pará, a semana da cultura da Paz.

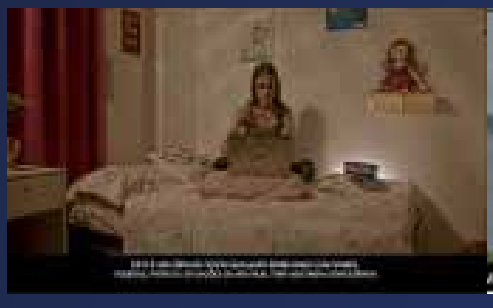
2022:
Campanha "Dignidade sexual de crianças e adolescentes, uma responsabilidade de todos. Não se cale – denuncie!"

Como abertura da campanha em 2022 e início das ações alusivas ao Maio Laranja, no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 5 de maio de 2022, a Coordenadora do CAOIJ, Mônica Freire, disponibilizou roteiro com indicadores sociais e pequenos apontamentos sobre a matéria, visando subsidiar ações dos promotores de justiça em seus municípios de atuação no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como, disponibilizou passo a passo, do Projeto "Navegue não naufrague nos crimes sexuais. No lançamento da "agenda Maio Laranja 2022", foram apresentados 03 (três) vídeos institucionais sobre a problemática, visando conscientizar a população da importância da proteção das crianças e adolescentes, retratando a violência sexual praticada no meio digital, o estupro de vulnerável, que é o delito com maior incidência em todos os municípios, e também a exploração sexual de crianças ribeirinhas.

Estiveram presentes no lançamento, os representantes da Rede Viva Brasil Protege - Juntos pela infância, César Pereira Júnior (presidente), e Andréa Pereira (diretora), que foram os propositores da Lei Estadual nº 8.618/2018, que instituiu o "Maio Laranja" no Pará.

Seminário "Turismo Responsável: segurança e inclusão de jovens e crianças"

O Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará, através do Ministério Público Estado do Pará, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e da Secretaria de Turismo, realizou o Seminário "Turismo Responsável: Segurança e Inclusão de Jovens e Crianças", no Auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do MPPA. O evento teve formato híbrido e foi direcionado aos secretários municipais de turismo, setor hoteleiro, restaurantes e bares situados em locais turísticos, com o objetivo de discutir a problemática com os setores responsáveis pelo segmento turístico do estado, para que juntos pudessem pontuar os impactos e através disso, desenvolver estratégias e políticas públicas visando enfrentamento a exploração sexual infantojuvenil.



Videos - MAIO LARANJA 2022

"Roda de Conversa: Infâncias de povos tradicionais: desafios para o depoimento especial no Pará"

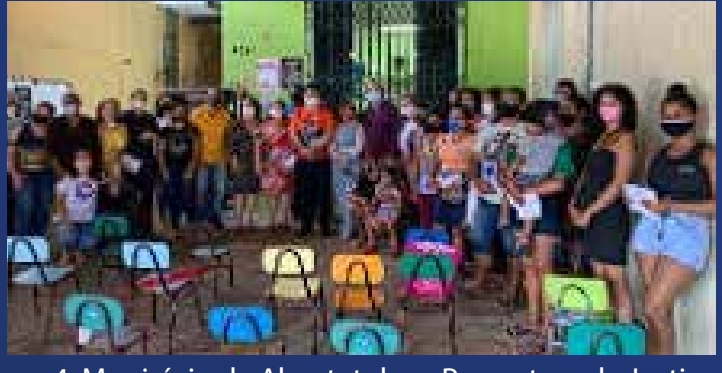
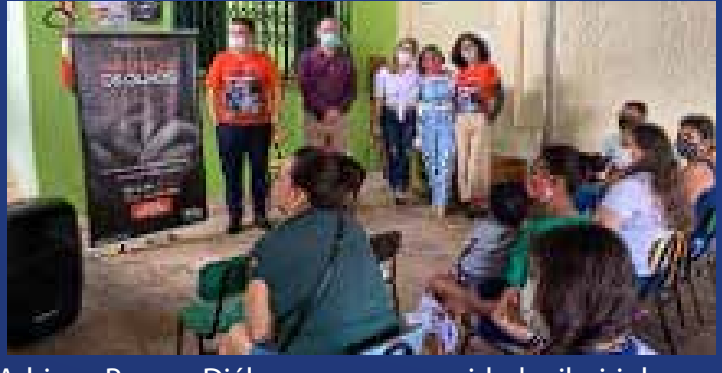
O Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará, através da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público Estado do Pará, realizou a "Roda de Conversa: Infâncias de Povos Tradicionais: desafios para o depoimento especial no Pará", em continuidade as ações alusivas ao "Maio Laranja". O evento teve como pauta, a discussão do "Manual Prático de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca garantir às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência oriundas de povos e comunidades tradicionais, escuta protegida que respeite sua língua, comportamento, valores e cultura.

A agenda referente ao "Maio Laranja 2022" contou com a adesão e o envolvimento de Promotorias de Justiça de diversos municípios, sendo que algumas delas compartilharam com CAOIJ os seguintes registros:

1. Município de Ulianópolis – Promotora Cynthia Graziela da Silva Cordeiro. Diálogo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Acácio Mendes.

2. Município de Bragança – Promotor de Justiça João Macedo. Diálogos com a rede.

3. Município de Belém – Promotor de Justiça Nadilson Portilho. Diálogo em Escola Pública.

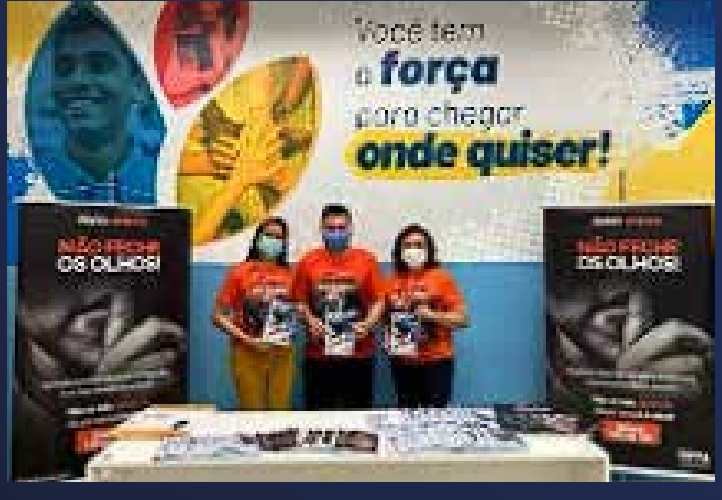
4. Município de Abaetetuba – Promotora de Justiça Adriana Passos. Diálogo com comunidade ribeirinha.

5. Distrito de Icoaraci – Promotor de Justiça José Edvaldo Sales. Diálogo com a rede na Unidade de Educação Infantil COHAB III

6. 18/05/2022 – Município de Capanema – Promotora de Justiça Amanda Lobato - Campanha contra o abuso e exploração de crianças e adolescentes.

7. Município de Breves – Promotora de Justiça Patrícia Medrado. Diálogo com a Rede em Escola Pública em alusão ao dia 18 de maio.

8. Município de Belém – Promotores de Justiça Nadilson Portilho e Eduardo Falesi. Ação "Não Feche os Olhos" no Shopping Castanheira.



9. Município de São Miguel do Guamá – Promotora de Justiça Sabrina Daibes.

10. Município de Parauapebas – Promotora de Justiça Vanessa Galvão. Caminhada em alusão ao dia 18 de maio.

11. Município de Marituba – Promotor de Justiça Laércio Guilhermino de Abreu. Evento com a rede local em alusão à intensificação das ações de enfretamento à violência sexual.

Lançamento do PEEVSCA/PA

A Procuradoria-Geral de Justiça e a coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude participaram da solenidade de lançamento do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará.

O evento foi realizado pelo Governo do Estado e contou com a presença de diversas autoridades, bem como de representantes de sociedade civil.

MPPA sedia 1ª ação de divulgação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

O Comitê responsável Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Pará (PEEVSCA/PA), organizou ações para ampliar o conhecimento da sociedade acerca dos compromissos assumidos pelas instituições. Como primeira ação de divulgação do documento, o Ministério Público do Estado do Pará foi escolhido para sediar, no mês de setembro, a cerimônia de apresentação pública dos eixos, objetivos e ações do Plano Estadual, no auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital.

GT Infância e Juventude debate execução do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em Reunião Ordinária do GT da Infância e Juventude do MPPA, a coordenação do CAOIJ e os promotores de Justiça com atuação na área deram início às tratativas para execução das obrigações assumidas pelo MPPA no Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

O Ministério Público assumiu diversas obrigações no referido plano, que foram devidamente destacadas e expostas ao GT para serem trabalhadas em seus municípios de atuação, matéria esta que compõe o Eixo 03 – Violência Sexual Infantojuvenil, do Plano de Ações Integradas do MPPA.

A reunião traçou as diretrizes de atuação e colocou a equipe do CAOIJ à disposição de todos os integrantes do GT no que se refere a atuação na área da infância e juventude.

Veja no quadro abaixo as obrigações assumidas pelo MPPA como executor. O CAOIJ já vem atuando junto à Administração Superior e aos órgãos auxiliares e de execução quanto às providências para cumprimento do Plano Estadual.

Ação n.º 1: "Aprimoramento dos sistemas de informação do Poder Judiciário e do Ministério Público sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes, com vistas à elaboração de relatório anual contendo a indicação quantitativa de processos em trâmite e sentenças proferidas em processos com este tema."
Ação n.º 2: "Fortalecer a estrutura de atendimento às crianças e aos adolescentes nas varas, promotorias e defensorias, com jurisdição em municípios onde haja execução de grandes projetos conforme Resolução do CONANDA nº 215/2018) 2018), especialmente no tocante à instalação e ou ampliação dos recursos humanos."
Ação n.º 3: "Realizar audiências públicas para discutir questões referentes ao enfrentamento da violência sexual, sobretudo em regiões com altos índices, bem como de atrativo turístico e de realização de grandes projetos econômicos."
Ação n.º 4: "Acionar empresas/instituições gerenciadoras da implantação e ou d execução de grandes projetos econômicos (conforme resolução 215/2018 CONANDA) no território paraense, para a construção das diretrizes da responsabilidade social empresarial/institucional para garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes e de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) incluindo a doação para o FEDCA e FMDCA"
Ação n.º 5: "Exigir o cumprimento da notificação compulsória por parte das instituições responsáveis pela educação, saúde e assistência social com base nos artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente."

Além das obrigações assumidas pelo Ministério Público como executor, ainda estão previstas oito ações em que o MPPA deverá atuar como parceiro, colaborando com capacitações, campanhas, discussões técnico-jurídica e demais meios em que for acionado.

Nos dias 30 e 31 de agosto, o Ministério Público do Estado, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e Promotorias da Infância da Capital, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), realizou o Webinário "Ministério Público e a Escola: Fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes". O evento buscou intensificar as ações interdisciplinares, em prol das crianças e adolescentes.

Realização de webinários e seminários:

2021:
Webinário: o atendimento socioeducativo e a ressocialização através da aprendizagem

Outro evento de destaque promovido neste primeiro ano de gestão pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, foi o Webinário "O atendimento socioeducativo e a ressocialização através da aprendizagem", realizado em dois dias no mês de agosto de 2021. O objetivo foi debater a necessidade de uma efetiva implementação do Atendimento Socioeducativo em meio Aberto, visto que a educação deve ser utilizada como ferramenta de inclusão social para adolescentes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade, transformando e ressignificando a vida de muitos jovens através da aprendizagem.

O webinário teve grande repercussão entre os integrantes da rede de proteção, que demonstraram interesse nas temáticas abordadas participando bastante pelo chat do evento, com mais de 2.100 visualizações no youtube no primeiro dia e, 1.200 no segundo, com total de 647 inscritos.

2022:
Seminário Educação com Democracia

O Ministério Público do Estado (MPPA) realizou no dia 1º de abril, o "Seminário Educação com Democracia", com o objetivo de fomentar a discussão sobre a importância do Conselho Escolar e da participação cidadã no processo de gestão democrática. Durante o evento foram abordados temas referentes ao funcionamento dos conselhos escolares e os desafios a serem superados bem como a atuação cidadã dos jovens nos espaços de democracia participativa, no formato de duas mesas redondas.

O Seminário foi promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Sociais (CAODS) e Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Na oportunidade, foi realizado o relançamento do Programa Estágio Cidadão do MPPA, atualizado em sua 9ª Edição. Desde a sua concepção, o Programa Estágio Cidadão visa despertar, no âmbito educacional, a importância do protagonismo juvenil, e incentivar maior engajamento dos alunos nas questões relacionadas ao direito à educação, a partir de uma reflexão social e das políticas públicas correlacionadas, com relação, inclusive, aos Conselhos Escolares.

Seminário Primeira Infância: avanços e desafios para garantia do direito à saúde

Visando a capacitação de membros, servidores e dos profissionais de diversas áreas que atuam no Sistema de Garantias de Direitos Infantojuvenis, o Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais da Educação, Saúde e da Assistência Social (CAODS), realizou o seminário "Primeira infância: Avanços e desafios para garantia do direito à saúde".

Dentre os objetivos principais do seminário, estão a capacitação dos membros e servidores do MPPA, bem como de outros integrantes do Sistema de Garantias de direitos infantojuvenis, relativa à Lei n.º 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), plano municipal da Primeira Infância, calendário vacinal e amamentação; e o incremento da atuação do MPPA no fortalecimento da rede articulada de proteção e garantia de direitos da população infantojuvenil.

Lançamento de Roteiros:

2021:

Lançamento do Roteiro de Atuação para Fiscalização do Atendimento Socioeducativo Municipal em Meio Aberto – Lei SINASE

Foi lançado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude , o Roteiro de Atuação para Fiscalização do Atendimento Socioeducativo Municipal em Meio Aberto - Lei Sinase, visando atender à Recomendação nº 026/2014 do CNMP, a Recomendação Conjunta nº 002/2017 – MP/PGJ/CGMP e a Resolução nº 204 do CNMP.

O roteiro visa subsidiar a atuação de membros do Ministério Público do Pará na implementação, acompanhamento e fiscalização do atendimento socioeducativo em meio aberto, considerando a persistência de desafios na efetivação das diretrizes preconizadas na Lei do Sinase, nos municípios do Estado.

2022:

Lançamento do Roteiro com Sugestão de Atuação para Fiscalização do Cumprimento dos Compromissos Assumidos pelos Municípios em relação ao selo UNICEF

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), lançou, no dia 11 de fevereiro de 2022, o Roteiro para Atuação em Pontos Convergentes aos Objetivos do Selo Unicef Edição 2021-2024. O roteiro busca subsidiar a atuação dos promotores de justiça, no acompanhamento da política pública no que concerne aos pontos convergentes, dentre aqueles assumidos no compromisso pelo gestor municipal. A edição 2021-2024, contou com forte adesão, totalizando 123 municípios, após ampla colaboração dos promotores quanto à mobilização dos prefeitos para assinatura do compromisso, que busca melhorar os indicadores infantojuvenis, nas áreas da Saúde, como o aprimoramento do pré-natal, prevenção à transmissão vertical da AIDS e nutrição. Na educação, para diminuição da evasão escolar e distorção idade/série, elaboração do plano da primeira infância, ausência de registro, prevenção da violência, dentre outros.

Rodas de conversa:

2021:

Roda de Conversa – Atendimento Socioeducativo e Aprendizagem

Em outubro, o Ministério Público realizou roda de conversa visando debater Socioeducação e Aprendizagem com adolescentes e jovens. A finalidade foi obter a visão da realidade, angústias e anseios desse segmento da juventude.

2022:

Roda de Conversa "O Ministério Público e a Escola: Fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes"

A Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá, através da Promotora de Justiça Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, realizaram no dia 6 de outubro a Roda de Conversa "O Ministério Público e a Escola: Fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes", no Espaço de eventos Cacau Show, em São Miguel do Guamá, contou com mais de 1000 (mil) participantes. A iniciativa buscou realizar um panorama da Rede de Atendimento local, bem como, fomentar o fortalecimento e a criação de um fluxo interinstitucional de atendimento, visando direcionar as principais ações a serem realizadas quando da criação e elaboração da política pública infantojuvenil daquele município.

Mobilização para fiscalização do sistema socioeducativo em meio aberto

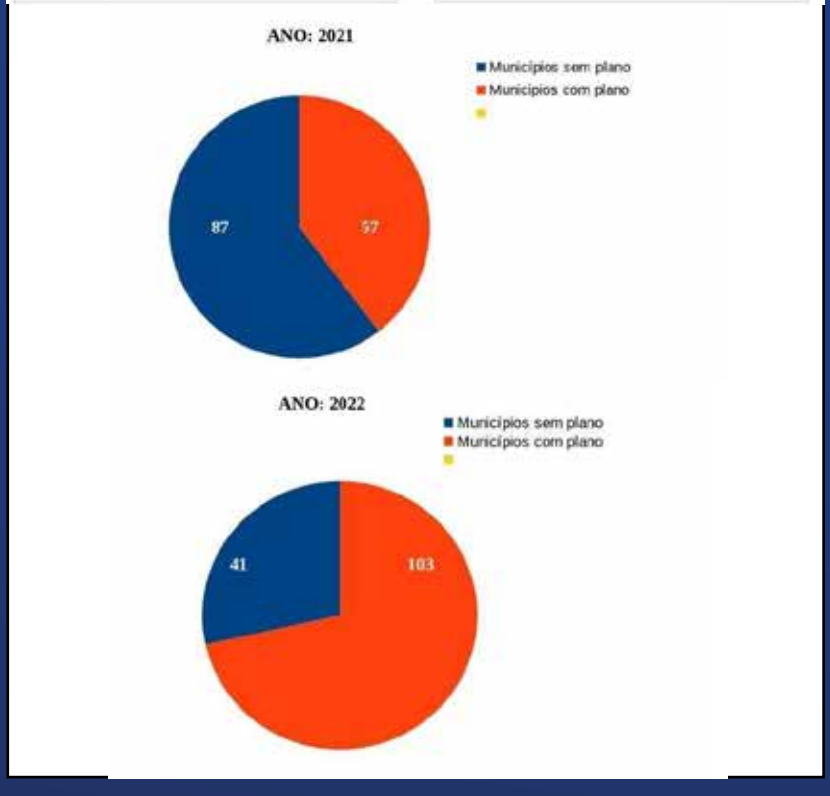
O Ministério Público do Estado do Pará, através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), realizou no dia 18 de agosto de 2022, Reunião Ampliada, em parceria com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) , Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), com 49 municípios do Estado e promotores com atuação nesses municípios.

O encontro buscou debater o fortalecimento ao Sistema Socioeducativo em Meio Aberto, como os gestores cujo município ainda não elaborou o Plano Municipal de Atendimento. A implementação da política socioeducativa é prioridade constitucional e consta do Radar Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como no Provimento n.º 11/2015-MP/PGJ/CGMP, razão pela qual se faz necessário que os promotores de justiça fiscalizem a efetividade das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Como resultado das ações desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará visando a implementação, acompanhamento e fiscalização do atendimento socioeducativo em meio aberto, apresenta-se:

Do total de 144 municípios, 89 possuem Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, sendo que, em 21 municípios, está em andamento a elaboração dos mencionados planos e, 34 municípios não possuem o documento legislativo referencial.

Veja o Quadro Situacional do Plano de Atendimento Socioeducativo dos Municípios do Estado do Pará.



2022:

A continuidade das ações durante o ano de 2022 ,através da articulação do CAOIJ com a sociedade cível e os órgãos públicos, e a efetiva atuação dos promotores de justiça, permitiu um maior avanço de municípios que elaboraram o plano socioeducativo. Atualmente, 103 municípios cumpriram com a obrigação legal.

Semana da Criança:
2021:
7ª edição da Semana da Criança e do Adolescente do MPPA

No período de 18 a 20 de outubro de 2021 o CAOIJ, as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de Belém e o CEAF, realizaram a 7ª edição da Semana da Criança e do Adolescente, com a finalidade de discutir os reflexos da pandemia na população infantojuvenil.

A semana teve como tema "Os reflexos da pandemia na população infantojuvenil", que foi escolhido pela sociedade civil por meio das redes do Ministério Público. O evento contou na abertura com uma mensagem do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. Em seguida foi exibido um vídeo com a retrospectiva das edições anteriores do evento e a história da Semana da Criança do MPPA.

Houve também apresentação de um vídeo do projeto Cine Clube Terra Firme (Cine Clube TF), que é um circuito que agrega seis grupos de trabalho que atuam com várias expressões de arte, retirando jovens do contexto de vulnerabilidade social e transformando o perfil de sua comunidade com intervenções urbanas.

Semana da Criança, versão 2022

1º dia: evento da Usina da Paz da Cabanagem

O Ministério Público do Estado do Pará, no dia 19 de outubro, realizou a abertura da VIII Semana da Criança e do Adolescente com o tema "Desafios à Proteção Integral", na Usina da Paz da Cabanagem. O evento teve a presença do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. Trata-se de iniciativa das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Belém, com apoio do CAOIJ. O objetivo foi discutir com os integrantes da Rede de Atendimento da criança e do adolescente os entraves da atualidade na implementação da proteção integral, do direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer e proteção frente as desigualdades e injustiças sociais.

Foram ofertados serviços à população, tanto pelo Ministério Público, por meio das Promotorias de Registros Público e de Família e de Interditos, com orientação jurídica sobre ações de alimentos, guarda, divórcio e reconhecimento de paternidade, por meio dos promotores Alexandre Couto, Ivelise Pinto, Maria de Belém Santos, José Maria Lima Jr e Nazaré Abade e também foram realizadas ações de cidadania, como emissão de carteira de identidade, realizada pela Polícia Civil e atendimentos de prevenção à saúde e vacinação oferecidos pela SESPA, bem com a distribuição de material informativo referente ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pelo Parapaz.

2º dia: seminários e roda de conversa

No auditório Nathanael Farias Leitão, na sede do MPPA, deu-se continuidade à programação da VIII Semana da Criança. O evento contou com a participação de membros e servidores do MPPA, agentes que atuam na rede de proteção infantojuvenil, e comunidade em geral. Durante o evento, houve palestras sobre a temática.

3º dia: Seminário – "Desafios à proteção integral"

Último dia do evento, contou com uma conferência magna que abordou o tema: "Desafios à Proteção Integral na Atualidade". Na sequência, houve palestras que abordaram o "Orçamento Criança e Adolescente: conhecer e acompanhar"; "o fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto: desafios e possibilidades"; "As inovações da Lei nº 14.344/22 – Lei Henry Borel" e "A Universidade e o Ministério Público na garantia dos Direitos das crianças e adolescentes".

O evento homenageou aqueles que tiveram destacado trabalho na defesa das crianças e dos adolescentes. A programação foi encerrada com uma apresentação do Coro Cênico da Escola de Teatro e Dança da UFPA, sob direção da Prof.ª Mª. Lúcia Uchoa.

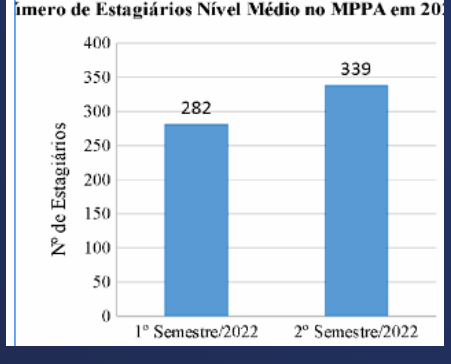
Ações desenvolvidas nos projetos institucionais em 2021 e 2022

- Estágio Cidadão: formação inicial do programa

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) realizou, nos dias 23 e 24 de junho, a Formação Inicial do Programa Estágio Cidadão. O programa tem o objetivo de contratar adolescentes e jovens, oriundos de escolas públicas, para atuarem como estagiários no Ministério Público do Estado do Pará. Esses jovens recebem capacitação acerca do funcionamento do conselho escolar e são instados a acompanhar os problemas da escola levando-os a discussão para busca de soluções a partir do colegiado.

Dados do projeto Estágio Cidadão no Ministério Público do Pará no ano de 2022

Conforme demonstrado no gráfico acima, em 2022, o MPPA passou de 282 estagiários contratados para 339.



Educação entre pares:

2021:

Cerimônia de acolhimento dos jovens do programa "Educação entre Pares"

O Ministério Público do Estado promoveu em setembro o Ato de Acolhida dos Estagiários de Nível Médio do Programa "Educação entre Pares", que visa fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência a partir do

marco dos Direitos Humanos e de uma Educação que protege, dentro das escolas públicas paraenses. O programa foi criado a partir do Termo de Cooperação nº 003/2021, assinado em abril de 2021 pelo Ministério Público do Estado, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc) que consiste na realização de atividades de formação e educação em direitos humanos.

2022:
Realização da segunda etapa do projeto "Educação entre Pares"

O segundo módulo de capacitação do Projeto "Educação entre Pares", para a formação de jovens estagiários de nível médio aconteceu, entre os dias 14 e 18 de março de 2022, na sede do Ministério Público do Estado (MPPA). O projeto é uma parceria entre o MPPA, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), firmada por meio do Termo de Cooperação n.º 003/2021.

Durante a programação, foram abordados temas, como: a Violência e Segurança: Como construir e executar a cultura de paz, pelo técnico da SEAC; Violência Violência no Brasil e no Pará, pelo técnico Luciano de Oliveira da Seduc; Conhecendo o Ministério Público, através do olhar das promotoras de Justiça, Mônica Freire e Ana Cláudia Pinho; Prevenção combinada e tratamento HIV/AID e tratamento IST's, Sífilis e Hepatites Virais, pelo técnico Edgar Barra da Sesma. A programação encerrou sexta, com o debate sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e a Caderneta do(a) Adolescente, proferido pela técnica da Sespa, Vera Lúcia Canto Bertagnoli.

Capacitação do projeto "Educação entre Pares"

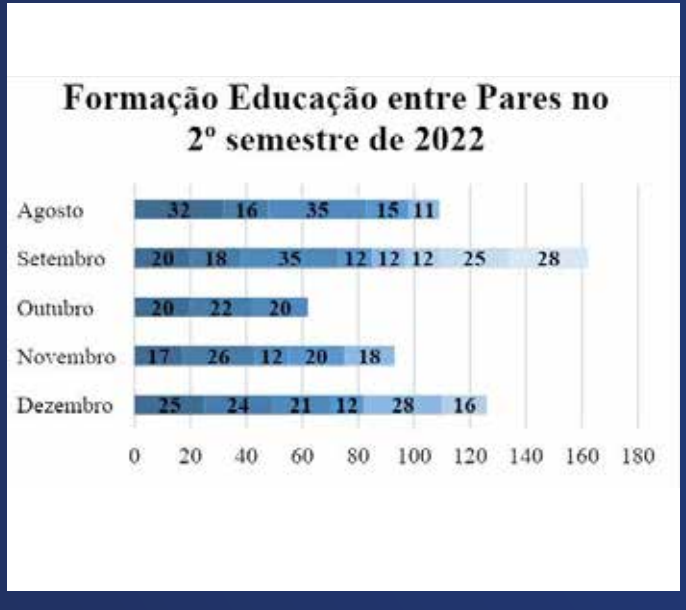
Foi realizado entre os dias 11 e 28 de abril, o terceiro e último módulo de capacitação do Projeto "Educação entre Pares". Nas oficinas foram trabalhados temas como: Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual: Compreender para Respeitar (11/04/2022); Atitude Responsável com o Meio Ambiente, Finanças e Tecnologia (12/04/2022); Prevenção e Resposta à Violência Sexual (13/04/2022); Educação: Controle Social (25/04/2022); Violência Contra A Mulher: Prevenção e Resposta (26/04/2022); Prevenção do Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas (27/04/2022); e Alimentação Saudável e Autocuidado (28/04/2022), do qual participaram os 10 estagi-

ários do projeto, que a partir de então, tornaram-se aptos a difundir, em suas escolas, os ensinamento recebido entre seus pares.

Em 27 de junho, foi realizado o encerramento da etapa de capacitação dos estagiários oriundos do Termo de Cooperação 003/2021, celebrado entre Ministério Público do Pará (MPPA), SEDUC e UNICEF, envolvendo 10 estagiários de ensino médio, estudantes de escolas públicas localizadas em seis Territórios Pela Paz: Jurunas, Terra Firme, Guamá, Benguí, Cabanagem e Marituba.

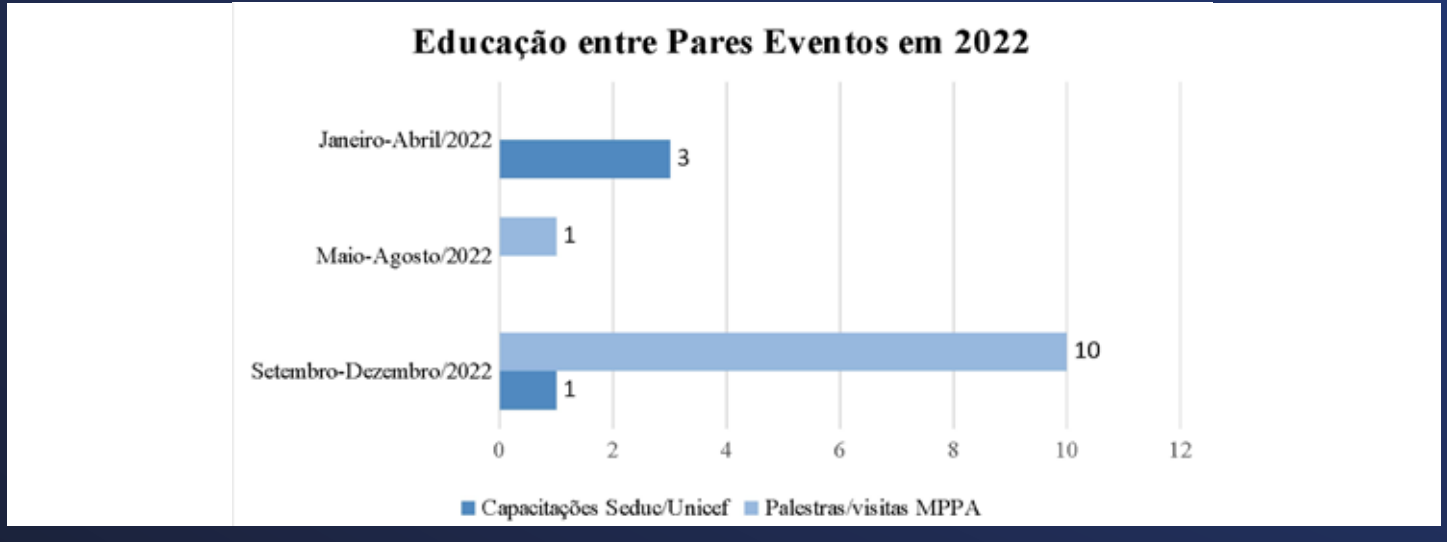
Quadro1. Quantidade de números de pares capacitados por palestras promovidas pelos estagiários do programa durante o 2º semestre/2022:

- Agosto: foram realizadas 5 capacitações entre pares, totalizando 111 participantes.
- Setembro: foram realizadas 8 formações entre pares, totalizando 165 participantes.
- Outubro: foram realizadas 3 formações entre pares, totalizando 62 participantes.
- Novembro: foram realizadas 5 formações entre pares, totalizando 93 participantes.
- Dezembro: foram realizadas 6 formações entre pares, totalizando 116 participantes.



Quadro 2.

Eventos promovidos para os estagiários no ano de 2022: 03 (três) entre janeiro e abril, 01 (uma) entre maio e agosto e 11 (onze) entre setembro a dezembro.



Navegue, Não Naufrague nos crimes sexuais - 2021:

- Ação Cívico-Social promovida pela Marinha do Brasil: o CAOIJ participou de ação realizada pela Marinha do Brasil, em parceria com, a Praticagem da Barra do Pará, Sociedade Amigos da Marinha Pará, Secretarias de Saúde de Barcarena e do Estado do Pará, Tribunal Regional Eleitoral e Defensoria Pública, no dia 31/08/2021, uma Ação Cívico-Social (Aciso) na comunidade da Fazendinha, no Furo do Arrozal, em Barcarena, que atendeu aproximadamente 300 famílias locais, oferecendo serviços gratuitos, em promoção da cidadania.

Evento Cineclube TF:

O Ministério Público realizou uma roda de diálogo com a comunidade bem como informou suas atribuições principalmente no que tange a proteção dos direitos da criança e do adolescente. A Promotora de Justiça, Mônica Freire, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e juventude (CAOIJ) palestrou sobre a atuação do Ministério Público na área da Infância e Juventude, princípio constitucional da prioridade absoluta, cooperação, melhor interesse da criança bem como apresentou as atribuições das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital na área protetiva, infracional, execução de medidas socioeducativas e crimes contra crianças.

Na oportunidade, foram realizadas ações do projeto Navegue não Naufrague nos crimes sexuais. Além do diálogo com os adolescentes, foi apresentado o Teatro de Fantoches fruto da parceria entre o Ministério Público e a faculdade Faci. O teatro, de forma lúdica relata o caso de uma criança abusada que encontrou na escola seu porto seguro para revelar os fatos e ser encaminhada a rede de proteção.

Ação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Elliott da comunidade do Cacau, ilha do Murucutum

"Unidade educacional Liceu Escola Artes e Ofícios mestre Raimundo Cardoso – enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes"

A 3ª Promotoria Criminal de Icoaraci de Crimes Contra Criança, representada pelo promotor Mário Chermont, e o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), por meio da coordenadora Mônica Freire, abordaram a temática da campanha que tem por objetivo o enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O promotor Mário Chermont ministrou a palestra "O papel do MP na responsabilização dos autores de crimes contra crianças e adolescentes". A coordenadora do CAOIJ também palestrou para os pais e professores sobre "A proteção de crianças e adolescentes no âmbito familiar e o enfrentamento as diversas formas de violência". Por fim, a psicóloga do MPPA Katia Jordy apresentou o tema "O abuso sexual e seus desdobramentos no desenvolvimento infantojuvenil: como abordar e o que fazer" e foram distribuídas cartilhas institucionais, do projeto Navegue não Naufrague nos crimes sexuais, onde estão descritos conceitos de condutas tipificadas como crimes contra dignidade sexual, responsabilidade dos pais, obrigatoriedade de notificação dos casos de violência pelos profissionais da escola, fluxo de atendimento e apresentação dos órgãos de proteção e suas atribuições

08/06/2022 – Sarau "Que nem Maré"

O CAOIJ participou do Sarau de encerramento do projeto "Que Nem Maré", no teatro da Usina da Paz (UsiPaz) do Icuí-Guajará, em Ananindeua.

Evento cultural e apresentação do projeto "Navegue e não Naufrague nos crimes sexuais" na Usina da Paz da Cabanagem

O Ministério Público do Estado do Pará participou, mais uma vez, do Sarau cultural do projeto "Que Nem Maré vai às UsiPaz", no teatro da Usina da Paz (UsiPaz). Dessa vez, a ação aconteceu na UsiPaz Cabanagem, sendo uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), que busca incentivar a literatura, a arte e a poesia das crianças e adolescentes que residem nos bairros do programa Territórios Pela Paz (TerPaz).

AcamPerifa – Cineclube TF

O Ministério Público do Estado do Pará, representado pela coordenadora do CAOIJ, promotora de Justiça Mônica Freire e, pela promotora de Justiça da infância e juventude, Viviane Veras, participou do AcamPerifa, na região do Acará no dia 28 de julho de 2022, o evento é iniciativa do Cineclube TF,que desenvolve um trabalho extremamente exitoso com esses jovens, que juntos, aprendem como superar as adversidades do dia a dia, bem como a serem nas suas comunidades (Terra Firme, Guamá e Canudos), multiplicadores de temáticas relaciona-

das a direitos humanos e contou com participação de quarenta jovens, da Terra Firme, que buscam desconstruir o estigma criado em torno da periferia, através da criação de um espaço de acolhimento, onde a juventude possa se expressar com liberdade e consolidar laços de solidariedade entre os integrantes.

O MPPA abordou temas relacionados à cultura de paz e ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, aproximando a instituição dos jovens, estimulando o protagonismo juvenil e o desenvolvimento da cidadania entre eles.

Roda de Diálogo – Projeto Navegue e Não Naufrague

No auditório da Promotoria da Infância e juventude foi realizado no dia 15 de setembro de 2022, a primeira Roda de diálogos referente ao Projeto "Navegue e não Naufrague" nos crimes sexuais, inserido no programa MP+, na ocasião, a coordenadora do CAOIJ dialogou com os profissionais que atuam nas bibliotecas das Usinas, visando estabelecer estratégias para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente.

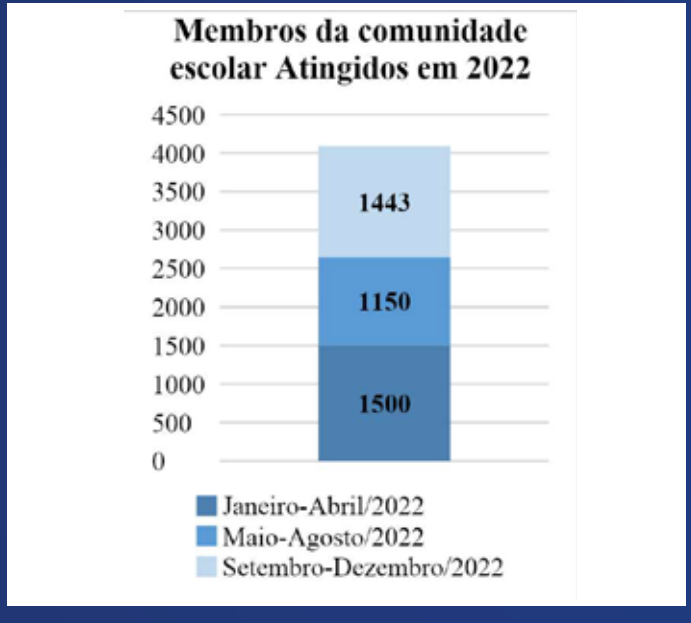
Capacitação coordenadores – Usinas da Paz

O Ministério Público do Pará, através do Centro de Apoio da Infância e Juventude, realizou capacitação para os coordenadores das Usinas da Paz, no dia 30 de setembro de 2022, a fim de discutir a criação de um fluxo de atendimento a ser adotado pelos espaços, em situações de revelações de violências perpetradas contra crianças e adolescentes.

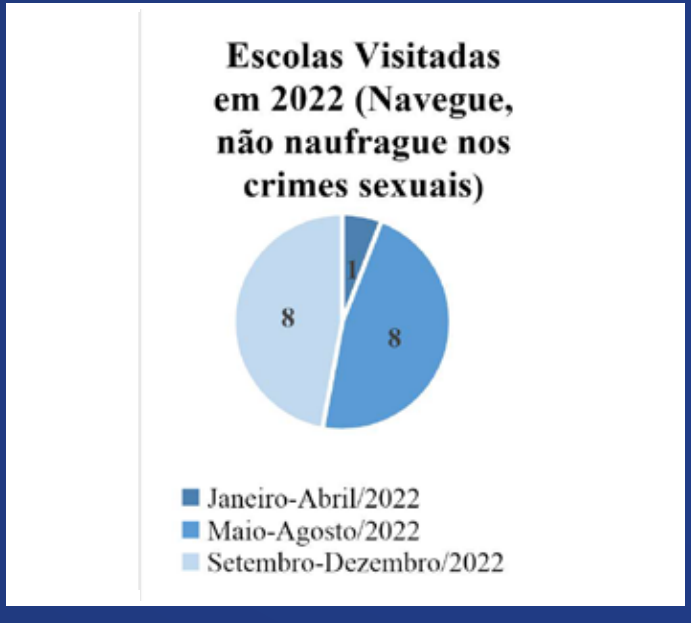
Capacitação sobre formas e métodos de abordagem da problemática sobre violência sexual – Cáritas

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, representado pela coordenadora, promotora de Justiça Mônica Rei Moreira Freire participou, no dia 15 de dezembro, da discussão sobre Formas e Métodos de Abordagem da Problemática da violência sexual, organizado pela Cáritas, na sede da CNBB, em Belém. Na ocasião realizou uma palestra apresentando o Projeto do Navegue não Naufrague nos crimes sexuais e participou de Roda de Conversa reforçando a importância do fortalecimento do enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente.

Dados do projeto Navegue e Não Naufrague

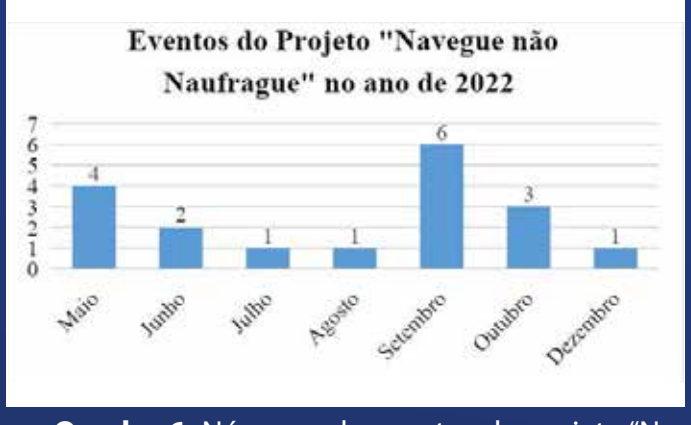


Quadro 4. Membros da comunidade atingidos pela atuação do programa Navegue, não naufrague nos crimes sexuais no ano de 2022.



Quadro 5. Número de escolas visitadas pelo projeto "Navegue, não naufrague nos crimes sexuais" no ano de 2022 Total: 17

Quadro 6. Público dos eventos do projeto "Navegue, não naufrague nos crimes sexuais" no ano de 2022 Total: 5.508



Quadro 6. Números de eventos do projeto "Navegue, não naufrague nos crimes sexuais" no ano de 2022 Total: 18

Premiações Navegue Não Naufrague:

2021:

Comenda de Direitos Humanos Paulo Frota

Em novembro ocorreu a solenidade de abertura do evento "Seminário Estadual Centenário Paulo Freire", promovido pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). O evento foi realizado nos dias 17 e 18 de novembro, no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas.

A celebração foi uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Alepa com representantes da sociedade civil e instituições governamentais para homenagear o educador, pedagogo e filósofo, Paulo Freire, criador da Pedagogia "do Oprimido", condecorado com 29 títulos de "Doutor Honoris Causa" dado por universidades do mundo inteiro, além de vários outros prêmios.

Na ocasião, foi realizada de forma extraordinária, a solenidade de entrega da "Comenda de Direitos Humanos Paulo Frota", uma honraria criada pelo Poder Legislativo Estadual, para homenagear personalidades físicas e/ou jurídicas que se destacam na promoção e defesa dos direitos humanos no Estado do Pará.

O CAOIJ, através da Coordenadora Mônica Freire, recebeu honraria pelo projeto "Navegue Não Naufrague", que visa assegurar direitos humanos de crianças e adolescentes, envolvendo a comunidade escolar em ampla discussão acerca da violência sexual, objetivando prevenir essa forma de violação de direitos, apresentar a rede de proteção e combater a subnotificação.

2022:

IX Congresso Nacional do Proinfância

Nos dias 28, 29 e 30 de abril, o Ministério Público do Pará (MPPA) participou do IX Congresso Nacional do Proinfância, na sede do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB/MPRJ). Após dois anos de pandemia, o Congresso voltou a ser realizado e contou com a presença de 130 membros de diversos MPs estaduais, sendo um importante espaço de aprendizado e troca de experiências sobre temáticas afetas à infância e juventude.

Na oportunidade, o Projeto Institucional "Navegue não Naufrague nos crimes Sexuais", foi apresentado como uma "boa prática" recebendo a menção "Prêmio Ivanise Jann de Jesus".

Projeto Navegue e Não Naufrague considerado prática inovadora pela coalizão brasileira pelo fim da violência contra crianças e adolescentes

O Projeto "Navegue Não Naufrague nos Crimes Sexuais", desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), foi reconhecido como "prática inovadora" pelo grupo Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, durante a Jornada de Práticas Inovadoras em Prevenção às Violências contra Crianças e Adolescentes Parte IV, realizada entre os dias 23 e 25 de agosto de 2022.

Eventos em parceria com a rede:
- 2021:
Diálogos com a rede: fortalecendo o sistema de garantia de Direitos do município de Cametá

Nos dias 25 e 26 de novembro a Promotoria de Justiça de Cametá, através do Promotor de Justiça Isaac Sacramento, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o evento denominado "Diálogos com a rede: fortalecendo o sistema de garantia de direitos do município de Cametá".

A iniciativa buscou possibilitar o fortalecimento da Rede de Atendimento local, por meio da capacitação de seus agentes e do fomento ao diálogo entre as instituições e a sociedade.

- 2022:
Campanha para armazenamento de leite materno

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais da Educação, Saúde e da Assistência Social (CAODS), fez visita no dia 28 de setembro de 2022 ao Banco de Leite da Santa Casa de Misericórdia do Pará, para conhecer o espaço e entregar as doações de potes, que foram arrecadadas com a campanha para armazenamento de leite materno. As ações tiveram por objetivo a conscientização da importância do aleitamento materno para o desenvolvimento saudável das crianças, bem como, incentivar a doação do leite para banco, que disponibiliza o alimento para bebês em tratamento na unidade Neonatal, dentre outros que também necessitem desse importante alimento. A campanha institucional desenvolvida pelo MPPA buscou, além de garantir e promover os direitos infantojuvenis, levar informação à sociedade a respeito dos benefícios do aleitamento materno e da importância da doação de leite.

Ação solidária 2021 e 2022:

- 2021:

- Ação solidária na Terra Firme:

O Ministério Público do Estado promoveu a entrega de cestas básicas à famílias do bairro da Terra Firme. Ao todo, 320 cestas básicas foram arrecadadas a partir de doações feitas pelas unidades internas do Ministério Público, atendendo à solicitação do CAOIJ e Promotoria da Infância e Juventude de Belém.

- 2022:

Ação solidária no Tapanã

Em 2022, o Ministério Público do Estado realizou, no dia 29 de outubro, a entrega das cestas básicas arrecadadas para famílias de comunidades do bairro do Tapanã. A atividade foi organizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) e a AMPEP, e contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., e dos promotores de Justiça Mônica Freire, Viviane Veras, Alexandre Tourinho, Nadilson Portilho, Rosilene Lourinho.

No total, 363 cestas básicas foram arrecadadas a partir de doações feitas pelas unidades internas do Ministério Público, atendendo à solicitação do CAOIJ e das Promotorias da Infância e Juventude de Belém.

Tratativas para criação de fluxo interinstitucional Referente a lei n.º 13.431/2017

2021:

Em 2021, o CAOIJ realizou uma série de reuniões visando a construção de um fluxo escrito interinstitucional com todos os participes do Termo de Cooperação Técnica n.º 014/2019, que tem por objeto, o efetivo cumprimento da Lei n.°13.431/2017 – Escuta Protegida de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Estado do Pará, celebrado entre o MPPA, TJPA, DPE, SEGUP/PA, Polícia Civil do Estado do Pará, Seaster, Sespa, Fundação ParaPaz, Fsepa e CPC "Renato Chaves.

2022:

Elaboração de fluxo de atendimento interinstitucional para atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para capital

O Ministério Público do Pará, por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, realizou no dia 9 de setembro uma reunião com os representantes do Termo de Cooperação n.º 014/2019, celebrado entre o MPPA, TJPA, DPE, SEGUP/PA, Polícia Civil do Estado do Pará, SEASTER, SESPA, Fundação PARAPAZ, FASEPA e CPC "Renato Chaves", bem como com instituições convidadas, entre elas CEDCA e OAB. Esta iniciativa visa garantir a efetiva implementação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência trazidos pela Lei. n.º 13.431/2017, através da implementação do referido documento, por meio do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de que seja inserido como política pública do Estado do Pará.

Produção de textos jurídicos em temas relevantes para infância e juventude no ano de 2022

Para intensificar a comunicação com a sociedade, considerando a dinâmica da comunicação atual por meios digitais, como o uso de aplicativos de mensagens, o CAOIJ produziu textos jurídicos temáticos, para incentivar os debates em temas relevantes, através de uma linguagem simples, difundindo a informação, para além dos promotores de justiça, alcançando a Rede de Proteção e, sensibilizando a população para o compromisso constitucional previsto no art. 227, segundo qual é dever de todos, sociedade, Estado e família, a responsabilidade de garantir os direitos infantojuvenis.

Os textos jurídicos estão disponíveis na página do CAOIJ, no site www.mppa.mp.br

Mais Ações do CAOIJ: cards temáticos discutem temas relevantes na área da infância e juventude

Dia Nacional do Teste do Pezinho

Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil

Dia Nacional do Conselheiro Tutelar

Dia Nacional da Adoção

Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Dia Mundial da Infância

Dia das Crianças 2022

Roteiro para atuação em pontos convergentes aos objetivos do selo UNICEF edição 2021-2024

Dia nacional da escola

Perguntas e respostas sobre a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra covid-19

O Dia do Jovem e o Protagonismo Juvenil

Julho Branco

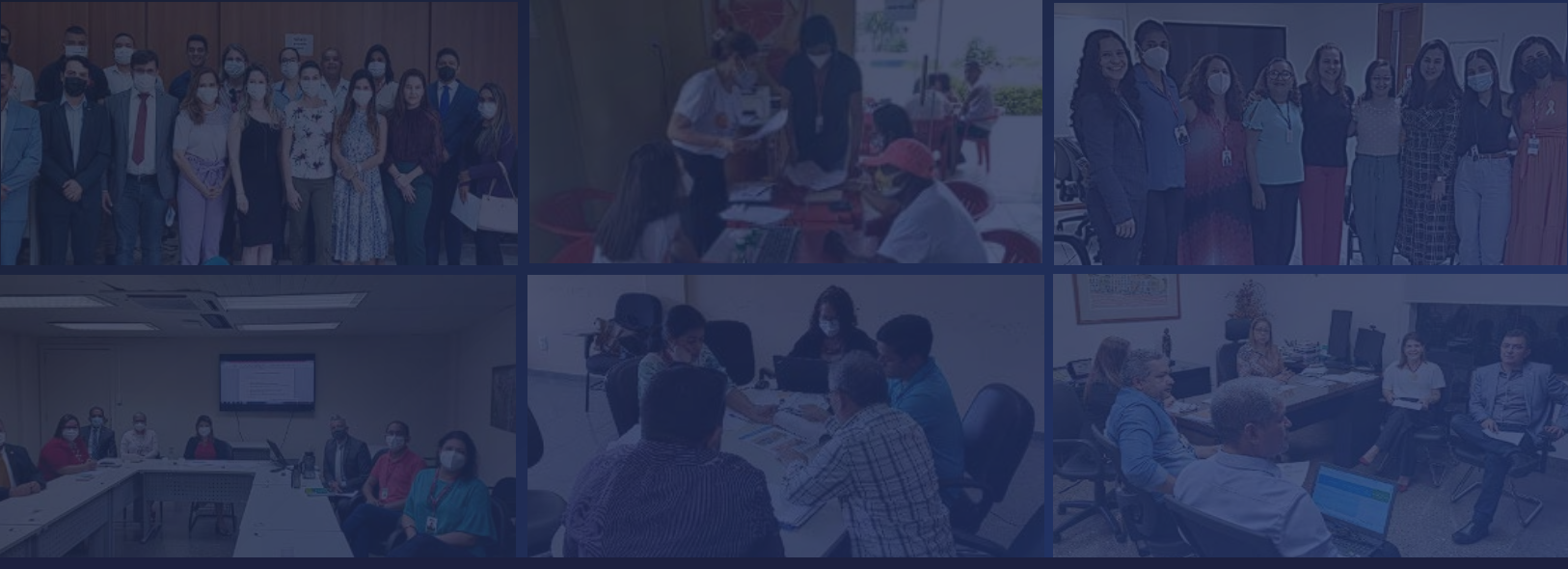
A importância da amamentação e da vacinação na primeira infância

21

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de Apoio Operacional

SUPERVISÃO



Supervisão Administrativa dos Centros de Apoio Operacional

A Supervisão Administrativa dos Centros de Apoio Operacional é exercida por membro designado, dentre os Coordenadores dos Centros de Apoio, nos termos art. 7º da Resolução n.º 004/2021-CPJ.

As atividades desenvolvidas por esta unidade estão relacionadas com a articulação e integração dos CAOS junto aos órgãos de execução, com serviços técnico-operacionais e administrativos e com algumas atividades que envolvem a política institucional.

A Supervisão Administrativa apresenta o presente relatório com informações sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2021 e 2022.

EQUIPE

MÔNICA REI MOREIRA FREIRA
Supervisora Administrativa dos CAOS

DANIELLE SANTOS DA CUNHA CARDOSO
Assessora Técnica Especializada

RITA DE CÁSSIA CORRÊA LOBATO PINTO
Auxiliar de Administração

WALQUIR MENDES DE OLIVEIRA
Auxiliar de Administração

Reunião realizada no dia 28 de junho de 2022

Reunião realizada no dia 14 de junho de 2022.

Programas

Programa MP+

O Programa MP+ foi elaborado pela Supervisão Administrativa juntamente com as Coordenações dos Centros de Apoio e com o apoio técnico do GATI, através da psicóloga Iracema Jandira.

O referido Programa consiste em ações de caráter político-jurídicas e de transformação social a serem implantadas no estado do Pará, tendo por local de implantação inicial, a capital, Belém. Por meio dele serão instituídas ações de fortalecimento das políticas públicas; de fomento a práticas de enfrentamento à improbidade e à corrupção, à violência e à criminalidade; de fiscalização por garantia das políticas de atenção aos direitos fundamentais que promovam o bem-estar das pessoas e estimulem comportamentos pró-sociais e de proteção ao ambiente.

Além disso, por meio dos Centros de Apoio e dos Órgãos de Execução do Ministério Público, são debatidas estratégias extrajudiciais para assegurar direitos e induzir políticas públicas, que fortaleçam os fatores de proteção e que estimulem o a resolução consensual dos problemas enfrentados pelas comunidades fazendo uso de estratégias de conscientização, que por sua vez, incentivem a cultura de paz, de tolerância e de respeito às diferenças.

No final do ano de 2021 o Programa foi aprovado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

A partir disso, ao longo do ano de 2022 a Supervisão Administrativa realizou reuniões com representantes do Governo do Estado do Pará objetivando a apresentação do Programa MP+, a organização e execução do cronograma de atividades realizadas em conjunto com o Programa TerPaz e a formalização de parceria.

1.1.1 Elaboração da minuta de termo de cooperação

A partir das tratativas com a Coordenação do Núcleo de Relações Institucionais e com os representantes das Secretarias e instituições participantes da Câmara Técnica Intersetorial, do Programa TerPaz, a Supervisão Administrativa elaborou minuta de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público e a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania – SEAC.

O objeto do referido instrumento é a conjunção de esforços entre os signatários para viabilizar a implementação das ações referentes aos Programas MP+ e Territórios Pela Paz-TerPAZ.

A minuta do Termo de Cooperação Técnica foi submetida à Procuradoria-geral de Justiça e atualmente encontra-se na fase final, aguardando a assinatura dos representantes das instituições signatárias.

1.2 Programa Conexão Cultura

No segundo semestre de 2021, o Ministério Público do Estado do Pará estabeleceu parceira com a Rádio Cultura para a participação de membros entrevistados no Programa radiofônico "Conexão Cultura", todas as sextas-feiras, objetivando a divulgação de ações e Projetos para a sociedade, como estratégia de aproximação do Ministério Público, além de conscientização sobre o seu papel institucional.

Com isso, a Supervisão Administrativa elabora, constantemente, um cronograma de entrevistas, a partir de sua mobilização e articulação com os Centros de Apoio Operacional, os quais tratam diretamente com os entrevistados sobre a definição dos temas, das datas, além da elaboração e envio do material que subsidiarão a entrevista.

Ao longo dos anos de 2021 e 2022 foram realizadas 62 entrevistas, conforme gráfico e quadros, abaixo:

ENTREVISTAS – CAO AMBIENTAL		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 17/09/2021	Microchipagem de animais utilizados como tração	PJ Maria José Vieira de Carvalho Cunha
2. 29/10/2021	Desmatamentos e queimadas no Estado do Pará	PJ Dirk Costa Mattos Júnior
3. 19/11/2021	Urbanismo	PJ Raimundo Moraes
4. 18/02/2022	Caso Ulianópolis	PJ Louise Rejane de Araújo Silva Severino
5. 03/12/2021	Patrimônio Histórico e cultural	PJ Nilton Gurjão
6. 11/03/2022	A questão do garimpo na região do Tapajós	PJ Lilian Regiane Furtado Braga
7. 08/04/2022	Abrigo de animais em situação de rua	PJ Josélia Leontina de Barros Lopes
Total	**07**	

ENTREVISTAS – CAO CPC		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 03/09/2021	Projeto Defesa da Filiação	PJ Nazaré Abbade
2. 22/10/2021	Nomes, retificação e alteração	PJ João Gualberto dos Santos Silva
3. 05/11/2021	Alterações legislativas para as novas eleições	PJ José Edvaldo Pereira Sales
4. 12/11/2021	Estacionamento privado na esfera do direito do consumidor	PJ Frederico Oliveira
5. 05/08/2022	Violência política contra a mulher	PJ Ângela Maria Balieiro
6. 12/08/2022	Ministério Público Bate a sua Porta / A voz da cidadania	PJ Franklin Prado
7. 19/08/2022	Logística reversa	PJ Lígia Valente
8. 26/08/2022	Uso de agrotóxico no Pará	PJ Nadilson Portilho Gomes
Total	**08**	

ENTREVISTAS – CAO CRIMINAL		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 13/08/2021	15 Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Conquistas	PJ Vyllya Costa Barra Sereni
2. 04/03/2022	Crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Lei n.º 14.197/2021	PJ Roberto Antônio Pereira de Souza
3. 01/04/2022	Mutirão de ANPP	PJ Paloma Sakalem
4. 15/04/2022	Competência da Justiça Militar	PJ Armando Brasil Teixeira
5. 17/06/2022	O Ministério Público e a atuação no Tribunal do Júri	PJ José Ilton Lima Moreira Júnior
6. 28/10/2022	Direito das vítimas de crimes	PJ Paloma Sakalem
7. 09/12/2022	Atuação da Promotoria de Justiça Militar	PJ Armando Brasil Teixeira
8. 16/12/2022	Violência contra idosos	PJ Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos
9. 23/12/2022	Acordo de não persecução penal	PJ Nayara Santos Negrão
Total	09	

ENTREVISTAS – CAO DH		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 20/08/2021	A atuação do MP na promoção da igualdade étnico-racial	PJ Eliane Cristina Pinto Moreira
2. 25/02/2022	Projeto Expresso DH	PJ Ana Cláudia Bastos de Pinho
3. 29/04/2022	O Direito de alunos com deficiência aos profissionais de apoio na sala de aula	PJ Tatiana Ferreira Granhen
4. 03/06/2022	Audiência Pública em Juruti sobre os Direitos LGBTIQ	PJ Nadilson Portilho Gomes
5. 02/09/2022	Cartilha LGBTI+	PJ Ana Cláudia Bastos de Pinho
6. 09/09/2022	Sistema Prisional e população LGBTI+	PJ Edvar Cavalcante Lima Júnior
7. 16/09/2022	MP e Saúde Mental	PJ Tatiana Ferreira Granhen
8. 23/09/2022	MP e a Comunidade	PJ Firmino Araújo de Matos
Total	08	

ENTREVISTAS – CAO DPP		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 24/09/2021	Os acordos na seara da Improbidade administrativa	PJ Renata Valéria Pinto Cardoso
2. 08/10/2021	Integridade Empresarial	PJ Lauro Francisco da Silva Freitas Júnior
3. 15/10/2021	Royalties de Belo Monte	PJ Daniel Braga Bona
4. 06/05/2022	Transparência pública	PJ Renata Valéria Pinto Cardoso
5. 08/07/2022	Transparência na Gestão pública	PJ Pedro Brasil
6. 15/07/2022	Aspectos gerais da atuação do MP na defesa do patrimônio público	PJ Pedro Brasil
7. 22/07/2022	Publicidade em Ano Eleitoral	PJ Renata Valéria Pinto Cardoso
8. 29/07/2022	Controle da evolução patrimonial dos agentes públicos	PJ Renata Valéria Pinto Cardoso
Total	08	

ENTREVISTAS – CAO DS		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 27/08/2021	As medidas preventivas e repressivas aos acidentes de escalpelamento	PJ Ângela Maria Balieiro
2. 26/11/2021	Desafios da educação em tempos de pandemia	PJ Ioná Silva de Sousa Nunes
3. 10/12/2021	A inclusão das pessoas com deficiência na educação	PJ Mariela Correa Hage
4. 17/12/2021	O CADÚNICO da Assistência Social	PJ Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos
5. 29/09/2022	Educação inclusiva	PJ Mariele Hage
6. 07/10/2022	Prevenção de doenças respiratórias	Ana Helfer
7. 14/10/2022	Conselhos Escolares	PJ Ioná Nunes
8. 21/10/2022	Os movimentos do CAODS diante da queda da cobertura vacinal no Estado do Pará	PJ Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos
Total	**08**	

ENTREVISTAS – CAO IJ		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 10/09/2021	Primeira Infância e suas particularidades	PJ Patrícia Araújo
2. 04/02/2022	O papel do Conselho Tutelar	PJ Priscila Tereza de Araújo Costa Moreira
3. 11/02/2022	O procedimento cabível ao adolescente que prática ato infracional	PJ Viviane Veras de Paula Couto
4. 15/02/2022	Adoção	PJ Mônica Rei Moreira Freire
5. 13/05/2022	Campanha contra o abuso sexual	PJ Mônica Rei Moreira Freire
6. 24/06/2022	Os maleficios da utilização de substâncias entorpecentes	PJ Patrícia Araújo
7. 01/07/2022	Família acolhedora	PJ Priscila Terza de Araújo Costa Moreira
Total	**07**	

ENTREVISTAS – CAO TEC		
Data	**Assunto**	**Promotor ou Promotora de Justiça**
1. 01/10/2021	A retomada das aulas presenciais nas escolas públicas	PJ Lilian Nunes e Nunes
2. 25/03/2022	Eleições e acessibilidade	PJ José Edvaldo Pereira Sales
3. 22/04/2022	Golpes pelo WhatsApp	PJ Reginaldo César Lima Alvares
4. 20/05/2022	Envelhecimento no cárcere	PJ Lilian Freire
5. 27/05/2022	Mesa de diálogos Catrapovos	PJ Herena Neves Maues Corrêa de Melo
6. 10/06/2022	Rodas de conversa racismo e necropolítica	PJ Lilian Regina Furtado Braga
7. 30/12/2022	Poliomielite	Técnica Ana Maria Helfer
Total	07	

2-Atos normativos

2.1 Elaboração de minuta de resolução que reestruturou os Centros de Apoio Operacional e seus Núcleos

A Supervisão Administrativa dos CAOS, em 10 de junho de 2021, apresentou ao Presidente do Colégio de Procuradores a proposta de reestruturação dos Centros de Apoio e respectivos Núcleos, a qual foi aprovada em 05 de agosto de 2021, originando a publicação da Resolução n.º 004/2021-CPJ, em 27 de agosto de 2021, DOE n.º 34.683.

7ª Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça (5/8) 10h

A proposta foi baseada em estudos e discussões entre as Coordenações dos CAOS, em que foram avaliadas as experiências institucionais anteriores, a realidade local e o funcionamento e a estrutura dos órgãos auxiliares de diversos Ministérios Públicos do Brasil.

O referido ato normativo trouxe inovações substanciais ao MPPA, sobretudo no que pertine à criação de dois Centros de Apoio e dois Núcleos: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, Centro de Apoio Operacional Técnico, Núcleo Eleitoral e Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial.

Reunião realizada no dia 31 de maio de 2021

2.2. Alteração da Resolução n.º 004/2021-CPJ objetivando a criação do Núcleo do Consumidor

A Supervisão Administrativa dos CAOS, foi instada a se manifestar nos autos do expediente n.º 6524/2022, por meio do qual o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e Cidadão solicitou a criação do Núcleo do Consumidor, e, por conseguinte foi realizada a análise e a elaboração da minuta de alteração da Resolução n.º 004/2021-CPJ, como sugestão para a apreciação da Procuradoria-geral de Justiça.

A proposta apresentada pela Supervisão Administrativa dos CAOS foi aprovada pelo Colégio de Procuradores, no dia 13 de janeiro de 2022.

2.3. Portaria que regulamenta o processamento das solicitações de análise técnica direcionadas ao Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar – GATI, vinculado ao Centro de Apoio Operacional Técnico (CAOTEC)

A Supervisão organizou junto com o Centro de Apoio Técnico Operacional Técnico a consulta aos demais CAOS sobre a alteração do fluxo nas análises técnicas e relatórios de participação em eventos tramitados pelo sistema SIMP ATEC para ser inserida na minuta de Portaria elaborada pelo referido CAO.

2.4. Reestruturação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA);

Por meio do expediente n.º 14563/2022 foi submetida à Procuradoria-geral de Justiça a justificativa e a minuta de Resolução referentes à reestruturação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPEIA, no âmbito deste Ministério Público, e por conseguinte, foi solicitada a manifestação da Supervisão Administrativa, a qual teceu algumas considerações sobre a proposta apresentada.

3. Grupos de trabalho

A Supervisão Administrativa por solicitação da Procuradoria-geral de Justiça monitorou, ao longo do ano de 2022, a composição e os calendários das reuniões referentes aos Grupos de Trabalhos vinculados aos Centros

de Apoio Operacional, tendo em vista o que dispõe a Portaria n.º 2.693/2019-MP/PGJ.

4. Planos setoriais

No ano de 2021 a Supervisão Administrativa articulou e organizou o cronograma de reuniões dos Centros de Apoio Operacional com a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (COGEP) do MPPA para a elaboração dos Planos Setoriais, os quais foram finalizados no segundo semestre de 2021.

Ao longo do ano de 2022 a Supervisão Administrativa acompanhou junto aos Centros de Apoio o envio da atualização das informações referentes à execução dos Planos Setoriais para a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (COGEPE) do MPPA.

5. Radar estratégico

A Supervisão Administrativa foi designada pela Procuradoria-geral de Justiça, por meio da Portaria n.º 3095/2022-MP/PGJ para compor a Comissão para monitoramento da gestão e dos resultados alcançados pelo MPPA.

Ao longo do ano de 2022 a Supervisão Administrativa participou de 3 (três) reuniões para monitoramento da gestão e dos resultados alcançados pelo PEI- MPPA 2021/2029.

6. Reuniões com as coordenações dos centros de apoio operacional

Em observância ao artigo 7º, parágrafo único, da Resolução n.º 004/2021-CPJ, ao longo do ano dos anos de 2021 e 2022 foram realizadas 9 (nove) reuniões de trabalho com as Coordenações dos Centros de Apoio Operacional em que foram discutidos assuntos relacionados às visitas institucionais da PGJ, reestruturação dos Centros de Apoio, fluxo de demandas enviadas ao GATI, Programa Conexão Cultura, atendimento às demandas enviadas pela Supervisão, Programa MP+, Radar Estratégico, Grupos de Trabalho, dentre outros assuntos administrativos.

Reunião realizada no dia 21 de junho de 2022.

7. Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPEIA)

Em respeito aos princípios da publicidade e da transparência na administração pública, e atendendo à necessidade de apresentação de relatório bianual das atividades de cada órgão ou unidade administrativa do Ministério Público do Estado do Pará, apresentamos as principais ações realizadas pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição

(Nupeia), relativas aos anos de 2021 e 2022.

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – Nupeia foi criado em 01/03/2018 pela Resolução nº 03/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça, com a finalidade de atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, com atuação em todo território estadual, ficando os projetos autocompositivos vinculados a este Núcleo.

O Nupeia está instalado em três salas localizadas no Edifício Village Executive, na Avenida Senador Lemos, nº 443, Umarizal, Belém/Pará, atualmente conta com uma equipe composta pela Coordenadora, Promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, com apoio da Assessora Jurídica, Tatiane Rodrigues de Vasconcelos, da Auxiliar de Administração Christiane Teixeira da Silva Fujiyama, da técnica em Psicologia, Samia Marcia Araujo Monteiro Pires, da técnica em Serviço Social, Maura Rejane Lameira de Moraes, e da estagiária de Psicologia, Laila Vidigal de Souza.

Na Resolução nº 03/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça, especificamente no Artigo 2º, é indicado como finalidade do Nupeia atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais.

Neste sentido, o Núcleo formulou seu Plano Setorial de Incentivo à Autocomposição (2021-2024), com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às metodologias autocompositivas, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará (PEI/MPPA) 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP) 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro (CNMP).

As atividades do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupeia) foram desenvolvidas seguindo quatro grandes eixos de atuação:

(a) a divulgação e a sensibilização de membros e servidores do MPPA acerca da importância das metodologias autocompositivas em busca da justiça e da garantia de direitos que envolvam a missão do Ministério Público;

(b) a orientação e a articulação junto aos membros para trabalhar com a temática;

(c) a promoção de cursos de capacitação e formação técnica em autocomposição, por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF;

(d) o assessoramento técnico para a elaboração e execução de projetos pertinentes às metodologias autocompositivas no âmbito do MPPA.

Assim, com base no Plano Setorial de Incentivo à Autocomposição (2021-2024), destacamos as ações mais relevantes, que são a base do presente relatório, conforme detalhamento a seguir.

Ações de estímulo ao uso das metodologias autocompositivas

A iniciativa 02 do Plano Setorial do Nupeia, tem como objetivo realizar o acompanhamento técnico de iniciativas no âmbito do MPPA e junto a atores externos com o uso de metodologias autocompositivas, com o propósito de contribuir na padronização destas práticas no âmbito institucional. Esta iniciativa dialoga com os indicadores do Radar Estratégico nº 11 – CNMP de "Padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores". No período compreendido pelo presente relatório foram realizadas as ações apresentadas a seguir:

a. Acompanhamento técnico de iniciativas no âmbito do MPPA com uso de metodologias autocompositivas:

Nos termos do art.1º, da Resolução N°003/2018 – CPJ, compete ao Nupeia atuar mediante pedido de

auxílio formulado expressamente pelo Promotor Natural ou mediante prévia e expressa anuência deste, bem como por provocação dos Órgãos da administração superior do MPPA ou, ainda, por solicitação do público externo. Nesse sentido, estabeleceu-se um fluxo de recebimento de demandas específicas para atuação do Núcleo, análise de sua admissibilidade e atuação em conjunto com o Promotor Natural.

Importa ressaltar que o acompanhamento das demandas permitiu ao Núcleo a geração de subsídios para incidência no processo de padronização das práticas autocompositivas no MPPA, com resultados relevantes no período.

Quanto as atividades de acompanhamento técnico de iniciativas com uso de metodologias autocompositivas no âmbito do MPPA, destacamos:

• Licenciamento e fiscalização ambiental de Cemitério localizado na Região Metropolitana de Belém: procedimento demandado pela Promotora de Justiça Dra. Lizete Lima, município de Ananindeua, referente a danos ambientais. Status: em andamento;

Reunião entre Nupeia e técnico do CAOTEC sobre demanda Cemitério
Fonte: Nupeia (2022)

• 1ª, 2ª e 3ª Semana de Autocomposição Ambiental do Município de Marituba: em conjunto com a Promotora de Justiça Dra. Eliane Moreira, titular da 5ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, do Patrimônio Cultural, da Habitação e do Urbanismo de Marituba/PA, o Nupeia prestou auxílio na realização das semanas de autocomposição, com foco no tratamento de controvérsias referentes a ilícitos praticados em matéria ambiental de menor potencial ofensivo. O evento ocorreu em março, abril, agosto e dezembro de 2022, resultando em 12 acordos com resultado satisfatório para a sociedade. Status: Concluído;

Atuação Nupeia na Semana de Autocomposição Marituba
Fonte: Nupeia (2022)

• **Ação autocompositiva por meio de ANPP:** procedimentos realizados nos municípios de Vitória do Xingu e Altamira em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM), Promotoria de Justiça Criminal de Altamira, além da parceria institucional do Poder Judiciário, Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados - Seção Pará, em julho de 2022. Registra-se que em Vitória do Xingu, dentre os 45 investigados notificados ocorreram 19 atendimentos, com 15 ANPPs finalizados com acordo (percentual de 78,94%) e 04 atendimentos sem resultar em acordo. Já em Altamira, foram 89 notificados, compareceram às audiências 44, sendo 40 ANPPs finalizados com acordo (percentual de 90,90%) e 04 atendimentos sem resultar em acordo. Status: Concluído;

Atuação Nupeia no Mutirão ANPP em Altamira e Vitória do Xingu
Fonte: Nupeia (2022)

Atuação Nupeia no Mutirão ANPP em Altamira e Vitória do Xingu
Fonte: Nupeia (2022)

b. Elaboração de documentos orientativos e de incentivo à utilização e padronização das práticas autocompositivas no MPPA:

• Elaboração de 01 Documento Orientativo para o uso de Metodologias Autocompositivas no Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), estruturado em forma de uma cartilha, que objetiva contribuir na atuação de membros e servidores no âmbito do MPPA, com informações sobre conceitos de metodologias autocompositivas de resolução de conflitos, sobre fluxos e roteiros preparatórios de sessões. O documento visa estimular o uso das metodologias autocompositivas e sua padronização, na perspectiva de um Órgão Ministerial resolutivo e fomentador da cultura da paz.

• Elaboração de 15 (quinze) formulários que tratam de sugestões de fluxos e roteiros relativos às metodologias autocompositivas, todos disponibilizados como anexos ao documento orientativo.

• Publicação pela PGJ/MPPA da Portaria N.º 7.145/2022 (DOE n. 35.223, de 19.12.2022), que dispõe sobre a padronização das práticas autocompositivas extrajudiciais ou no curso do processo judicial, recomendando aos membros e servidores do MPPA a utilização do referido documento a fim de estimular a padronização, normatização e institucionalização dos procedimentos, mecanismos, instrumentos e processos autocompositivos, visando ao cumprimento da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição.

Imagem da Capa publicação com orientações sobre o uso das Metodologias Autocompositivas.
Fonte: Nupeia (2022)

2.4 Ações de incentivo à cultura da paz

A iniciativa 03 do Plano Setorial do Nupeia, tem como objetivo fomentar a Cultura de Paz para membros e servidores do Ministério Público, e sociedade em geral. Esta iniciativa dialoga com as ações do PEI-MPPA de nº 06: "indução de políticas públicas, privilegiando a atuação extrajudicial, e de nº 1: "promoção de ações que envolvem interações de mídia/canal de divulgação sobre a política de metodologias autocompositivas no MPPA". No período compreendido pelo presente relatório foram realizadas as ações apresentadas a seguir:

a. Ações do Movimento de Cultura da Paz

No decorrer de 2021, o Nupeia, a convite da Arquidiocese de Belém, participou de 02 (duas) grandes ações de cidadania, sendo a primeira em 07/08/2021, na Ilha de Boa Vista do Acará/Pará, e a segunda em 11/09/2021, na Ilha de Cotijuba- Pará.

Nos eventos, os integrantes do Núcleo Perma-

nente de Incentivo à Autocomposição – Nupeia, coordenados pela Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, participaram da Jornada Social "Mutirão pela Vida", com o objetivo de oferecer à população local (ribeirinha), serviços essenciais e despertar nelas o interesse pela promoção da melhoria das condições de vida.

Assim, com base na Resolução N°003/2018-CPJ, a equipe do Nupeia recebeu as demandas da comunidade, promoveu orientações jurídicas e estimulou a prática de solução consensual dos conflitos, trabalhando com o estímulo à cultura da paz e do diálogo.

Ação Cidadania na Ilha de Boa Vista do Acará – 07/08/2021

Ação Cidadania na Ilha de Cotijuba-11/09/2021

b. Apoio Interinstitucional para a realização de ações autocompositivas

Por solicitação do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Fibra, o Nupeia participou da realização do V Mutirão de Mediação Pré-Processual realizado no mês de novembro de 2022. Na ocasião, das 15 demandas apreciadas e aplicadas as práticas autocompositivas, em 14 (percentual de 93,33%) foram finalizadas com acordo entre as partes.

Status: Concluído;

Participação do Nupeia no V Mutirão de Mediação Pré-Processual do Centro Universitário Fibra - Fonte: Nupeia (2022)

c. Articulação Interinstitucional para fortalecer atuação do Núcleo na promoção da cultura da paz:

Foram realizadas tratativas que culminaram, em dezembro de 2022, na assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o MPPA e a Universidade do Estado do Pará, tendo por objeto promover a cooperação técnico-científica entre os partícipes, visando o desenvolvimento de estratégias e ações integradas no tema da autocomposição em diálogo com diferentes áreas do conhecimento e de experiências de ensino, pesquisa e extensão. Status: Concluído.

d. Ações de Comunicação

Foram realizadas diversas ações com objetivo de divulgar as finalidades e atuação do Nupeia, detalhadas a seguir:

• Construção de conteúdo e reativação de subsite próprio do Nupeia no portal do MPPA: Foi elaborada pela equipe do Núcleo com apoio da ASCOM, com produção de conteúdo e inserção do material no subsite, inclusive com publicações disponibilizadas no portal do MPPA;

• Realizado treinamento com equipe técnica do Nupeia a fim de criar autonomia para a própria equipe fazer a alimentação do sistema;

• Foi finalizada a alimentação do programa do subsite e enviado para revisão e validação final da

ASCOM para posterior publicação;

• Elaboração, revisão e finalização de Cartilha de apresentação do Nupeia e da Autocomposição para o público Interno;

• Elaboração, revisão e finalização de Cartilha de apresentação do Nupeia e da Autocomposição para o público externo ao MPPA

Treinamento equipe Nupeia pela ASCOM
Fonte: Nupiea (2022)

Imagens das Capa das Cartilha de apresentação do Nupeia e da autocomposição (público interno e externo)
Fonte: Nupeia (2022)

e. Apoio institucional na realização de ações educativas

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Alexandre Nicodemes da Cunha, solicitou ao Núcleo a realização de palestra sobre práticas restaurativas para pais, alunos e professores da referida instituição de ensino. Foram realizadas 02 reuniões com direção e equipe técnica da escola e visita in loco, resultando na formulação de proposta da Oficina Semear a Cultura da Paz nas instituições de Ensino, além de folder educativo sobre o tema. Ressalte-se que a ação incluiu também diálogo com a Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belém, Dra. Viviane Veras Couto. Status: em andamento.

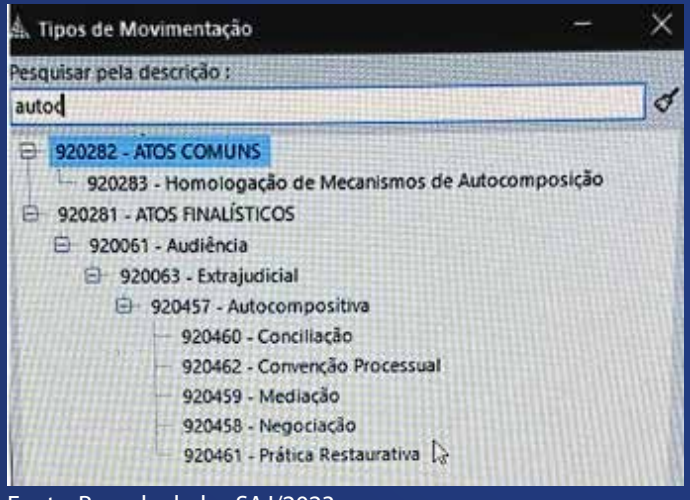
Reunião entre o Nupeia e a Promotora de Justiça da Infância e Juventude Viviane Veras de Paula Couto para elaboração da Oficina Semear a Cultura da Paz nas instituições de Ensino
Fonte: Nupeia (2022)

Imagem de Folder para uso na Oficina Semear a Cultura da Paz nas instituições de Ensino
Fonte: Nupeia (2022)

2.3 Ações de fomento às iniciativas de melhorias nos sistemas do MPPA

A iniciativa 05 do Plano Setorial do Nupeia, tem como objetivo propor melhorias com vistas à criação de sistemas com interfaces contendo metodologias autocompositivas, assim como melhoria nos canais de atendimento do MPPA. Esta iniciativa dialoga com a ação do PEI-MPPA nº 03: "criação de banco de dados sistematizados que forneçam relatórios gerenciais sobre a atividade ministerial por área de atuação", assim como com a meta nº 11 do Radar Estratégico-CNMP: "padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores". No período compreendido pelo presente relatório foi realizada a seguinte ação:

• **Propostas de melhorias em ferramentas para adequação às demandas da autocomposição:** o Núcleo envidou esforços através do envio de documentos e articulações para que o novo sistema (SAJ), ferramenta que automatiza rotinas jurisdicionais e administrativas assegurando ganhos de produtividade e otimização dos recursos, apresentasse interface com demonstração de atuação resolutiva extrajudicial através da inserção da classe extrajudicial de metodologia autocompositiva no sistema. Houve a implantação no Sistema SAJ sendo atendida a solicitação do Nupeia, em concordância com a taxonomia sugerida pelo CNMP, o que pode ser verificado na base de dados do sistema SAJ, no caminho de diretório: Atos finalísticos/Audiência/Extrajudicial/Autocompositivos/Mediação/Negociação/Conciliação/Convenção processual/Práticas Restaurativas, conforme print abaixo:



Fonte: Base de dados SAJ/2023.

2.4 Ações de acompanhamento técnico do funcionamento das câmaras de tratamento de conflito

A iniciativa 06 do Plano Setorial do Nupeia, tem como objetivo contribuir com acompanhamento técnico no processo de funcionamento das Câmaras de Tratamento de Conflito (CTCAFs), a iniciativa dialoga com a ação do PEI-MPPA nº 05: "acompanhamento do funcionamento das Câmaras de Tratamento de Conflitos, assim como com a meta nº 11 do Radar Estratégico-CNMP: "padronização das práticas de autocomposição e capacitação dos colaboradores, e o Desafio do PGJ nº 08: "estimular a atuação preventiva, resolutiva e pedagógica do Ministério Público, atualizando, estimulando e fortalecendo programas e projetos que articulem soluções e a autocomposição de conflitos, inclusive os de natureza coletiva agrária e ambiental, prestigiando o NUPEIA (Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição), o NAF (Núcleo de Questões Agrárias Fundiárias) e o projeto de implantação das Câmaras Estaduais de Tratamento de Conflitos, como compromisso constitucional e social com a cidadania".

• **Ações relacionadas ao processo de acompanhamento das CTCAFs**

Foi realizado o Estudo e diagnóstico de protocolo da CTCAF Santarém. Em setembro de 2022, foi realizada a revisão do protocolo da CTCAF Santarém e elaborado documento com contribuições a serem apreciadas em reuniões previstas para o ano de 2023, com a Promotora de Justiça responsável pela CTACF Santarém, para continuidade das tratativas;

• **Ações relacionadas a processos de formação**

Participação de técnica integrante da equipe do Nupeia, na condição de docente, em Oficina "SIG Fundiário" realizada nos dias 26 e 28/09/2022, sobre o funcionamento e interfaces do software aos membros e servidores do MPPA atuantes na área agrária e fundiária;

Participação Técnica do Nupeia em Oficina SIG Fundiário
Fonte: Nupeia (2022)

2.5 Ação do marco legal que embasa a existência dos núcleos de autocomposição

A iniciativa 07 do Plano Setorial do Nupeia, tem como objetivo realizar ações que contribuam para a definição do marco legal que embasa a existência

do Núcleo de Autocomposição no âmbito do MPPA. A iniciativa dialoga com a ação do PEI-MPPA nº 08: "fortalecimento da atuação institucional integrada e regionalizada", e com o Desafio do PGJ nº 08: "estimular a atuação preventiva, resolutiva e pedagógica do Ministério Público, atualizando, estimulando e fortalecendo programas e projetos que articulem soluções e a autocomposição de conflitos, inclusive os de natureza coletiva agrária e ambiental, prestigiando o NUPEIA (Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição)e o NAF (Núcleo de Questões Agrárias Fundiárias).

No período compreendido pelo presente relatório foi encaminhada ao Colégio de Procuradores de Justiça do MPPA, a proposta de Alteração Normativa da Resolução n° 003/2018- CPJ, devidamente acompanhada das justificativas para adequação da estrutura do NUPEIA, objetivando atender sua finalidade de atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

2.6 Ação de criação e aprimoramento de subnúcleo em justiça restaurativa

A Iniciativa 09 do Plano Setorial do Nupeia, cujo objetivo é desenvolver experiência piloto de criação de Subnúcleo de JR com vistas a orientar a implantação de novas iniciativas no âmbito do MPPA, dialoga com as ação do PEI-MPPA nº 04: "estimular e promover a autocomposição e a indução para implementação de políticas públicas", e nº 27: "criação de espaços para aplicação dos mecanismos de autocomposição previstos em lei", além das ações do radar Estratégico-CNMP nº 24: "criação e aprimoramento de núcleos interdisciplinares de justiça restaurativa no MP". Foram realizadas ações conforme detalhamento a seguir:

• Identificação de instituições de ensino e outras instituições governamentais/não governamentais com proposta de especialização, projetos de pesquisa/extensão e outros projetos de atendimento em JR, com o objetivo de propor parceria;

• Estabelecimento de parceria com a Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) do NUPEMEC/TJPA, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas em curto, médio e longo prazo;

• Formulação em conjunto com parceiro (Coordenadoria de Justiça Restaurativa – CJR, do NUPEMEC/TJPA), de Projeto piloto para atuação em Justiça Restaurativa na área da pessoa idosa e pessoa com deficiência do MPPA;

Reunião Nupeia e Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) do NUPEMEC/TJPA
Fonte: Nupiea (2022)

• Iniciados procedimentos autocompositivos de JR em 02 demandas recebidas das Promotorias de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de acidentes de Trabalho da Capital.

Ressalta-se que essa experiência piloto em JR, subsidiará estudos para a implantação de Subnúcleo nas diversas áreas de atuação do Órgão Ministerial ao longo da execução do Plano Setorial do Nupeia.

O presente relatório foi estruturado de forma a apresentar as ações desenvolvidas pelo Nupeia durante os anos de 2021/2022, destacando-se as principais realizações com base nos Projetos e Iniciativas que compõem o Plano Setorial de Incentivo à Autocomposição (2021-2024).

Importa ressaltar que os anos de 2021/2022 foram fundamentais para a consolidação do Núcleo, com avanços na sua estrutura física e funcional, além de sua divulgação e reconhecimento no âmbito interno e externo ao MPPA.

Nas atividades destacadas, restou demonstrada a preocupação em trabalhar concomitantemente as quatro principais vertentes do Núcleo:

(1) divulgação e sensibilização de membros e servidores do MPPA acerca da importância das

metodologias autocompositivas em busca da justiça e da garantia de direitos que envolvam a missão do Ministério Público, o que foi realizado com aplicação de pesquisa e com a divulgação de eventos, via e-mail e intranet;

(2) orientação e articulação junto aos membros para trabalhar com a temática, o que resultou na confiança das demandas encaminhadas de órgãos internos para o Nupeia;

(3) promoção de cursos de capacitação e formação técnica em autocomposição, em conjunto com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, que teve inicio com a necessária abordagem da cultura da paz por meio da realização das oficinas sobre "Comunicação Não-Violenta" e a elaboração de ementa para o Curso de Justiça Restaurativa; e

(4) assessoramento técnico para a elaboração e execução de projetos pertinentes às metodologias autocompositivas no âmbito do MPPA, implantados com o surgimento das demandas internas.

Avalia-se que as ações de comunicação e de produção de cartilhas, documentos orientativos, sugestões de formulários, a reativação e desenvolvimento do subsite do Nupeia, as diferentes articulações externas, seja com as Instituições de Ensino Superior, Organizações da Sociedade civil e órgãos públicos, são exemplos de processos que dialogam com os objetivos e finalidades do Núcleo e os reforçam.

Ressalta-se, ainda, que o comprometimento e integração da equipe e coordenação na efetivação do Plano Setorial, numa dinâmica de trabalho orientada pelo Planejamento, com reuniões semanais de monitoramento com a coordenação, agendas semanais para orientar o trabalho cotidiano da equipe, o uso da metodologia OKR para dar celeridade a alguns processos do Plano setorial, bem como as diretrizes do próprio MPPA, como o monitoramento do Plano Setorial e do Radar Estratégico, são aspectos fundamentais que contribuem para a eficácia e eficiência do atuação do Núcleo.

Outra particularidade importante é o crescimento de parcerias do Nupeia, potencializando suas ações, assim como a ampliação de demandas procedentes de atores externos, como Instituições de Ensino Superior e Organizações da sociedade civil, o que contribui para o aumento na difusão da Política da Autocomposição.

Quanto aos desafios para o ano de 2023, destacamos: (i) Fortalecer o desenvolvimento do Nupeia e seu papel de referência no tema da autocomposição no MPPA; (ii) Implementar o Observatório da Autocomposição do MPPA; (iii) Implementar o Programa de Formação voltado para as práticas autocompositivas; (iv) Fortalecer ações externas em parceria com Instituições de Ensino Superior e Organizações da sociedade civil; (v) Avançar na perspectiva de criação de subnúcleos de autocomposição em diferentes matérias e regiões administrativas do MPPA.

O objetivo é continuar avançando, com foco na execução, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas as metodologias autocompositivas, propostas no Plano Setorial de Incentivo à Autocomposição 2021-2024, planejado com base no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, e no Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro – CNMP.

O empenho é seguir comprometidos com os indicadores do Plano Setorial do Nupeia, contribuindo para que o Ministério Público do Pará se consolide como um Órgão resolutivo, cuja visão de futuro é o seu reconhecimento pela sociedade como uma Instituição transformadora da realidade social e essencial à preservação da ordem jurídica e do regime democrático. Sendo a resolutividade, conforme a Carta de Brasília, um apelo à entrega de resultados para à sociedade, lutando por um sistema de Justiça mais célere e mais acessível ao cidadão.

22

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Centro de

ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF é a unidade organizacional auxiliar do Ministério Público do Pará, vinculado à Procuradoria Geral de Justiça, que se destina à realização cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, objetivando o aperfeiçoamento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores; o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços; otimizar a disponibilização, a utilização e a operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e finaceiros do Ministério Público, para o melhor desempenho de suas funções institucionais.

Sua diretoria é formada pelo Promotor de Justiça José Edvaldo Pereira Sales, Diretor-Geral; pela Promotora de Justiça Ana Claudia Bastos de Pinho, Diretora de Cursos e Eventos; a servidora Michelle Barbosa de Brito, Diretora de Publicações; Promotora de Justiça Lea Cristina Mouzinho da Rocha, Diretora de Pesquisas e Grupos de Estudo (até junho/2023); Promotora de Justiça Renata Valéria Pinto Cardoso, Diretora de Pesquisas e Grupos de Estudo (a partir de julho/2023); a servidora Lucia da Costa Florenzano, Diretora Administrativa; a Promotora de Justiça Patricia de Fatima de Carvalho Araujo, Diretora de Bolsas de Estudo, Auxílios Financeiros e Parcerias (até dezembro/2022) e a Promotora de Justiça Vyllya Costa Barra Sereni, Diretora de Bolsas de Estudo, Auxílios Financeiros e Parcerias (a partir de 14 de abril de 2023).

O Conselho Deliberativo do CEAF (2021/2022) é constituído pelo Procurador de Justiça Estevam Alves Sampaio Filho (Membro do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, eleito por seus pares); Promotor de Justiça Lauro Francisco da Silva Freitas Junior (Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público, eleito por seus pares); Promotores de Justiça, um de cada entrância, indicados pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público: Ana Carolina Vilhena Gonçalves (2ª Entrância); e Fabia De Melo-Fournier (3ª Entrância). A Promotora de Justiça Luciana Vasconcelo S. Mazza, representante da 1ª Entrância, apresentou pedido para deixar de fazer parte do Conselho Deliberativo, e a sua substituição foi apresentada à PGJ para providências, sendo indicado o nome da Promotora de Justiça Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha.

O Conselho Editorial da Revista é composto pela Promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira, Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA); Promotor de Justiça Ivanilson Paulo Correa Raiol, Doutor em Direito (UFPA); Promotor de Justiça Márcio Soares Berclaz, do MPPR, Doutor em Direito das Relações Sociais (UFPR); Promotor de Justiça Waldir Macieira da Costa Filho, Doutorando em Direito (UFPA); e Dra. Verena Holanda de Mendonça Alves, Professora Universitária, Doutora em Direito Político e Econômico (Mackenzie).

Foram realizados pelo CEAF e/ou em parceria com outras unidades do MPPA, um total de mais de 180 cursos que ao todo somaram mais de 16.500 inscritos dentre os quais mais de 5500 participantes receberam certificados.

Em 2021, iniciou-se o Curso de Especialização em Direitos Humanos promovido pelo CEAF, que foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, além do curso de Mestrado em Segurança Pública. Ambos ainda em andamento. Foi encaminhado no mesmo ano, ao PGJ, o primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnico-científica nº 002/2019-MP/PA, que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós- graduação em Segurança Pública, e o Ministério Público do Estado do Pará, para execução de

ações necessária ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta do curso de Pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, nas áreas de interesse dos partícipes.

O CEAF também promoveu o Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental. Este curso é resultado do cumprimento Cláusula Quinta do Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual, Promotoria de Justiça de Barcarena, o Ministério Público Federal, e a empresa ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A, celebrado em 2006. Até o momento o Projeto do Curso foi aprovado na FAD e ICJ, encaminhado para a Proex (Reitoria responsável pelos cursos de aperfeiçoamento) e já houve reunião entre o PPGD e a Fadesp para conversar sobre a questão financeira, já que o recurso financeiro está com a Fadesp. Foram duas entradas, ou seja, duas turmas: uma em 2022 e outra em 2023, totalizando 100 cursistas. A primeira turma está em fase de conclusão. A segunda terá seu início em breve.

Durante a nova gestão foi feita a entrega pela gráfica responsável de exemplares da Lei Orgânica do MPPA e da Constituição do Estado do Pará, as quais foram elaboradas pela gestão anterior e distribuídas eletronicamente. A nova gestão fez a entrega dos exemplares das duas normas às Unidades Administrativas e a Membros da Instituição.

A Revista do Ministério Público, edição 2019, foi recebida impressa pela nova gestão, cuja distribuição às Unidades Administrativas e a Membros da Instituição foi efetuada. Toda a revista foi elaborada pela gestão anterior. Contudo, em relação à Revista, não havia sido elaborada a edição de 2018 e nem a de 2020. Desse modo, a nova gestão elaborou e distribuiu eletronicamente as duas revistas a todas Unidades Administrativas e Membros da Instituição, a saber, a) Revista do MPPA, edição 2018: edição e lançamento em setembro/2021, do volume 11, número 11, contendo 6 artigos de doutrina; b) Revista do MPPA, edição 2020: edição e lançamento em dezembro/2021, do volume 13, número 13, contendo 9 artigos de doutrina.

Foi publicado um Portfólio 2021 e distribuído eletronicamente no mês de dezembro com um resumo das principais atividades desenvolvidas pelo CEAF nesse ano. Foi publicada, ainda, em parceria com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos a Cartilha "Em Defesa da Diversidade. População LGBT: Conceitos, direitos e conquistas". 3ª edição, apresentando conceitos básicos relacionados à temática e à evolução dos direitos da comunidade LGBTI, com a finalidade de contribuir com a realização dessa agenda no Estado Democrático de Direito. Todas essas publicações estão disponibilizadas no site do Ministério Público do Pará, na aba do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Mais ações em 2021:

- Edição da Cartilha sobre difusão de RIFs recebidos de ofício do COAF: trata-se de material demandado e organizado pelo Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) contendo a descrição de uma das principais ferramentas de apoio nas investigações de crimes relacionados a lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n.º 9.613/98).

- Apresentação e aprovação pelo Conselho Deliberativo do CEAF de proposta de novo Regulamento da Revista do Ministério Público do Estado do Pará, que prevê a fixação de critérios e procedimentos editoriais em conformidade com as exigências do Relatório do Qualis Periódicos (CAPES), Área Direito, para submissão ao Conselho Deliberativo do CEAF. Falta a publicação, o que deve ocorrer nos próximos dias.

- E-book literário: publicado Edital em 30/09/2021 para seleção de poemas, poesias e trovas que comporão o livro eletrônico "Ministério Público e Literatura", com o objetivo de fomentar o desenvolvimento cultural dos integrantes do Ministério Público do Estado do Pará, estimulando a criação literária, conferindo visibilidade a talentos e promovendo a produção e circulação de obras literárias.

- E-book jurídico: submetido à Unidade Nacional de Capacitação do CNMP minuta de Edital para seleção de trabalhos jurídicos que comporão o livro eletrônico "Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas", com objetivo desta publicação é fomentar e disseminar a produção do conhecimento científico no âmbito do Ministério Público, bem como promover o compartilhamento de reflexões críticas sobre questões atuais e relevantes nas suas diversas áreas de atuação. Previsão de publicação em junho/2022.

- Trabalho de comunicação visual no ambiente institucional: O trabalho gira em torno da informação do conteúdo para o membro do MPPA, servidores e sociedade em geral através de elementos visuais, como infográfico, fotografias, vídeos, apresentações, textos interativos, áudios de alcance social e outros elementos inseridos conforme o contexto do tema. A atuação da comunicação visual é essencial para ajudar o receptor da mensagem a compreender as informações de forma mais fácil, rápida e clara, por isso o Ceaf aderiu ao card, podcast, vídeo, cartaz e etc, como instrumento de divulgação e informação, conseguindo explicar os conceitos mais complexos de uma forma mais fácil para qualquer pessoa entender.

- Foi realizado o cadastro do MPPA no Diretório de Instituições do CNPq, medida necessária para criação e funcionamento de grupos de estudo com conotação acadêmica reconhecidos pelo CNPq. Com esse cadastro, outros grupos, além do GEDHA, poderão ser criados no âmbito do MPPA.

- Criado o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), pela Portaria Nº 4077/2021-MP/PGJ, publicada no DOE de 19 de novembro de 2021, vinculado à Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará (CEAF/MPPA), estão com 15 vagas abertas para o ingresso de integrantes na categoria pesquisador (especialistas, mestres e doutores).

- As atividades do GEDHA se organizam em torno da realização de projetos individuais e coletivos a partir de seus pesquisadores em consonância com os objetivos do Grupo. As atividades de estudos e pesquisas estão articuladas buscando maior qualidade na produção do conhecimento sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico e a promoção dos Direitos Humanos no contexto da Amazônia Legal, em especial o Estado do Pará e suas múltiplas interfaces junto à atuação do Ministério Público para o cumprimento das suas funções institucionais.

- Apresentada e aprovada pelo Conselho Deliberativo do CEAF minuta de regulamentação dos Grupos de Estudo e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Pará. A publicação deve ocorrer nos próximos dias. Com a publicação do ato, grupos temporários, não vinculados ao Diretório de Instituições do CNPq poderão ser criados no âmbito do MPPA. Apresentada ao Procurador-Geral de Justiça minuta

de resolução que regulamenta o estágio de pós-graduação no âmbito do MPPA. Acordo de Cooperação 001-2021- CESUPA – Acordo de cooperação que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, e o Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA.

- Termo de Cooperação Técnica nº 001-2021-MP-GO-ESUMP – Termo de cooperação técnica que entre si celebram o Ministério Público do Estado de Goiás e o Ministério Público do Estado do Pará. Termo de Cooperação Técnico-Científica – PPGD/UFPA e MPPA - Termo de cooperação técnico-científica que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Direito e o Ministério Público do Pará, para execução de ações necessárias ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, e cursos de aperfeiçoamento, nas áreas de interesse dos partícipes. Convênio de cooperação técnica – TCM e MPPA – Convênio de cooperação técnica que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará e o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

- Em parceria com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) foi elaborado e está em execução o Projeto "Expresso DH", mediante proposição do atual Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, por intermédio da Resolução nº 004/2021- CPJ, de 05 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de 27 de agosto de 2021, que reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs) e seus Núcleos, e dá outras providências, criou o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), integrado pelo Núcleo de Proteção à Mulher (NÚCLEO MULHER), Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (NIDE), Núcleo Agrário e Fundiário (NAF) e Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC). A proposta do projeto Expresso DH fundamenta-se na necessidade de aprofundar, cada dia mais, uma cultura em Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de que os órgãos de execução tenham subsídios para ações integradas, uniformizadas, com o respaldo estratégico do CAO de Direitos Humanos e do CEAF.

Ações do CEAF em 2022:

- Curso de Especialização em Direitos Humanos promovido pelo CEAF, por meio de parceria com a Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Curso em andamento com 42 vagas ofertadas e preenchidas por membros e servidores efetivos do MPPA após criterioso processo seletivo. Nesse ínterim, o Programa realizou palestras internacionais com o professor RUI LUÍS VIDE DA CUNHA MARTINS, sob os temas "Universidade Federal do Pará por meio da Coordenação do Programa de Pós- Graduação em Prova e Processo no Século XXI" e "Direito e Instinto no capitalismo informal".

- Mestrado em Segurança Pública: Curso tem como linha de pesquisa "Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação" e está em andamento com 30 vagas ofertadas e 30 vagas preenchidas por meio de rigoroso Processo Seletivo para membros e servidores efetivos do MPPA. A turma encontra-se em andamento com previsão de conclusão em agosto de 2024;

- Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental. Em parceria com Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ/UFPA) e o Ministério Público Federal (MPF), o Curso de Aperfeiçoamento em "Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioam-

bientais" é uma iniciativa resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre as instituições, em 2006, por meio da Promotoria de Justiça de Barcarena. O curso foi reestruturado para oferta de 70 vagas para membros e servidores efetivos do MPPA e MPF; membros do Poder Judiciário do Pará e profissionais com vinculação funcional em órgãos da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal que exerçam atividades em entidades da sociedade civil engajadas na defesa do meio ambiente (ou socioambiental) no estado do Pará;

Publicações

- Foi realizado o lançamento e a publicação, em agosto de 2022, da Revista do Ministério Público 2021, "Ministério Público do Estado do Pará". ISSN: 1980-5535, Vol. 14. 3.2. Visando fomentar o desenvolvimento cultural dos integrantes do Ministério Público estimulando a criação literária, conferindo visibilidade a talentos e promovendo a produção e circulação de obras literárias, o CEAF criou o Ebook literário, tendo a sua primeira edição lançada em outubro de 2022. E-Book Literário: Ministério Público e Literatura. Físico ISBN: 978-65- 89802-08-2; Digital ISBN: 978-65-89802-09-9;

- E-Book Jurídico: "Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas". Lançado no Dia Nacional do Ministério Público tem como objetivo fomentar e disseminar a produção do conhecimento científico no âmbito do Ministério Público, bem como promover o compartilhamento de reflexões críticas sobre o tema nas suas diversas áreas de atuação;

- Foram editadas cartilhas sobre a comunidade LGBT por meio das parcerias com o CAO Direitos Humanos; cartilhas Eleitorais com o CAO Cível e cartilhas sobre Poluição Sonora e Roteiro de Desmatamento com o CAO Ambiental.

- Foi publicado o Portfólio CEAF 2022 e distribuído eletronicamente no mês de dezembro com um resumo das principais atividades desenvolvidas pelo CEAF nesse ano;

Pesquisas e grupos de estudos

- Compete à Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (DPGE): I. propor e supervisionar a constituição e o funcionamento de grupos de estudos voltados ao aprimoramento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores; II. propor e supervisionar a execução de projetos e atividades de pesquisa que se relacionem com o aprimoramento cultural, funcional

e profissional dos membros e servidores; III. encaminhar os trabalhos escritos resultantes das pesquisas e grupos de estudos à Diretoria de Publicações; IV. exercer outras atividades que lhe forem atribuídas no Regimento Interno do CEAF-MP/PA;

- A portaria no 0172/2022-MP/PGJ, de 19 de janeiro de 2021, regulamenta no âmbito do CEAF/MPPA os grupos de estudos e pesquisa (temporários e permanentes);

- A DPGE por meio da abertura do Edital no 02/2022-CEAF/MPPA, publicado em 11 de março de 2022, abriu chamada para a composição do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Público (GEPPP); e por meio do Edital no 03/2022- CEAF/MPPA, publicado em 11 de março de 2022, abriu chamada para a composição do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública e Criminalidade (GEPSPCRIM). Ambos os Grupos são de caráter provisório tendo como objetivo realizar atividades de estudos e pesquisas específicos as suas temáticas; são compostos por membros, servidores e estagiários do MPPA.

- A DPGE conta ainda com um grupo de estudos e pesquisas de caráter permanente cadastrado junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA/CNPq. O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA) foi criado pela portaria no 4077/2021-MP/PGJ, em 18 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará no 34.770, em 19 de novembro de 2021. A criação do GEDHA deu-se: I. para o cumprimento a Recomendação Geral CN-CNMP no 2, de 4 de junho de 2017, que estabelece diretrizes para a estruturação e organização das Escolas Institucionais do Ministério Público Brasileiro, que entre outras disposições observa a importância da produção e difusão do conhecimento no âmbito do MP; II. para o cumprimento da Agenda 2030, em destaque o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16): Paz, Justiça e Instituições Eficazes, referente a dimensão política e institucional da Agenda Global, cujo objetivo é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e proporcionar o acesso à justiça em todos os níveis; III. Para o cumprimento dos objetivos e metas do "Projeto Expresso DH", em destaque: o de criação de um Banco de Dados; a criação da Rede Estadual de Direitos Humanos e do Observatório de Direitos Humanos;

- O GEDHA tem como área de concentração de suas atividades e pesquisas temáticas relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico, questão territorial, violações de direitos humanos e desigualdades sociais no acesso à justiça. Analisa conflitos econômicos, políticos e socioambientais provocados pela internacionalização dos territórios do Estado do Pará, a partir do lugar ocupado pela Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho. Tem como perspectiva, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, de forma dialética e plural, analisando fenômenos que contribuam para a compreensão da questão social no Estado do Pará e para o cumprimento das funções institucionais do Ministério Público. Suas linhas de pesquisa são: I. Direitos Fundamentais, Desenvolvimento Econômico e Dignidade Humana; II. Territórios, Conflitos no Campo e Questões Étnico-Raciais; III. Identidade, Gênero e Diversidade Cultural e Religiosa. Os integrantes do GEDHA são compostos por membros, servidores e estagiários do MPPA e pesquisadores vinculados a outras instituições. As atividades do GEDHA incluem estudos e debates em sessões que inclui seus integrantes, pesquisadores externos, bem como, outros grupos de estudos e pesquisas.

- O Grupo operacionaliza suas atividades a partir da articulação e combinações das diferentes direto-

rias que compõem o CEAF, em destaque: Diretoria de Bolsas de Estudo, Auxílios Financeiros e Parcerias, por meio de Termos de Cooperação celebrados entre o MPPA e outras instituições, por intermédio do CEAF, com o objetivo de realização de atividades acadêmicas e científicas; Diretoria de Publicações, por meio da submissão de trabalhos científicos produzidos no âmbito do GEDHA; Diretoria de Cursos e Eventos, por meio da organização de cursos, seminários e oficinas bem como da construção dos projetos para a realização destas atividades; O plano de trabalho do GEDHA também inclui atividades realizadas em parceria com outras unidades do MPPA, como por exemplo, o Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF) e o Núcleo de Promoção a Igualdade Étnico-Racial (NIERAC), ambos vinculados ao CAODH.

- Em relação ao cumprimento dos objetivos e metas do Projeto Expresso Direitos Humanos (Expresso DH), um projeto intersetorial coordenado pelo Diretor-Geral do CEAF e a Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), o GEDHA tem realizado as seguintes atividades: I. Proposição e organização do Seminário Internacional Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais na Amazônia. Temática: Desenvolvimento, modernidade e colonialidade na América Latina, realizado nos dias 4 e 5 de agosto de 2022; II. Formalização de Termos de Cooperação: Termo de Cooperação no 002/2022-MP/PA, acordo de cooperação entre o MPPA e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) cujo Plano de Trabalho: Violência contra vulneráveis e desenvolvimento regional no Pará: mapeando o problema e mensurando os impactos, que tem por objetivo geral: Mapear o Estado da Arte da Violência contra vulneráveis e mensurar seus impactos para a economia do Pará; III. Submissão de Artigo Científico em atendimento ao Edital no 04/2022, publicado em 1 de abril de 2022, uma publicação do MPPA, por intermédio da Diretoria de Publicações do CEAF em Parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público.

- Lançamento do E-book: "Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas". Seguem as informações da publicação: IKEDA, JCO. O Ministério Público como Instituição de transformação social: Expresso Direitos Humanos e a questão da Amazônia. In. Pará. Ministério Público. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas. Belém: MPPA; CEAF, 2023. ISBN 978.65.89802-11-2 (Livro físico); ISBN 978.65.89.802-10-5 (Versão Digital).

Parcerias, convênios e termos de cooperação

Estabelecimento de novas parcerias com universidades e instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras e oferta de cursos.

Acordo de Cooperação no 002/2022 – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

Termo de Cooperação no 005/2022 – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público Estado de São Paulo – CEAF/ESMP.

Termo de Cooperação no 022/2022 – Ministério Público do Estado do Amapá Termo de Cooperação no 021/2022 - Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Termo de cooperação técnica e pedagógica que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, com a interveniência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo - CEAF/ESMP- SP.

Primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnico-científica no 002/2019-MP/PA, que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, e o Ministério Público do Estado do Pará, para execução de ações necessária ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta do curso de Pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado, nas áreas de interesse dos partícipes.

. Primeiro termo aditivo ao termo de cooperação técnico-científica que entre si celebram a Universidade Federal do Pará, por intermédio do Programa de Pós- graduação em Direito e o Ministério Público do Pará, para execução de ações necessárias ao desenvolvimento de projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, e cursos de aperfeiçoamento, nas áreas de interesse dos partícipes.

Projeto Intersetorial (CEAF/CAODHA): "Expresso DH"

Em parceria com o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) foi elaborado e está em execução o Projeto "Expresso DH". Articulado desde o início da atual gestão, aguardava apenas a publicação da referida resolução para ser, então, apresentado formalmente à Procuradoria Geral de Justiça. A proposta do projeto Expresso DH fundamenta-se na necessidade de aprofundar, cada dia mais, uma cultura em Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de que os órgãos de execução tenham subsídios para ações integradas, uniformizadas, com o respaldo estratégico do CAO de Direitos Humanos e do CEAF.

Cartilhas diagramadas:

- Diagramação de 05 cartilhas em parceria com o CAODH, CAO Cível e CAO Ambiental:

- Poluição Sonora

- Ruído Ambiental – Guia de Atuação Ministerial no Enfrentamento à Conquistas

- Em Defesa da Diversidade – População LGBTI+: Conceitos, Direitos e

- Conhecendo o Ministério Público do Estado do Pará - Eleições 2022 – Perguntas e respostas e Eleições 2022 e acessibilidade.

MPPA

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ